

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL - MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Letícia Chimini

**GÊNERO NO MEIO RURAL: A MULHER NA DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA, NO
CONTEXTO DA MONOCULTURA DO TABACO, NO MUNICÍPIO DE AGUDO/RS-
BRASIL**

Santa Cruz do Sul

Abril, 2015

Letícia Chimini

**GÊNERO NO MEIO RURAL: A MULHER NA DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA, NO
CONTEXTO DA MONOCULTURA DO TABACO, NO MUNICÍPIO DE AGUDO/RS-
BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, área de Concentração Linha de pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade, na Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento regional.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cidonea Machado Deponti

Santa Cruz do Sul

Abril, 2015

Letícia Chimini

**GÊNERO NO MEIO RURAL: A MULHER NA DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA, NO
CONTEXTO DA MONOCULTURA DO TABACO, NO MUNICÍPIO DE AGUDO/RS-
BRASIL**

Esta dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado, área de Concentração Linha de pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade, na Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Dr^a. Cidonea Machado Deponti
PPGDR UNISC - Orientadora

Dr^a. Flávia Charão Marques
PPGDR UFRGS

Dr^a. Virginia Elisabeta Etges
PPGDR UNISC

Santa Cruz do Sul
Abril, 2015

Sempre que penso nas mulheres, me vem a imagem de um rio enorme e caudaloso que temos que atravessar. Umas apenas molham os pés e desistem, outras nadam até a metade e voltam, temendo que lhes faltem as forças. Mas há aquelas que resolvem alcançar a outra margem custe o que custar. Da travessia, vão largando pedaços de carne, pedaços delas mesmas. E pode parecer, aos outros que do lado de lá vai chegar um trapo humano, uma mulher estraçalhada.

Mas o que ficou pelo caminho é tão somente a pele velha.

Na outra margem chega

uma nova mulher...

(Zuleica Alambert)

DEDICATÓRIA

À Dona Eva da Silva (*in memoriam*). Agricultora, 61 anos, moradora da zona rural do município de Vale do Sol, fumicultora, mãe. Dona Eva, com dívidas vincendas com a empresa transnacional fumageira Alliance One, teve toda sua safra de fumo arrestada de sua propriedade. O arresto, prática comumente utilizada por essas empresas, se dá quando há dívidas vencidas com os agricultores e agricultoras, que solicitam juridicamente a “autorização” para retirar o fumo dos galpões dos “devedores”, sem nenhum critério ou avaliação de classe. Esse “arresto” se dá com proteção policial (ANEXOS I e II).

O fato ocorreu em fevereiro de 2006 e a dívida de Dona Eva venceria em julho do mesmo ano. Sob a alegação de que haveria um risco, de que Dona Eva vendesse o fumo para outra empresa, que não seria a que tinha contrato prévio, foi então solicitada a medida de arresto e o juiz “acatou”.

Na manhã do dia 02 de fevereiro, com aparato policial, representantes do poder judiciário e da empresa iniciaram a retirada do fumo, mesmo com as alegações de Dona Eva de que não haviam dívidas vencidas. Dona Eva, desesperada, informou que se continuassem iria se matar. Ignoraram o pedido de Dona Eva e durante o arresto de fumo ela tirou a própria vida.

Emociono-me e entristeço ao lembrar esse fato, que na época nos deu força para levarmos as denúncias de arresto e suicídios a todos os segmentos da sociedade e órgãos de denúncias, inclusive internacionais. Cabe aqui esclarecer que o laudo da causa da morte de Dona Eva, informado pelo médico legista de plantão – *causa mortis* – foi fundamental para que prosseguíssemos com as denúncias: “Suicídio por depressão, causado por uso de venenos e agravado por arresto em sua propriedade”.

Ao mesmo tempo em que entristece, nos dá força para seguirmos adiante, com tamanho ato de coragem. O ato de Dona Eva não foi em vão e as medidas de arresto diminuíram consideravelmente. Contudo, a situação de exploração permanece.

Dona Eva, sua vida e morte não foram em vão!

Eva da Silva, PRESENTE, PRESENTE, PRESENTE!

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui, não foi tarefa fácil. Mas foi muito bom. Um caminho cheio de desafios, de conquistas, de descobertas e de aprendizados.

Ao concluir essa dissertação, nos últimos momentos que ainda restam, olho em volta e vejo a minha família há semanas mobilizada para que eu conseguisse. Filha, a tua existência na minha vida me faz lutar ainda mais, dando-me força para sempre seguir em frente.

A essa família simplesmente espetacular, minha eterna gratidão, essa conquista também é para vocês. E por falar em família, tenho uma, bem numerosa, na qual tudo começa com o seu Sérgio Chimini, pessoa que sempre acreditou nas minhas capacidades e fez mais do que o possível para que eu chegasse até aqui. Sei que as expectativas, desse homem cheio de vontade, coragem e bondade não terminam nunca. Pai tu me enche de orgulho, a ti minha gratidão, pelo esforço, pela dedicação, pela torcida e pelas orações. Gratidão meu pai.

Preciso agradecer à mulher que o acompanha na vida, a Luíza, que abriu mão dos seus sonhos para viver os dele e os de seus filhos. Muito obrigada minha Boadrasta.

A Dona Mara Lúcia, por ter me trazido para esse mundo, gratidão minha mãe.

Aos Irmãos e irmãs, por compreenderem as minhas ausências e correrias, Cristiano, Sabrina, Sérgio, Anderson, William, Leonardo e Carol. Muito obrigada, amo vocês.

Esses anjos chamados de irmãos adicionaram a nossa enorme família mais pessoas especiais: Josiane, Greice, Gabi e Mateus. Muito obrigada queridos, principalmente por terem nos dados as alegrias que enchem as nossas vidas e nossas festas, almoços e aniversários: Gabriel, Samuel, Manu e Laura, Ana Luíza e Maria Clara, Bruno, Cauê e o afilhado Davi. Amo vocês!

Aos companheiros do Movimento dos Pequenos Agricultores, faltam palavras para agradecer tudo o que a luta popular me proporcionou e tem proporcionado. Nas pessoas do Frei Sérgio, Gilberto, Miqueli, Flávio e Pedro, agradeço. Obrigada companheiros.

Ao Coletivo de Mulheres do MPA, a quem faço um agradecimento muito especial, por ter aprendido o real significado de ser mulher! Nas pessoas da Saraí,

Vera, Aparecida, Margarete, Géssica, Celi, Léia, Nita e Liane, agradeço as demais!
Gratidão Companheiras.

Aos amigos que conheci na luta, cujos laços, de militância e de amizade, se estendem para a vida: Rosiéle, Sandra e Marcelo. Obrigada por tudo!

Por falar em amizade, sou grata por ter conhecido essas pessoas tão legais, hoje igualmente mestres e que permanecem na vida, por serem tão especiais: Everton, Sarah, Camila, Paulo Jorge e Rodrigo. Vocês tornaram mais agradáveis e divertidas as aulas, e quanto aprendizado. Muito obrigada!

Mateus, muito obrigada pela ajuda, as normas da ABNT são implacáveis!

A UNISC, local da minha graduação e que retorno para obter o título de Mestre.

Agradeço ao PPGDR da UNISC, pela oportunidade do Mestrado, pelo aprendizado, pela excelência na formação, que possibilitou analisar as questões desse trabalho enquanto pesquisadora. Muito obrigada!

À Orientadora Cidonea Machado Deponti, pelo aprendizado e paciência!

A Capes, pela possibilidade da bolsa de estudos. Muito Obrigada!

A Deus, pelas infinitas possibilidades de recomeço e de aprendizado!

RESUMO

A agricultura familiar e camponesa tem sido tema recorrente quando se trata da produção de alimentos, principalmente num contexto de crescente aumento da crise alimentar, no que tange à desigualdade social no acesso aos alimentos, bem como ao uso exacerbado de agrotóxicos e de agroquímicos. No contexto da produção de alimentos, o território rural aparece como espaço priorizado para produção, tendo as famílias, que lá vivem, que desenvolver estratégias de superação das consequências das formas de produção, exogenamente, aplicadas ao seu meio pelo capital. A desvalorização do território pode ser comprovada pela escassez de políticas públicas para o atendimento às famílias nas localidades do interior. Para superar as dificuldades que se colocam, usaram como mecanismo a organização e a mobilização social. Organizados, os movimentos sociais do campo, têm garantido melhorias no interior, que se iniciam com a reivindicação de direitos e de melhores condições de vida e de trabalho, chegando até a organização e a operacionalização de políticas públicas, que vão ao encontro das demandas dos camponeses, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos – (PAA), na qual se baseia esse estudo de caso.

Nesse contexto, as mulheres participam e também sentem as consequências capitalistas, todavia reforçada pelo machismo e pelo patriarcado. É nessa conjuntura que se desenvolve essa pesquisa, cujos sujeitos são as famílias do município de Agudo/RS, com ênfase nas agricultoras, no processo de diversificação em áreas de tabaco. Após análise dos dados secundários e material documental do município de Agudo/RS, foi realizado levantamento de dados primários, a partir de entrevista com roteiro semiestruturado, aplicado a 8 (oito) agricultoras, na maioria, acompanhadas de seus maridos. Também foram entrevistadas, lideranças populares e técnicos, que desenvolvem projetos de extensão rural no território. As análises também se deram a partir da observação “in loco”, na qual a pesquisadora passou um dia inteiro na propriedade, acompanhando todas as atividades realizadas pela mulher. Ao final das análises, que são frutos de uma pesquisa participante, concluímos que ao exercer seus papéis de mãe e de esposa, essas mulheres representam formas de resistência, através da produção diversificada de alimentos e sem agrotóxicos. Essa forma de produzir, denominada também de agroecologia, vai na contramão da produção integrada do tabaco, na qual o ato de resistência parece ser o que

denomina a conjuntura dessas mulheres, que enfrentam desigualdades até quando participam das lutas coletivas, para melhorar suas condições de vida. Essa pesquisa conclui que a mulher tem papel fundamental na produção de subsistência, que, ao produzir excedentes, também gera renda para a sua família, além de priorizar uma agricultura que preza pela saúde da família e pela vida.

Palavras-Chave: Revolução verde, mobilização social, agricultura familiar, diversificação produtiva, desigualdade de gênero.

ABSTRACT

The Family farming has been an usual topic when the subject is about food production, especially in a context of a increasing growth of feeding crisis, when it comes to social inequality in the food access, as well as the abusive use of pesticides and agrochemicals. In this context, the rural territory appears as the proper place for production, and the families who live there have to think of new ways to overcome the consequences of methods applied by the capital in their living middle. The devaluation of the land can be proved by the lack of public policies to serve the countryside families. The social organization and mobilization were used to get over the faced difficulties. Organized, these field's social mobilizations have been providing improvements in their rural properties, which starts with claim of rights and better living and working conditions, reaching the public policies operation that works according to the farmers' demands, as in the case of "PAA – Programa de Aquisição de Alimentos", Food Acquisition Program, in which this case study is based. In this context, the women participate and feel the consequences of the capitalism, reinforced by the sexism against women and patriarchy. It is in this conjecture that this research is developed, in which the subjects are the families from Agudo/RS, mainly the women farmers, in the process of tobacco's diversification. After the analysis of the secondary data and documental material from the city of Agudo/RS, a collection of primary data was executed, by interviews with semi structured itinerary, applied to 8 (eight) women farmers, mostly along with their husbands. People from Popular leaderships and technicians who develop rural extension projects were also interviewed. The analyses were also made *in loco*, so the researcher spent a whole day in the rural property, following all the activities done by the women. At the end of the analysis, that are results of a participant research, we can conclude that when these women do their roles of mother and wife, they put a mark of resistance in the agriculture, through the diversified production of food without pesticides. This kind of production, also known as agroecology, goes in other way of the integrated tobacco production, in which the act of resistance may seem what denominates the conjecture of these women, that even when they participate of the social mobilization to improve their life conditions, they face inequalities. This research does not leave any doubt about the fundamental role of women in the subsistence production, that

when overproduces, also generates earnings for their family, besides prioritizing an agriculture that prizes for the family's health and for life.

Keywords: Green Revolution, Social Mobilization, Family Farming, Diversification, gender inequality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Comparação do agronegócio com a agricultura familiar.....	45
Figura 2: Mapa do Programa Territórios da Cidadania (2012).....	48
Figura 3: Primeira entrega do PAA, em 29 de abril de 2009.....	50
Figura 4: O primeiro grupo do PAA, em 29 de abril de 2009, do Território Central.....	51
Figura 5: Central de Recebimento e de organização das “cestas camponesas” do PAA em Canoas/RS.....	52
Figura 6: Mel e carne bovina na cesta.....	53
Figura 7: Cestas prontas para a distribuição.....	53
Figura 8: Trabalho no horto medicinal, plantio, troca de mudas e conhecimentos, em Santa Cruz do Sul, agosto de 2008.....	64
Figura 9: Atividade em Santa Cruz do Sul, elaboração de um horto medicinal, no formato de “Relógio do Corpo Humano”, em agosto de 2008.....	65
Figura 10: Exposição dos produtos fitoterápicos em feiras.....	66
Figura 11: Fotos da feira realizada em Santa Cruz do Sul em outubro de 2013, com produção agroecológica e artesanato.....	68
Figura 12: Ato mobilização pelo Dia Internacional das Mulheres, no Horto da empresa Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro em março de 2006.....	69
Figura 13: Áreas destinadas ao plantio de culturas temporárias em Agudo, no ano de 2013.....	73
Figura 14: Planta da colônia de Santo Ângelo.....	74
Figura 15: Mapa atual de Agudo/RS, região do início da distribuição dos lotes e visualização de 2013 dessa região.....	79
Figura 16: Evolução da área destinada ao cultivo de tabaco em Agudo entre os anos de 2004 a 2013.....	80
Figura 17: 8 de março de 2011, ato público de mobilização em Porto Alegre/RS.....	92

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

AFUBRA	Associação dos Fumicultores do Brasil
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CPC	Cooperativa de Produção e Comercialização Camponesa Ltda
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
EMATER/ASCAR-RS	Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
MDA	Ministérios do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PPGDR/UNISC	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
PRONAF	Programa Nacional de Fomento a Agricultura Familiar
SOF	Sempreviva Organização Feminista
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	15
2.	O RURAL: A REVOLUÇÃO VERDE, O CONTEXTO DO TABACO E A DESIGUALDADE DE GÊNERO.....	21
2.1	A Revolução Verde no processo da formação sócio-histórica do Brasil ..	21
2.2	O contexto do tabaco na região	27
2.3	As desigualdades de gênero no contexto global	31
2.4	As desigualdades de gênero no contexto regional	38
3.	ESTRATÉGIAS DE SUPERAÇÃO: A DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA E A MOBILIZAÇÃO SOCIAL.....	45
3.1	Políticas públicas de incentivo à agricultura familiar diversificada	45
3.2	O Programa de Aquisição de Alimentos como fator mobilizador em Agudo/RS.....	51
3.3	A agroecologia como alternativa ao modelo de produção hegemônico....	58
3.4	O Movimento dos Pequenos Agricultores-MPA/RS: mobilização social como estratégia de superação das consequências e mazelas do sistema capitalista no meio rural	61
3.5	Igualdade de gênero na mobilização social – O Coletivo de Mulheres do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA/RS.....	63
4.	O MUNICÍPIO DE AGUDO: A AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO MEIO RURAL, A IMPORTÂNCIA DA MOBILIZAÇÃO E DO PAPEL DA MULHER NA DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO.....	70
4.1	Metodologia.....	70
4.2	O município de Agudo/RS.....	72
4.3	A ausência de políticas públicas na área rural do município de Agudo/RS.....	82
4.4	A importância da mobilização para a melhoria na qualidade de vida no meio rural.....	84
4.5	A categoria analítica de gênero como análise da participação social.....	87
4.6	A produção das “miudezas”, de tudo para comer e para vender: o cotidiano e a reprodução social na vida das mulheres	94
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
6.	REFERÊNCIAS	110

ANEXO I: Artigo sobre arresto de fumo	114
ANEXO II: Acompanhamento da CDH do caso Eva da Silva	116
ANEXO III: Quadro das famílias entrevistadas	119
ANEXO IV: Roteiro de entrevista com as agricultoras.....	120
ANEXO V: Feira realizada em Santa Cruz do Sul em outubro de 2013, após 3 (três) dias de formação e capacitação na área São Francisco de Assis, com a comercialização da produção e de artesanatos	121
ANEXO VI: No Dia Internacional da Mulher, também se pauta a luta de classes. Mobilização em Santa Cruz do Sul, março de 2012	122
ANEXO VII: Mobilização pelo Dia Internacional das Mulheres, em Santa Cruz do Sul, 2012. Em frente a Agência do Banco do Brasil, as camponesas reivindicam a renegociação das dívidas e o incentivo através de créditos agrícolas para a produção agroecológica.....	123
ANEXO VIII: Em 2012 a violência entrou com mais força na pauta do Coletivo de Mulheres do MPA/RS e atualmente é pauta do Movimento. Mobilização em Santa Cruz do Sul, novembro de 2012.	124
ANEXO IX: Em novembro de 2013, pelo dia internacional contra a violência contra as mulheres, foi entregue um dossiê dos casos de violência da região de Santa Cruz do Sul, para o Juiz responsável, e requerido o deferimento das medidas protetivas, que não chegavam a 30% dos casos solicitados.....	125
ANEXO X: Em março de 2014, pelo Dia Internacional das Mulheres, novamente foi entregue dossiê dos casos de violência da região de Santa Cruz do Sul, para o Juiz responsável, e requerido o deferimento das medidas protetivas, que atualmente defere 50% dos casos solicitados.	126
ANEXO XI: Ônibus Lilás, do Pacto Mulher Contra a Violência, instrumentos da Lei Maria da Penha, cedido pelo estado do RS. Esse ônibus circula pelo interior do estado, recebendo denúncias e fazendo esclarecimentos da rede de atendimento e acompanhou a marcha pelo Dia Internacional da Mulher, em Santa Cruz do Sul, março de 2014	127
ANEXO XII: Nessa mobilização, em Santa Cruz do Sul, 2014, a violência contra a mulher foi retratada através do “teatro do oprimido”, o teatro acontece e depois é refeito com a ajuda dos presentes	128
ANEXO XIII: A pauta de lutas da via camponesa é unificada nas mobilizações do dia 8 de março. Essa retrata a mobilização que seguiu em Porto Alegre após o ato de 2006, na Aracruz Celulose	129
ANEXO XIV: Como se configura o Plano Camponês	130

1. INTRODUÇÃO

Confesso que realizei esta pesquisa inspirada por preocupações pessoais e profissionais, provenientes da minha vivência de 9 (nove) anos com os movimentos sociais do campo, sobretudo com o Movimento dos Pequenos Agricultores, no qual fui técnica e sou militante. Fui testemunha, durante anos, das dificuldades encontradas pelas famílias de se desvencilhar dos sistemas integrados, quando esses já não lhes servem mais. As amarras e a compra garantida, mesmo sem a garantia de preço, engendra um sistema com pouca autonomia, no entanto, mesmo com todos os problemas relacionados à produção de tabaco, os agricultores repetem seguidamente: “que nada dá mais lucro que o fumo”.

Quando iniciei minhas atividades no MPA em 2006, recém, formada em Serviço Social, cuja formação muito pouco ou nada foi perpassada pelo meio rural, fui chamada a intervir após o ato de suicídio da Dona Eva, agricultora do interior do município de Vale do Sol/RS. Naquele momento, ainda não conseguia compreender os motivos que levavam as famílias a permanecerem num sistema integrado que lhes trazia sofrimento, causando inclusive a morte. As intervenções que se seguiram após o ato de Dona Eva, estavam relacionadas com as denúncias aos órgãos competentes, Ministério Público e organizações de defesa dos direitos humanos e da vida.

Nessa época, focalizei nas literaturas disponibilizadas nas ciências agrárias para tentar compreender aquele contexto e posteriormente nas ciências sociais aplicadas. Nesse período, Almeida (2005), Etges (1990) e Etges (1991) foram minhas companhias para as horas que antecederiam o sono. Ao tentar entender o contexto no qual estava sendo cobrada a intervir, tentava fazer uma relação com o que lembrava a agricultura, que remetia à infância. Recordava das férias escolares no interior do município de Iraí, na propriedade de minha avó. Mas as lembranças eram poucas, visto que a avó ao ficar viúva e com dívidas vendeu a propriedade e foi embora para a cidade. Lembro-me dos seus últimos dias de vida, pois fui ajudar com seus cuidados, na fase terminal de câncer, no pulmão, após ter fumado cigarro desde os 16 anos. E ela lembrava com carinho da lida com a terra, que enquanto pode, cultivou de tudo no seu pequeno terreno na cidade de Esteio/RS. Também me lembro do canteiro de pepinos, de tomate, do milho verde e, sobretudo, do canteiro

de radicci, que adorava com bacon e polenta com molho de galinha e queijo. Dona Itália Lazzari Chimini, morreu querendo retornar ao interior.

Os anos que seguiram no movimento trouxeram outros contextos, igualmente de expropriação dos recursos naturais dos camponeses, como as famílias de agricultores do interior de Encruzilhada do Sul, ilhadas pela monocultura do eucalipto. Ouvi depoimentos sobre a terra que secou, e onde anteriormente plantavam arroz, vi despejarem um agrotóxico chamado de “2-4D” nas barrancas do Rio Camaquã para posterior plantio de eucalipto e vi o desespero dos pescadores da localidade da Caneleira. As denúncias continuavam.

Ao mesmo tempo em que realizava essas atividades, também fui Técnica-Social responsável pelo Programa Moradia Camponesa para o estado do RS, pela entidade do MPA que operacionaliza a política habitacional para o território Rural, desenvolvido atualmente, através do Programa Minha Casa Minha Vida-Rural. Nesse contexto passei a observar as mulheres da agricultura, suas vidas, suas lutas e a sua participação na mobilização social e percebi sua participação indireta, que consistia, na grande maioria, em ficar na propriedade cuidando de tudo para que seus maridos pudessem ir para as mobilizações. Pouquíssimas mulheres participavam.

No intuito de colaborar com o fortalecimento da participação das mulheres no movimento, dediquei-me, quase que exclusivamente, para o fortalecimento do Coletivo de Mulheres do MPA. Enquanto Coletivo de Mulheres, Inserimos pauta, desenvolvemos atividades de ATER, com nossos corpos denunciemos o agronegócio, quando em um ato pelo 8 (oito) de março, companheiras “amamentaram” bonecos esqueletos, denunciando a precariedade da alimentação com transgenia e agrotóxicos. Mulheres entraram no Coletivo, ficaram e se transformaram, outras se assustaram e recuaram, outras apenas ficaram e outras ainda ficam. Nessa conjuntura, senti na pele as diferenças e as desigualdades impostas às técnicas, sobretudo cuja área de formação não fosse das ciências agrárias, o que era o meu caso.

Por fim, por ser mulher, a análise pode estar perpassada por questões subjetivas, tornando-a complexa, até porque se sente as consequências de ser mulher numa sociedade que, embora as lutas, os avanços e as conquistas, ainda pode ser caracterizada como machista e patriarcal.

As questões relatadas, acima, forjaram essa pesquisa, que traz uma reflexão sobre o meio rural após a Revolução Verde, sobretudo com a monocultura em detrimento da diversificação da produção e quer responder ao seguinte problema: até que ponto as estratégias de superação, como a busca pela diversificação da produção, encontradas pelas famílias, rompe com as desigualdades sofridas pelas mulheres na relação de inferioridade que enfrenta dentro das relações familiares?

Esse íterim de perdas e de desvalorização das formas de produção, dos conhecimentos e das práticas camponesas, na sua grande parte, revelam a exploração e a expropriação de homens e de mulheres que foram diretamente afetados, na qual precisam desenvolver formas de superação no meio rural através de estratégias encontradas regionalmente para livrar-se dos enredos e das dependências da produção integrada do tabaco, num território que sofre com as consequências e as tensões das forças e dos interesses que se contrapõe no espaço-local-regional.

Por esse motivo, optei por analisar o caso do município de Agudo/RS-Brasil, que integra o Programa Territórios da Cidadania, no território Central, e se destacou por ser o primeiro município dos Territórios a aderir ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a realizar a entrega de cestas básicas para as famílias em situação de vulnerabilidade social do Programa Fome Zero. Isso só foi possível porque, no município, houve produção de alimentos pelas famílias da região para compor as cestas. Já a pesquisa histórica do município, possibilitou perceber que desde a sua origem, Agudo/RS já tinha um papel importante na produção diversificada de alimentos para abastecimento da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Refletir sobre as estratégias de superação e de resiliência em âmbito regional, bem como as instituições e as entidades mobilizadoras, se fez necessário para compreender a formação do capital social da região e das suas potencialidades endógenas, como é o caso das políticas públicas de incentivos à diversificação produtiva, muito reivindicada pelas organizações dos camponeses e das camponesas, dos movimentos sociais do campo e, dentre estes, pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que trazem, no seu âmago, a agroecologia como modelo de produção.

Ao propor uma análise da produção, além da cultura do tabaco, vislumbro as estratégias e as dinâmicas que poderiam reduzir as incertezas e os riscos do

mercado, em nível regional, em contraponto ao sistema integrado do tabaco, cuja dinâmica se estabelece em nível global. Contudo, o funcionamento da agricultura familiar e a sua dinâmica, são perpassadas por relações gerais e particulares da produção em que homens e mulheres desempenham seus respectivos papéis. Papéis demarcados de acordo com o espaço que ocupam em cada atividade, que se divide em espaço de produção e espaço de reprodução social.

O espaço ocupado pela mulher, na qual desempenha o papel dos cuidados com a sua família, é perpassado pela questão crucial dessa pesquisa: a diversificação da produção, da produção do que não é tabaco, da produção de alimentos sem agrotóxicos.

Essa forma de agricultura, contemplada através da agroecologia como uma das formas de superação, remeteu-me aos fatores de desigualdade de gênero, visto ser a mulher/camponesa a maior incentivadora e incrementadora desse sistema nas propriedades. As bibliografias consultadas, bem como, a pesquisa aqui apresentada, apontam para o protagonismo das mulheres, como incentivadoras e operacionalizadoras dessa forma de produção. Entretanto, assim como as demais atividades que realizam, têm seu trabalho desvalorizado e invisibilizado.

Para compreender em que contexto as trabalhadoras rurais se encontram, foi necessária uma pesquisa bibliográfica sobre a desigualdade de gênero, para elucidar os fatores que levam à desvalorização do trabalho da mulher e compreendermos as formas de produção e de reprodução social. Tais conceitos e estudos transpuseram o entendimento dessas questões para apontar caminhos alternativos de resistência e resiliência, de superação e de desafios, que vão desde situações e problemas mais gerais, que perpassam o segmento dos trabalhadores camponeses, até questões mais específicas, das mulheres, como as questões de violência contra as mesmas.

Vinculadas às perspectivas feministas e às conquistas que, historicamente, avançaram, quando mobilizadas nas suas formas organizativas, trago um relato das experiências do Coletivo de Mulheres do MPA/RS, inserido num movimento social misto, no qual também reflete as relações de gênero, que se reproduzem em todos os espaços e segmentos da sociedade.

Para o desenvolvimento desta pesquisa entendo a abordagem metodológica do materialismo histórico dialético, como sendo a que melhor supre as necessidades, estando de acordo com as convicções da pesquisadora e que pondera os

sentimentos de valorização do trabalho executado pela mulher, os conflitos e as consequências dessa realidade, tanto nos espaços de mobilização social como nas relações familiares e que podem interferir, tanto na questão alimentar e de subsistência, quanto na saúde e nas questões econômicas.

Para análise das questões, expostas acima, realizei um levantamento junto ao MPA do município, que nos informou que 60 (sessenta) famílias venderam alguma produção para o PAA, em 2009, ano em que ocorreu a primeira entrega das cestas para as famílias em situação de vulnerabilidade social do município de Agudo.

Baseei o critério de escolha das famílias que forneceram algum produto para o PAA, no seu ano de início (2009). Dessas famílias que forneceram parte da produção ao Programa do PAA (no total de 60 famílias), entrevistei 8 (oito) camponesas (ANEXO III), escolhidas aleatoriamente, de regiões distintas do município de Agudo. Dessas, 5 (cinco) participam do Coletivo de Mulheres do MPA/RS, e todas as famílias entrevistadas compõem a base social do MPA do município de Agudo/RS.

Realizei entrevistas, utilizando questionário semiestruturado, com perguntas abertas e observação participante (ANEXO IV). Permaneci um dia inteiro na propriedade de cada entrevistada, participei das atividades de produção e de reprodução social, dos dias de campo dos projetos de ATER, em que essas famílias fazem parte, bem como, das festas e das comemorações locais. Ou seja, a pesquisa foi além da simples aplicação do questionário, uma vez que a realidade nem sempre pode ser descrita através de palavras. Dessa forma, para abordar a complexidade da dinâmica da vida das famílias pesquisadas, foi necessário reduzir o número de pesquisadas para ampliar as especificidades das análises.

Para análise dos dados, dividi em 4 (quatro) objetivos específicos, que consideram as entrevistas e a realidade observada com relação à ausência de políticas públicas no interior do município, a importância da mobilização para a melhoria na qualidade de vida no meio rural, a categoria de gênero como análise da participação e, por fim, o cotidiano e a reprodução social na vida das mulheres, com vista na produção de subsistência.

Posto isso, esclareço que essa dissertação foi dividida em quatro capítulos. Na introdução, apresento as informações gerais que clareiam a realidade do meio rural, desde as questões mais gerais de produção até as questões peculiares perpassadas na vida das mulheres.

No segundo capítulo, aprofundo a discussão sobre o meio rural e as consequências de uma forte intervenção internacional, o modo de viver na região sendo amplamente modificado pelas questões globais, através da Revolução Verde, que se materializa nessa região através da hegemonia do tabaco, tanto na forma de monocultura, como na produção integrada. Da mesma maneira, trago a desigualdade de gênero da sociedade como um todo, mas arraigada com maior potencial no meio rural.

No terceiro capítulo, apresento as estratégias de superação, através da diversificação produtiva e da mobilização social. Por último destaco, no quarto capítulo, os dados levantados, as entrevistas, as observações relatadas no diário de campo, as observações dos encontros e das atividades coletivas e, por fim, as categorias elencadas através de objetivos específicos, para responder as questões que estão relacionadas por compreender as alternativas encontradas pelo município de Agudo, para fazer frente aos desafios e às consequências impostas pelo sistema capitalista, relacionados ao trabalho e à produção.

Ainda, adiciono a essas questões, as relações de gênero, cujo objetivo proposto por essa pesquisa é analisar o papel da mulher nesse contexto, cujas alternativas estão relacionadas com a superação, vinculadas à produção agrícola e as funções que a mulher desempenha na propriedade.

2. O RURAL: A REVOLUÇÃO VERDE, O CONTEXTO DO TABACO E A DESIGUALDADE DE GÊNERO

Neste capítulo apresentamos o meio rural, com uma breve abordagem sobre a formação sócio-histórica do Brasil, mas com ênfase no período que transformou o meio rural, seu modo de viver, de produzir e de trabalhar.

A Revolução Verde alterou as características sociais, econômicas e culturais do meio rural ao mesmo tempo em que acarretou desafios, consequências, crises ambientais e de identidade. A Revolução Verde também descortinou um povo que resiste no campo e que cria estratégias de superação, frente às culturas e à produção globalizada. Nesta perspectiva, a região do Vale do Rio Pardo, onde está localizado o município que se destaca nessa pesquisa, revela a importante presença da agricultura familiar e, igualmente, a sua relação de dependência com a cadeia agroindustrial do tabaco.

Ao debruçarmos o olhar sobre as alternativas e as estratégias de superação, deparamo-nos com as políticas públicas de incentivos à diversificação, muito reivindicada pela organização dos camponeses, e dos movimentos sociais do campo. Tais organizações, igualmente, pautam uma produção diversificada e sustentável, que tem no seu âmago a agroecologia como modelo de produção, estratégico, ao modelo capitalista globalizado.

2.1 A Revolução Verde no processo da formação sócio-histórica do Brasil

Analisar a formação sócio-histórica do Brasil é ter ciência de que desde a sua colonização, este foi território de exploração e de expropriação, não só de seus recursos naturais, mas principalmente dos povos que aqui já habitavam.

A largueza no distribuir provinha, também, do pouco valor das terras; terra e cultivo não eram termos correlatos; para o cultivo eram necessários escravos, caros e difíceis depois que se desfez a ilusão do préstimo do indígena. A imagem idílica de Gandavo, com os dois pares ou meia dúzia de escravos índios para o trato de uma vida honrada, durou pouco, o tempo da fugaz colônia de povoamento, dedicada à subsistência e à ilusão da família transmigrada. Logo que, em curtos anos, os produtos de exportação ganharam o primeiro plano — primeiro e quase exclusivo plano monocultor —, a terra só valeria com grossos investimentos, sobretudo com a compra do escravo africano. Num quadro válido para o açúcar e o café, no curso de trezentos anos, a terra representaria o valor de um décimo do valor da escravaria. Este trânsito sugeria os capitais para o financiamento da

empresa — com os banqueiros e negociantes de toda a Europa mobilizados nos empréstimos e adiantamentos. Sobretudo, a mudança de rumo, mudança que o contexto comercial da economia acelerou, refletiu sobre o sentido da propriedade territorial, que se afasta da concessão administrativa para ganhar conteúdo dominial. (FAORO, 2001, p. 151).

Questões estruturais, como a da terra, tem origem na má distribuição destas, que privilegiou criteriosamente uma parte da população, minoritariamente branca, europeia e abastada economicamente. Uma concentração de terras que expropriou os seus verdadeiros “donos” e “donas”, à custa da escravidão e da mortandade de seus povos indígenas e tradicionais, do coronelismo e da subserviência, que carregamos até os dias atuais com retardamento, descompasso e desequilíbrios político, econômico, social e ambiental e que Marx (2005, p. 729), define muito bem: “o capital se acumula aqui nas mãos de um só, porque escapou das mãos de muitos noutra parte. Esta é a centralização propriamente dita, que não se confunde com a acumulação e a concentração”.

Ao considerar a formação sócio-histórica do Brasil, optamos por iniciar uma análise mais detalhada dos últimos 60 anos da história, a partir do que conhecemos como Revolução Verde. Neste período, não se agravaram somente as desigualdades materiais, mas, sobretudo, as ideológicas, além de que houve uma desvalorização do meio rural, incluindo a identidade do seu povo e seus conhecimentos. Segundo Carneiro (1994), essas identidades estabelecidas não são frutos apenas das relações dialéticas, resultantes do sistema capitalista, mas também de relações ideológicas, que resultam de imagens múltiplas do papel do homem e da mulher camponesa.

A respeito do termo “camponesa”, utilizada no parágrafo anterior, cabe esclarecer que vários autores trazem a diferença entre os termos agricultura familiar e agricultura camponesa, entretanto, não entraremos nessa seara, apenas esclarecemos uma diferença básica aceita e utilizada pelos movimentos sociais do campo ao afirmarem que toda a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa. Dito isso, concordamos com os conceitos apresentados por Soto (2002), que fundamenta alguns dos conceitos utilizados pela Via Campesina.

O camponês e o agricultor familiar se diferenciam porque o camponês tem uma escassa mercantilização e utiliza técnicas rudimentares enquanto que a agricultora familiar responde aos mecanismos de mercado. [...] está completamente submetido às oscilações de preços e subordinado ao sistema financeiro. A agricultura familiar tende a especialização produtiva, usando técnicas modernas e insumos industrializados. [...] o conceito de campesinato permitiu aos cientistas sociais entender e explicar a diversidade das relações sociais existentes no campo, por exemplo: a parceria, a pequena propriedade, a moradia, o arrendamento. (SOTO, 2002, p. 56).

Carneiro (1998, p. 55), também contribuiu com a distinção dessas duas denominações, que expressam e distinguem campos ideológicos distintos, que superam as discussões de “quem acessa a terra” e amplia para “a maneira que essa terra está sendo utilizada e a serviço de quem está”. Essa autora trata sobre a importância da família no processo de resistência, que rompe com o paradigma que igualiza a cultura camponesa ao “tradicional”, “passivo” e “oposto à mudança”.

[...] a família é o fundamento da empresa camponesa, na sua condição de economia sem assalariamento, uma vez que é tanto o ponto de partida quanto o objetivo de sua atividade econômica. Como única fonte de força de trabalho a família é o suposto para a produção, cujo objetivo nada mais é, que o de garantir a própria existência. A unidade camponesa é, pois, a um só tempo: unidade de produção e unidade de consumo e encerra que [...] a família e as relações que dela resultam têm que ser o único elemento organizador da economia sem assalariados. (CARNEIRO, 1998, p. 55).

É isso que faz com que a economia camponesa não seja tipicamente capitalista, pois o preço final de sua produção não considera “os salários” de que produziu ou auxiliou na produção, e sim o excedente, caso haja, é uma retribuição pelo trabalho da família, corporificada através de bens e de serviços.

A intensificação da agricultura para exportação tornou-se imperativa para a modernização; O equipamento comprado no exterior deve ser pago. O resultado é o abandono parcial ou total da agricultura de subsistência, e assim a necessidade de pagar pelos alimentos com divisas estrangeiras. Uma comparação entre elementos díspares da nova ideologia urbana e da nova ideologia rural aponta uma urbanização mais intensa e uma pobreza mais aguda. (SANTOS, 2003, p. 31).

O contexto que se coloca a partir da Revolução Verde gerou as tensões e as relações de formas de produção que se contrapõe e resultam em tensões e relações de poder. Anterior a esse contexto temos uma cultura milenar, em contraponto com uma cultura contemporânea – global – pós Revolução Verde, da década de 1950 até

os dias atuais, que resultam em realidades sociais concretas. De acordo com Baptista (2009, p.455)

[...] estudar aspectos culturais da sociedade, isto é, de tomar a cultura como prática central da sociedade e não como elemento exógeno ou separado, ou mesmo como uma dimensão mais importante do que outras sob investigação, mas como algo que está presente em todas as práticas sociais e é ela própria o resultado daquelas interações.

Neste período as ideias da Revolução Verde iniciaram com aval, apoio e financiamento do governo brasileiro, principalmente no período denominado desenvolvimentista, com a era Vargas, Juscelino Kubitschek e principalmente no período do regime militar, no qual se tinha o binômio modernidade e desenvolvimento, visto aí como crescimento econômico, como a única fórmula para superar o subdesenvolvimento. Conforme aponta Etges (2001, p. 131)

Desde a década de 50, com a introdução da Revolução Verde no país, vem sendo disseminada uma compreensão do que seja desenvolvimento rural, entendido como intensificação da atividade agropecuária, utilizando insumos modernos, máquinas e agrotóxicos, visando alta produtividade e produção em larga escala, voltada basicamente para o mercado externo.

Em se tratando de questão agrária, não se pode deixar de refletir sobre as tensões que levaram ao golpe militar e que a questão é pouco discutida em nível acadêmico. Chegamos a pensar que há uma adesão velada e apoiada pela academia por essa fase “simbolizar” o progresso: “modernizado, dinâmico e exportador”. Principalmente pelos motivos que levaram ao golpe militar, com ênfase na possível reforma agrária, planejada, desenvolvida e em vias de acontecer, encabeçada por “Jango” e “Brizola”.

Sem dúvida essa questão, específica da concentração de terras, que privilegiou uma hegemonia econômica da época, se reflete nos dias de hoje, não apenas no campo, mas também na cidade, que aponta a necessidade de uma reforma agrária, urgente, que fortaleça a agricultura familiar e camponesa, com vistas à sustentabilidade ambiental, mas principalmente que denote equidade social e que aponte, de fato, para uma melhora na qualidade de vida do povo brasileiro.

Ao analisar esse período específico, faz com que compreendemos a causa de o meio rural ter sido julgado como “atrasado”, retrógrado e que necessitava de

padrões de produção, mais modernos, e que fosse ao encontro da modernidade pretendida.

[...] a longa formação social escravista brasileira, marcada pela presença do latifúndio e pela produção extrativista e agrícola voltada prioritariamente para a exportação, não demandou a qualificação da força de trabalho. Somente nos anos de 1930 em diante é que se delineia um modelo de educação rural. Mas, ao invés de desenvolver um processo ou um sistema educacional que desse conta das demandas específicas das populações do campo, esse processo subordinou o campo às demandas e necessidades de reestruturação do domínio do capital ao longo da história da formação social brasileira. (BONAMIGO, 2007, p. 139).

Esses conflitos permaneceram até os dias de hoje e geraram uma perda histórica em termos de tecnologia e de conhecimentos, outrora de domínio dos agricultores, entendendo tecnologias como todas as formas de conhecimentos, de técnicas, de práticas e de ferramentas, criados e utilizados pelas famílias rurais. Esse processo é agravado pelo fato de que, entre os anos de 1960 e 2000, 50 milhões de pessoas migraram do campo para as cidades, ao mesmo tempo em que a taxa de natalidade caiu de 6,5% para 1,2% no Brasil, conforme dados do Censo agropecuário (IBGE, 2009).

As técnicas, difundidas, que levariam a modernidade à roça não vieram dos agricultores, foram introduzidas “de fora para dentro” no meio rural, por técnicos que tinham “a solução” para uma agricultura “de precisão”, indispensáveis para o crescimento econômico da região, criando conflitos entre a cultura regional e global.

Atualmente, o Brasil vive um processo de “reprimarização”, liderado pelo agronegócio. O que revela, o quanto a Revolução Verde está presente através das commodities e da sua pauta de exportações: minérios, soja, carne, açúcar e, que interferem diretamente nas comunidades, seja na ocupação do território ou na saúde. Marx (2005) já apontava esta realidade

O objetivo do comprador é aumentar o seu capital, produzir mercadorias que contem mais trabalho do que ele paga e cuja renda realiza também a parte do valor obtida gratuitamente. Produzir mais-valia é a Lei absoluta desse modo de produção. (MARX, 2005, p. 721).

Os dados abaixo servem para reforçar o fato de que esse modelo serve para a acumulação e pouco para solucionar a crise alimentar por que passa “o mundo”. Não há falta de alimentos no mundo e sim má distribuição e alto valor de mercado.

Marx (2005) também explicou os fatores de acumulação do capital, que podem ser exemplificados com os dados divulgados pela Organização das Nações Unidas – ONU.

Dados os fundamentos gerais do sistema capitalista, chega-se sempre, no curso da acumulação, a um ponto em que o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se torna a mais poderosa alavanca da acumulação. (MARX, 2005, p. 725).

Visto isto, a Organização das Nações Unidas – ONU, declara que diante das

[...] oportunidades técnicas e econômicas sem precedentes no mundo de hoje [...] afirmam ser totalmente inaceitável que mais de 100 milhões de crianças menores de cinco anos estejam abaixo do peso e em todo o mundo, 870 milhões de pessoas sofrem de desnutrição crônica¹.(ONU, 2012).

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO – defende que, para contornar essa situação deve haver o fortalecimento da agricultura familiar, que inclusive declarou o ano de 2014 como “o ano da agricultura familiar”.

Esse atual modelo de desenvolvimento econômico baseado em princípios capitalistas, que vive de crises cíclicas para se manter, afeta as relações de trabalho, gera crises financeiras, econômicas, ambientais e energéticas. Em 2013, 33% da energia utilizada no mundo é proveniente do petróleo e conforme dados divulgados pela revista Exame (BARBOSA, 2013), o mundo consumiu, em média, 90 milhões de barris de petróleo por dia, um aumento de 0,9% em relação ao ano anterior. Pelo menos metade disso abasteceu a demanda de 20 países, sendo o Brasil um deles e, estando os Estados Unidos em primeiro lugar no consumo.

Ao conjecturar as formas de superação que faz frente às consequências desse modelo global, apreendemos que as medidas de resiliência se dão, a partir, do território, por uma sociedade organizada regionalmente, sustentada nas suas potencialidades econômicas e sociais, que resultam na melhora da qualidade de vida de seu povo, conforme elucida Dallabrida (2010), e essa afirmação se confirma nos vários exemplos, que percebemos ao longo dessa pesquisa, de mobilização, de organização e de fortalecimento das identidades.

¹ Trecho extraído do site www.acoesunidas.org. Acessado em 17 set 2014.

2.2 O contexto do tabaco na região

As discussões sobre as alternativas de desenvolvimento para as regiões produtoras de tabaco costumam gerar polêmicas, principalmente em se tratando de alternar a monocultura do tabaco por outra “tão rentável quanto”, frase comumente ouvida e falada no meio empresarial fumageiro. Todavia, a postura do cientista, defendida por Marx, é do empenho na transformação social e de forma crítica ao sistema econômico, filosófico e político presente no capitalismo. Não existe possibilidade de neutralidade, visto que o conhecimento científico não é neutro.

Os números de produção e da exportação comprovam o quão rentável é essa atividade, que em quantidade de produção de tabaco só perde para a China, que é também o maior importador do tabaco brasileiro. A China consome 75% do tabaco produzido no mundo. Em 1999, a região Sul do Brasil, exportou um volume de 334 mil toneladas, que significou U\$ 895 milhões. Já em 2012, o volume exportado foi de 633 mil toneladas, num total de U\$ 3.211 bilhões. Do volume total exportado, referente ao ano de 2012, o Rio Grande do Sul foi responsável por 12,9%².

Ao menos em um primeiro momento e sob o impulso da competitividade globalizadora, produzem-se egoísmos locais ou regionais exacerbados, justificados pela necessidade de defesa das condições de sobrevivência regional, mesmo que isso tenha de se dar à custa da ideia de integridade nacional. (SANTOS, 2003, p. 94).

Por esses dados, sempre muito alarmantes e diretamente vinculados ao discurso do crescimento econômico, também se encobre o fato de que as empresas transnacionais do tabaco são amplamente cortejadas pelos governos nas três esferas, “seja pela arrecadação tributária da atividade, seja pelas contribuições para campanhas eleitorais delas decorrentes” (ALMEIDA, 2005, p. 36), sem atentar para inclusão perversa que esse sistema integrado representa. Por inclusão perversa concordamos com o conceito apresentado por Martins (2004, p. 4) que se refere a esse tipo peculiar de inclusão.

² Dados da Revista “*Tabaco no Sul do Brasil: tradição e renda*”, ano de 2013.

Um modo peculiar e doloroso de participação social daqueles que foram privados das condições básicas de inserção social, definidas pelos valores que o próprio capitalismo proclama, como o direito, a igualdade, o bem-estar e o acesso pleno aos bens que essa sociedade é capaz de produzir. A inclusão perversa não priva em termos absolutos, não exclui de fato; simula pertencimento numa realidade de padecimentos e privações.

Todavia, questionamos sobre os conceitos de desenvolvimento utilizados para justificar a permanência desse sistema integrado de produção que apresenta lucros milionários e números expressivos de toneladas de produção e de exportação. Um sistema que se contrapõe com a baixa qualidade de vida e a frágil situação econômica e social daqueles que plantam, cuidam, colhem, secam o tabaco, pagando, muitas vezes, com a própria saúde e dos seus familiares, além de sofrerem as consequências desse modelo de produção imposto pelas transnacionais do tabaco. Qual é o custo ambiental, social e humano desse modelo?

É difícil reconhecer que haja desenvolvimento quando seus benefícios se acumulam longe da massa, da população. Como é difícil reconhecer a legitimidade de um modelo de desenvolvimento que exclui legiões de seres humanos das oportunidades de participação não só nos frutos da riqueza, mas até mesmo na produção da riqueza. Esse desenvolvimento anômalo não se manifesta apenas nas privações que produz e dissemina. Manifesta-se, também, nas estratégias de sobrevivência por meio das quais os pobres teimam em fazer parte daquilo que não os quer senão como vítimas e beneficiários residuais de suas possibilidades. (MARTINS, 2002, p.10-11).

Sobre as dimensões que compõe o modelo de desenvolvimento, Dallabrida (2010, p. 155) se apoia nas ideias de Furtado, para salientar que a “concepção de uma sociedade não é alheia a sua estrutura social, tampouco a formulação de uma política de desenvolvimento e sua implantação é concebível sem que seja contemplado o embate ideológico”.

Significa ter claro que o aumento da eficácia do sistema de produção, comumente apresentada como indicador principal de desenvolvimento, não é suficiente para que sejam mais bem satisfeitas as necessidades elementares da população. Em alguns casos, ressalta [...] que algumas atividades econômicas têm contribuído para a degradação das condições de vida de uma massa populacional, por exemplo, como consequência da introdução de técnicas sofisticadas. Outro exemplo, a manutenção de práticas apoiadas na utilização intensiva de energia, tem agravado a tendência a que o processo econômico se transforme numa ação crescentemente predatória. (DALLABRIDA, 2010, p. 156).

Para Etges (2005), o processo de globalização está reorganizando os territórios, mostrando ao mundo a perversidade dos interesses dos segmentos hegemônicos, sobre a territorialização. Essa afirmação pode ser reforçada por Santos (1996, p.206) que se refere à desordem que essas empresas acarretam, “[...] trazem desordem as regiões onde se instalam, porque criam sua própria ordem e em seu próprio e exclusivo benefício”. Almeida (2005, p. 36) sintetiza a perversidade quanto à realidade vivida pelas famílias produtoras de tabaco.

O agricultor é o dono da terra e dos meios de produção, mesmo assim, permanece atrelado a um sistema de exploração que, via de regra, está dentro da lei. É quase uma forma de servidão. Ou melhor, é a própria servidão, só que e sua forma moderna. [...] O contrato é contraditório em si mesmo. Por um lado existe essa situação de dependência econômica e por outro há a modernidade, pois os agricultores produzem direto para a exportação, vendem direto para o grande monopólio, o cartel da indústria do fumo. É impressionante o quanto o capitalismo encontra soluções inteligentes para este sistema de produção, pois a indústria consegue ter um lucro absurdo que jamais obteria se tivesse de contratar trabalhadores livres para realizarem as tarefas que os agricultores realizam a base da auto-exploração e de suas famílias.

Nessa monocultura, o produtor não interfere na cadeia produtiva do fumo, apenas serve como mão de obra barata para as empresas do setor que são multinacionais. Estas empresas controlam toda a cadeia do cultivo do tabaco do Brasil, desde a assinatura dos contratos de compra e de venda de folhas de fumo, a venda e o financiamento de sementes, os utensílios, os pesticidas, os herbicidas, fungicidas, os adubos orgânicos e inorgânicos, a venda de tecnologia do processamento de secagem e a cura das folhas de fumo. Além da classificação, da comercialização, da industrialização e da exportação (ALMEIDA, 2005).

O domínio está com as empresas privadas e multinacionais de segmentos hegemônicos que, conforme Santos (1996) criam a ordem para o seu único e exclusivo benefício. Não obstante, Chauí (2000, p. 89) nos chama atenção para as formas ocultas de discriminação, de exploração e de dominação e que, nesse caso, podem ser associadas à cadeia do tabaco, pois são amplamente utilizadas como lógica exógena das transnacionais.

Quando a desigualdade é muito marcada, a relação social assume a forma nua da opressão física e/ou psíquica. A divisão social das classes é naturalizada por um conjunto de práticas que ocultam a determinação histórica ou material da exploração, da discriminação e da dominação, e que, imaginariamente, estruturam a sociedade sob o signo da nação una e indivisa, sobreposta como um manto protetor que recobre as divisões reais que a constituem. (CHAUÍ, 2000, p. 89).

Chauí (2000) e Almeida (2005) encontram concordância ao relacionar que as formas de dominação diretamente ligadas à mão de obra familiar, envolvida na cultura do tabaco é invisibilizada na hora de considerar valores de pagamento do trabalho, como um pacto tácito entre os membros da família

A renda das famílias envolvidas no cultivo do tabaco, de fato, não lhes confere grande autonomia financeira. E a atividade não mecanizada que é, e sem poder pagar pela mão de obra requerida nas épocas de safra, numa luta contra o tempo, temerosos com o clima, para a lida na atividade conta-se com a força de trabalho disponível na família. Antes mesmo de ser firmado o contrato com a indústria quando se estipula a estimativa a ser entregue às firmas, o agricultor, empiricamente, considera a mão de obra de que dispõe. Há um “pacto tácito” entre os membros da família para compor sua força de trabalho. (ALMEIDA, 2005, P. 37).

A busca por novas alternativas econômicas e que tenham no seu âmago também a sustentabilidade social e ambiental, num contexto de base agrícola minifundiária e familiar, ainda é um desafio. Desafio que extrapola todas as fronteiras e traz para a atualidade o compromisso de práticas conscientes sob vários aspectos e que permitam um contraponto com o sistema capitalista e o agronegócio, cujos objetivos voltados para o lucro e para interesses em detrimento das demais questões geram desigualdades e desequilíbrios, inclusive desigualdade de gênero.

Siliprandi (2009, p. 237) sintetiza muito bem a união do capitalismo com o patriarcado. Segundo a autora, trata-se de “duas faces de uma mesma moeda”, uma vez que a ideia central é a de exploração: dos recursos, da natureza, das pessoas e dos homens explorarem as mulheres.

2.3 As desigualdades de gênero no contexto global

Iniciamos esta seção com dados concretos que demonstram a enorme desigualdade na distribuição dos recursos entre mulheres e homens no mundo, apontados pela ONU³. O estudo demonstra que as mulheres executam 2/3 do trabalho realizado pela humanidade, recebem 1/3 dos salários e são proprietárias de 1% dos bens imóveis. Dos quase 1,3 bilhão de miseráveis no mundo, as mulheres representam 70%. Pateman (1993, p. 17) explica através de seus textos, que essa desigualdade sexual trata de uma diferença política, pois a “diferença sexual é a diferença entre liberdade e sujeição”.

A desigualdade de gênero está posta quando os papéis desempenhados por homens e pelas mulheres no trabalho e na sociedade, não são apenas diferentes, mas considerados inferiores um em relação ao outro. Como citam Faria e Nobre (2007, p.1) os desempenhados pela mulher não são apenas diferentes dos desempenhados pelo homem, são também desvalorizados, “por isso, as mulheres vivem em condições de inferioridade e de subordinação em relação aos homens”.

A desigualdade de gênero está intimamente relacionada aos papéis que cada um (homem e mulher) ocupa na distribuição do trabalho e no espaço na sociedade. Esta situação é construída culturalmente desde muito cedo, através de um modo muito sutil, de aspectos e de atitudes pouco visíveis que acabam por tornar questões culturais quase “naturais”, conforme elucidam Faria e Nobre (2007, p.1):

As pessoas nascem bebês machos e fêmeas e são criadas e educadas conforme o que a sociedade define como próprio de homem e de mulher: Os adultos educam as crianças marcando diferenças bem concretas entre meninas e meninos. A educação diferenciada dá bola e caminhãozinho para os meninos e boneca e fogãozinho para as meninas, exige formas diferentes de vestir, conta estórias em que os papéis dos personagens homens e mulheres são sempre muito diferentes. Outras diferenças aparecem de modo mais sutil, por aspectos menos visíveis, como atitudes, jeito de falar, pela aproximação com o corpo. Educados assim, meninas e meninos adquirem características e atribuições correspondentes aos considerados papéis femininos e masculinos.

³ Dados do relatório da ONU, The World's Women 2010, Trends and Statistics.

Julgamos necessário introduzir conceitos da desigualdade de gênero, para deixar claro que as relações de gênero, definidas pelo papel que cada um desempenha, são construídas socialmente e não determinadas pelo sexo. Logo, essa construção se encaixa em todos os segmentos e espaços, desde a família até o trabalho, ou desde as relações familiares até as relações sociais de trabalho:

A naturalização dos papéis e das relações de gênero faz parte de uma ideologia que tenta fazer crer que esta realidade é fruto da biologia, de uma essência masculina e feminina, como se homens e mulheres já nascessem assim. Ora, o que é ser mulher e ser homem não é fruto da natureza, mas da forma como as pessoas vão aprendendo a ser, em uma determinada sociedade, em um determinado momento histórico. Por isso, desnaturalizar e explicar os mecanismos que conformam esses papéis é fundamental para compreender as relações entre homens e mulheres, e também seu papel na construção do conjunto das relações sociais. (FARIA, NOBRE, 2007, p. 3).

Coelho (2009, p. 17) trata de gênero como um “conceito relacional que considera as relações de poder entre homens e mulheres e indica que os papéis e subjetividades de ambos são construções sociais”. Esse fato também foi trazido por Simone de Beauvoir, quando em 1949, atenta para as construções sociais como mais importantes do que as biológicas, quando afirma que não se nasce mulher, torna-se uma.

Numa perspectiva das relações, Bourdieu (1974) não se refere apenas à reprodução social para explicar a naturalização de comportamentos intoleráveis. Por se tratar de comportamentos naturalizados, que acabam por essencializar ao gênero tarefas e atitudes, este avalia a reprodução cultural como mecanismo que estabelece as estruturas nas relações.

[...] vai tratar da reprodução social a partir da reprodução cultural, desvelando mecanismos de reprodução da estrutura das relações de força e das relações simbólicas entre as classes. Com isso, remete-nos às seguintes indagações: o que faz com que a ordem do mundo, tal como está, com seus sentidos, obrigações e sanções, seja respeitada? Por que a ordem estabelecida, com suas relações de dominação, seus direitos e suas imunidades, perpetua-se? Por que as mais intoleráveis condições de existência podem ser vistas como aceitáveis ou naturais? Pensar a reprodução social implica pensar nas relações entre poder material e simbólico, uma vez que incorporamos, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção, de apreciação e de ação, as estruturas da ordem social. BOURDIEU (1974, p. 84).

Sob o ponto de vista das relações, abordado por Bourdieu, fazemos uma tentativa de incorporar todo esse esquema ideologicamente criado à luz do sistema capitalista, que absorveu o patriarcado e aprofundou a relação sexual do trabalho, dividindo a esfera pública (espaço da produção) da esfera privada (espaço da reprodução).

O termo patriarcado aborda a coextensividade, segundo Kergoat (1996, p. 23), da submissão da mulher dentro do sistema capitalista, que não indica conflito direto e sim considera a opressão das mulheres nessas relações patriarcais:

De fato, a redução da análise em considerar somente a variável sexo é muito mais difícil com o conceito de relações sociais de sexo, termo que implica, necessariamente, uma certa visão da sociedade e que elimina outras, por exemplo: é difícil falar simultaneamente de relações sociais de sexo e patriarcado, enquanto que a utilização do termo gênero o permite. E mais, "relação" tem uma conotação de reciprocidade, o que não tem o termo "gênero": uma categoria só existe em relação à outra. É, portanto, mais difícil "esquecer", no segundo termo, o grupo social dos homens. Enfim, a aproximação relação social (forçosamente fato da cultura) com a palavra sexo (sempre percebido como fato da natureza) tem um efeito detonador, interrogativo, subversivo, efeito que, para nós, é positivo, já que pensamos que esta abordagem conduz a repensar a epistemologia das Ciências Sociais.

Com as mulheres responsáveis pelas tarefas de reprodução social da família, quaisquer atividades que vão para além das relacionadas, são vistas como complementares as do homem, ou complementares as suas atividades domésticas. Por isso os salários das mulheres são muitas vezes mais baixos, ou, no caso da agricultura familiar, a renda conseguida através do trabalho da família pode ficar com o pai, ou o marido, pois o restante é apenas para complementar a renda da família.

Ao apontarmos para uma diferença política e não somente sexual, afirmamos que ao realizar suas atividades, homens e mulheres transformam o mundo e a si mesmos e garantem sua sobrevivência. Já, as atividades realizadas pelas mulheres também garantem que sua família alcance a reprodução social e econômica, no entanto, conforme escrevem Faria e Nobre (2007, p. 4) verificamos a manutenção da divisão sexual do trabalho na sociedade:

As relações de gênero são sustentadas e estruturadas por uma rígida divisão sexual do trabalho. O papel masculino idealizado é de responsabilidade pela subsistência econômica da família e a isso corresponde designar o trabalho do homem na produção. A atribuição do trabalho doméstico designa as mulheres para o trabalho na reprodução: ter filhos, criá-los, cuidar da sobrevivência de todos no cotidiano.

Esses papéis, ideologicamente construídos, acabam por “naturalizar” os papéis de cada um, determinado pelo sexo, pelo fator natural de ser homem ou ser mulher:

A naturalização dos papéis e das relações de gênero faz parte de uma ideologia que tenta fazer crer que esta realidade é fruto da biologia, de uma essência masculina e feminina, como se homens e mulheres já nascessem assim. Ora, o que é ser mulher e ser homem não é fruto da natureza, mas da forma como as pessoas vão aprendendo a ser, em uma determinada sociedade, em um determinado momento histórico. Por isso, desnaturalizar e explicar os mecanismos que conformam esses papéis são fundamentais para compreender as relações entre homens e mulheres, e também seu papel na construção do conjunto das relações sociais. (FARIA, NOBRE, 1997, p. 3).

A ideia de que “sempre foi assim”, é instituída para fazer valer-se por si só, como lei na sociedade, dita repetidas vezes na escola, na igreja, na família até que passa a ser reproduzida pelos dominados e explorados como medida de proteção e de aceitação, e que são exercidos desde o espaço do universo mais privado, das relações pessoais até o espaço público (BOURDIEU, 1974).

Há um processo de naturalização daquilo que foi construído socialmente, visando inscrever essas produções na natureza do humano, daquilo que não deve ser modificado, “porque sempre foi assim”. É o estabelecimento de uma ‘magia social’ em que os processos de produção de diferenças ou de reprodução delas são entendidos como “dados”, como “prontos”, escondendo a arbitrariedade da lógica social que a instituiu.

Esses papéis são reproduzidos no trabalho e nos espaços da sociedade e são construídos culturalmente desde muito cedo, através de um modo muito sutil, de aspectos e atitudes pouco visíveis que acabam por tornar questões culturais quase “naturais”, tamanha persistência, conforme nos elucidam Faria e Nobre (2007).

Segundo Pateman, (1996, p.47) os problemas ditos “pessoais”, consequentes de uma sociedade machista e patriarcal, “só podem ser resolvidos através de meios e de ações políticas”. Coelho (2009) também traz essa relação da visibilidade política com a construção das políticas públicas:

Embora possamos identificar diferentes grupos feministas, a questão da opressão das mulheres ganhou centralidade na busca da democratização das relações entre mulheres e homens. No Brasil, por exemplo, a partir da década de 1980, com a redemocratização do país, o movimento feminista teve como foco temas relativos à violência contra a mulher e à saúde da mulher, conquistando visibilidade política e levando à construção de políticas públicas específicas. (COELHO, 2009, p. 16).

Todavia, quanto mais a sociedade se organiza em bases mais sofisticadas, típica das sociedades avançadas, mais a reprodução das relações de dominação se complexifica. Quanto mais se utilizam mecanismos objetivos, mais as estratégias objetivas orientadas em direção à reprodução da ordem estabelecida são indiretas e impessoais. Em suma, o princípio de perpetuação da relação de dominação reside em instâncias como o Estado e a escola, entendidos como lugares de elaboração e de imposição de princípios de dominação que se exercem, mesmo, dentro do universo mais privado, das relações pessoais.

E, conforme Carloto (2013, p.202) essa desigualdade também está diretamente ligada a desigual responsabilidade na produção social da existência:

[...] a existência de gêneros é a manifestação de uma desigual distribuição de responsabilidade na produção social da existência. A sociedade estabelece uma distribuição de responsabilidades que são alheias as vontades das pessoas, sendo que os critérios desta distribuição são sexistas, classistas e racistas. Do lugar que é atribuído socialmente a cada um, dependerá a forma como se terá acesso à própria sobrevivência como sexo, classe e raça, sendo que esta relação com a realidade comporta uma visão particular da mesma.

Outra forma coercitiva é a violência. Utilizar métodos coercitivos como é a questão da violência é um modo de dizer que a mulher é um ser inferior e a manutenção da impunidade, pela falta de denúncia, pela dependência econômica e também pela culpabilidade empregada à mulher, como esclarecem Faria e Nobre (2007, p.9):

A violência impune humilha as mulheres e destrói seu amor-próprio. É comum os homens iniciarem suas agressões quando as mulheres estão com pouco amor-próprio e não se sentem capazes de reagir. Então, a atitude que pode parecer um consentimento com a situação de violência revela uma relação de dependência, uma relação em que estão presentes mecanismos de coerção.

Não pretendemos contradizer tudo o que foi dito sobre gênero até então, mas essa realidade “ideal” de que homens trabalham fora e mulheres fazem o serviço doméstico, é a realidade de uma parte muito pequena da população. Faria e Nobre (2007, p. 4) esclarecem que as mulheres negras, por exemplo, sempre trabalharam fora de casa, primeiro como escravas e depois na prestação de serviços domésticos ou como vendedoras ambulantes, circulando por muitos espaços públicos. Faria e Nobre (2007, p. 4) apontam que “nas cidades, muitas mulheres vivem sozinhas com seus filhos e são as principais responsáveis por sua manutenção. E muitas, muitas outras trabalham fora e dividem com o marido o sustento da casa”.

Nesse contexto de exploração, de dominação e de expropriação, ainda ocorre o trabalho realizado pela mulher, imbricado num processo de resistência, de resiliência e de superação frente aos caminhos e aos descaminhos do poder hegemônico do capital, das tensões, das forças, dos conflitos e das perspectivas. Assim, partimos do pressuposto de que é necessário construir novas relações sociais de poder e de gênero para que uma sociedade mais sustentável, justa e harmoniosa possa ser vivida pelas futuras gerações.

Com raras exceções, cotidianamente as mulheres realizam ou administram a realização de atividades, indispensáveis à sobrevivência e bem-estar de todos membros da família. Entre essas atividades estão aquelas que objetivam permitir que o trabalhador do sexo masculino descanse e renove suas energias para o trabalho produtivo do dia seguinte. Aí se incluem o preparo dos alimentos, a limpeza da casa, a lavagem e o conserto de roupas e a compra do que é necessário para o consumo familiar diário. Além de tais tarefas, as mulheres também são responsáveis pela formação de uma nova geração de trabalhadores que garantirá a reprodução do modo de produção vigente. Essa responsabilidade do sexo feminino inclui a gravidez, o parto e a amamentação, funções para as quais a mulher está biologicamente preparada. A essas funções biológicas acrescentam-se tarefas que são culturalmente impostas, mas que são encaradas como próprias, senão exclusivas, do sexo feminino. (TEDESCHI, 2013, p. 54-55).

O conceito do trabalho reduzido apenas ao aspecto da produção, com geração direta de renda, fez com que as atividades geradas para garantir os cuidados da vida humana e de pequenos animais fossem invisibilizadas, encobertas pela aparência da ajuda, apoio ou ainda “naturalizada” pelas falsas dicotomias, que atribuem ao sexo as funções que darão os melhores “rendimentos” ao mercado.

Os problemas vividos pelas mulheres nos dão os caminhos para refletir sobre o conjunto de relações que atravessa o todo da sociedade. Os grupos de autoconsciência desenvolvidos pelo feminismo nos anos 1960/70, nos

quais as mulheres contavam suas experiências de vida, foram determinantes para que elas percebessem que suas vivências eram comuns, fruto de determinações sociais e não, como parecia, de problemas individuais de cada uma. Esse elemento continua atual até hoje no debate sobre desigualdade das mulheres, justamente porque continua vigente o mecanismo de naturalização que biologiza e essencializa essas relações de poder e hierarquia. (FARIA, et al, 2014, p. 86).

Em síntese temos, enfim, o que conecta o sistema patriarcal com o sistema capitalista, da naturalização do trabalho da mulher e ao “essencialismo”, ou seja, relacionar as atividades à essência de ser homem ou ser mulher. E essas questões são providenciais para a geração e preservação de novos trabalhadores. O trabalho relacionado aos papéis que as mulheres desempenham, além de estar relacionado diretamente à produção, relaciona-se também com a preservação do trabalhador.

Compra-se mais força de trabalho com o mesmo capital, ao substituir progressivamente trabalhadores qualificados por trabalhadores menos hábeis, mão de obra amadurecida por mão de obra incipiente, a força de trabalho masculina pela feminina, a adulta por jovens e crianças. (MARX, 2005, p. 739).

Do mesmo modo, esse engendramento aponta para generalidades de dominação e de exploração do trabalho da mulher, cujas relações são forjadas por relações de mercado, permeadas pelas “ocupações”, na qual ocupa posições menos valorizadas socialmente para o mercado e por isso, é “aceito” que receba menos por seu trabalho, aumentando a mais valia para o seu empregador.

2.4 As desigualdades de gênero no contexto regional

Ao trazer a realidade da trabalhadora rural, lembramos que, segundo Alambert (2004), a agricultura com cerca de 10.000 anos, foi criada pela mulher, que observando a natureza teve papel fundamental no cultivo de plantas e de sementes que inclusive, serviu para, aos poucos, criar comunidades. Desde os primórdios a observação feminina permitiu com que terras fossem cultivadas, num período em que havia harmonia entre homens e mulheres (período pré-histórico), no qual a agricultura era a atividade principal, fazia-se uma associação entre a fecundidade da mulher e a fertilidade dos campos, numa associação direta entre natureza, mulher e agricultura.

As construções sociais que conduzem às desigualdades de gênero perpassam por todos os segmentos da sociedade e assolam mulheres do campo e da cidade, porém com mais força as mulheres rurais.

Para as mulheres camponesas, o que é chamado de cuidar da casa esconde o trabalho na roça, a produção de artesanato, o cultivo da horta e a criação de animais, trabalho que produz mercadorias, cuja venda contribui para o sustento da família. (FARIA e NOBRE, 2007, p. 4).

Os dados do IBGE de 2004 informam que 1 (uma) em cada 4 (quatro) pessoas que vivem no campo, encontra-se em situação de extrema pobreza, em que as desigualdades acirram as diferenças nas questões de gênero que dificultam a participação das mulheres na vida social, política, cultural e econômica, como apontado por Lauretis (1994):

[...] gênero como representação de uma relação, a relação de pertencer a uma classe, um grupo, uma categoria, construída a partir de uma relação entre uma entidade e outras entidades previamente constituídas como uma classe e assim, portanto, de não representar unicamente um indivíduo, mas, este por meio de uma classe". (LAURETIS, 1994, p. 210).

A secundarização do campo potencializa a desigualdade de gênero, pois o espaço em que vivem, trabalham e criam seus filhos são precarizados pela ausência ou pela precariedade das condições de infraestrutura, das políticas públicas e dos serviços essenciais, por ser considerado como um território de extensão das cidades, conforme nos elucida Arroyo (2007, p.1).

As consequências dessa inspiração no paradigma urbano são marcantes na secundarização do campo e na falta de políticas para o campo em todas as áreas públicas, saúde e educação de maneira particular. O campo é visto como uma extensão, como um quintal da cidade. Consequentemente, os profissionais urbanos, médicos, enfermeiras, professores estenderão seus serviços ao campo. Serviços adaptados, precarizados, no posto médico ou na escolinha pobres, com recursos pobres; profissionais urbanos levando seus serviços ao campo, sobretudo nos anos iniciais, sem vínculos culturais com o campo, sem permanência e residência junto aos povos do campo.

No que se refere às políticas públicas e aos direitos sociais, trazemos a negação secular das mulheres rurais que por gerações não puderam acessar os direitos sociais referentes ao seu ofício de trabalho: ser **trabalhadora rural**.

A construção da cidadania começa pelo direito ao trabalho e às conquistas sociais de ser reconhecida como tal. Carneiro (1994) afirma que não se trata de a mulher rural lutar por trabalho, mas de torná-lo visível ao invés de ser visto como “obrigações de mulher”.

O fato de não acessarem direitos sociais e fundamentais, de delegar ao homem ser o chefe da família e consequentemente proprietário das terras, dos seus filhos e mulher, associou a mulher uma carga de incapacidades a elas associadas que as deixou em desvantagem em relação aos homens, com relação ao que denomina Bourdieu (1976, p. 86) de capital cultural.

Capital cultural é entendido tanto como a incorporação intransferível de capacidades cognitivas quanto a posse de bens e certificados que garantem vantagens àqueles que os detêm. Esse novo capital transfigura-se como inato, encobre seu longo processo de aquisição e atua por legitimar privilégios sociais herdados. Para que os processos de reprodução social se realizem, acirram-se os modos de dominação. A forma como a sociedade organiza-se tende a manter uma relação entre dominantes e dominados, em que estes últimos submetem-se à ordem social percebida de modo pré-reflexivo como ordem das coisas.

Esta situação coloca a mulher em uma posição de extrema dependência financeira, mesmo que seja corresponsável pela geração da renda do grupo familiar. As consequências da desigualdade de gênero estão diretamente relacionadas ao êxodo rural feminino, quando a mulher vai para a “cidade” em busca de uma renda, de uma possibilidade de autonomia financeira, visto não ter remunerada as suas atividades na propriedade. Para muitas mulheres, a aposentadoria rural, foi a primeira renda a que a mulher teve acesso durante toda sua vida, pois primeiramente a renda era do pai e, após o casamento, a renda passou a ser do marido.

Quanto aos motivos desse ideal construído, também sobre a mulher camponesa, do trinômio mulher-mãe-dona de casa, há questionamentos quanto às razões que levam essa construção adiante, mesmo não representando a realidade da grande maioria. Diante disso recorreremos aos textos de Faria e Nobre e (2007, p. 3) para elucidar sobre a temática de gênero e seus inúmeros conflitos e contradições, justificando através da naturalização dos papéis, construídos socialmente, para dar continuidade dessa engrenagem do conjunto das relações sociais:

A naturalização dos papéis e das relações de gênero faz parte de uma ideologia que tenta fazer crer que esta realidade é fruto da biologia, de uma essência masculina e feminina, como se homens e mulheres já nascessem assim. Ora, o que é ser mulher e ser homem não é fruto da natureza, mas da forma como as pessoas vão aprendendo a ser, em uma determinada sociedade, em um determinado momento histórico. Por isso, desnaturalizar e explicar os mecanismos que conformam esses papéis é fundamental para compreender as relações entre homens e mulheres, e também seu papel na construção do conjunto das relações sociais.

Não obstante, o seu papel estratégico da mulher na agricultura camponesa, sobre a tríade: mulher – terra – família, ao mesmo tempo, que a potencializa para processos políticos, do ponto de vista da construção da identidade coletiva - de trabalhadora rural - também a coloca como um paradigma para as relações sociais de gênero, na qual perpassa a indivisibilidade da renda que pertence, culturalmente, ao marido ou ao pai. Para Maia (2004, v.4, p.1):

A reprodução social camponesa está baseada na combinação de estratégias, fortemente orientadas por regras de precedência hierárquica, que fazem distinções por sexo e idade, tais como a organização do trabalho familiar e a construção dos espaços de trabalho. O trabalho familiar é elemento central de uma lógica econômica própria da economia camponesa. Baseia-se numa divisão sexual de tarefas extremamente variadas, assim como variam a extensão da separação entre as tarefas consideradas próprias aos homens e/ou às mulheres [...] e o lugar ocupado por cada membro da família — pai, mãe, filhos. Vários estudos sobre o campesinato¹ apontam para uma oposição/complementaridade entre a unidade de produção — roçado — e a unidade de consumo — casa —, espaços culturalmente construídos como masculino ou feminino por excelência.

Mas a construção histórica das relações sociais de homens e de mulheres não é estática e sofreu mudanças. Essas mudanças são frutos das pressões, das contradições, das forças que interferem na realidade e são frutos de movimentos

coletivos, de lutas coletivas, principalmente das lutas feministas dos últimos 50 anos, que pressionam por mudanças, por melhores condições de vida e de trabalho na conquista por direitos.

No caso das agricultoras, as lutas têm sido para reverter a situação de invisibilidade em que se encontram, e, em geral, enfatizam a necessidade de se colocarem recursos nas mãos das mulheres, para melhorar as condições de produção dos produtos agrícolas de subsistência. Salienta-se também a necessidade de melhorar sua educação, seu acesso a informações nutricionais e de saúde, como uma forma de melhorar sua própria nutrição, das crianças e demais membros da família. Também aqui se observa que, quando se consegue torná-las beneficiárias diretas de programas e projetos, os resultados em termos de empoderamento são evidentes. No entanto, a grande maioria das políticas de apoio ao desenvolvimento rural (como reforma agrária, crédito e assistência técnica) ainda tem “os chefes de família” – leia-se “homens” – como beneficiários. (SILIPRANDI, 2001, p.11).

A luta por assegurar o direito de ser trabalhadora rural e conseqüentemente ter os frutos do seu trabalho, fez com que extrapolassem o âmbito familiar, e ainda, saindo do seu espaço privado, fortaleceram conjuntamente com os homens a identidade coletiva de trabalhador(a) rural. E foi afirmando essa identidade coletiva que as mulheres conquistaram benefícios, mesmo que isso não tenha refletido de forma na igualdade significativa das relações familiares no contexto rural brasileiro, conforme Carneiro (1994, p. 3):

É do produto desses dois fatores - o de pertencer ao gênero feminino e o de ocupar uma posição determinada na estrutura socioeconômica - que resulta a identidade, ou melhor, as identidades múltiplas da mulher rural. É nesse sentido que concordamos que para se entender o movimento das mulheres trabalhadoras rurais é necessário levar em consideração não apenas os fatores objetivos decorrentes das condições materiais de vida, mas também valores ideológicos estruturantes das relações entre os sexos e conformadores das identidades sociais dos gêneros.

As mulheres participam das lutas, conquistam direitos, que o Estado tenta efetivar através de políticas públicas, como o PRONAF Mulher, Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), entre outros; entretanto as relações familiares não acompanham essas vitórias. Segundo Tedeschi (2013, p. 54) na prática, são os homens que “fazem negócio, vendem, tratam com o banco, lidam com o dinheiro” e até pouco tempo, somente os homens podiam se associar e cooperativar, o que fazia com que eles recebessem o bônus do trabalho realizado pela família.

A tensão entre as reivindicações dos movimentos sociais – feministas e de mulheres – e o Estado, ao longo das últimas quatro décadas, trouxe para a agenda as relações de poder entre homens e mulheres e a opressão e subordinação das mulheres – particularmente das mulheres negras e lésbicas – dentro e fora do espaço doméstico. O Estado brasileiro, como resposta a essas reivindicações, vem desenvolvendo políticas públicas para mulheres e, mais recentemente, fazendo tentativas de transversalizar uma perspectiva de gênero dentro de políticas de saúde, educação, trabalho, meio ambiente, orçamento e planejamento, como demonstra o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. (COELHO, 2009, p. 01).

A constituição de uma Secretaria de Políticas Especiais para as Mulheres assinala, por parte do Governo Federal, uma organização de políticas públicas na perspectiva de superação das desigualdades de gênero, que demarca nos programas e nos projetos, que há diferenciação no atendimento às mulheres trabalhadoras rurais e que essa se dá diferente dos centros urbanos. E que, principalmente, lhe confirmam renda, autonomia e empoderamento.

Essas iniciativas fazem parte de um plano nacional de desenvolvimento rural e sustentável, que coloca na pauta a agricultura familiar e a mulher como protagonista das mudanças que fazem jus a sustentabilidade social, ambiental e econômica.

Cabe salientar que tais iniciativas não são meras vontades do Governo Federal, mas sim frutos históricos das lutas das mulheres, dos movimentos sociais feministas e mistos e instâncias governamentais, que cria em 2003 a Secretaria de Políticas para as Mulheres SPM, reconhecendo o papel fundamental do Estado no combate às desigualdades de gênero.

Os resultados da conjuntura desembocaram num conjunto de ações estratégicas que passam a colaborar na garantia da cidadania das mulheres, através do acesso à documentação civil e aos direitos econômicos – englobando direitos à terra, aos serviços rurais, ao crédito e à gestão de empreendimentos econômicos. (FERNANDES et al, 2013, p. 2).

São mudanças fundamentais de paradigmas que implicam em ações de inclusão social, “forçados” pelo Estado para que haja equidade e justiça social, como nos afirma Fernandes et al (2013, p. 2), que também cita partes do novo Plano Nacional de Assistência Técnica Rural – PNATER.

Desses destacam-se a introdução de uma matriz agroecológica com suporte em metodologias participativas que asseguram um novo fundamento no modo de fazer a assistência técnica no campo. Além desses, há uma mudança fundamental de paradigma que implica em ações voltadas para a inclusão social que implicam na necessidade de novo recorte para as questões e abordagens de gênero, geração, raça e etnia

nas orientações de projetos e programas. Isto se traduz da seguinte forma - prever apoio a “ações específicas voltadas à construção da equidade social e valorização da cidadania, visando à superação da discriminação, da opressão e da exclusão de categorias sociais, tais como as mulheres trabalhadoras rurais, os quilombolas e os indígenas”.

Na tentativa de diminuir as práticas controladas pelo capital na agricultura, sejam sementes híbridas ou utilização de agroquímicos e de monoculturas, o resgate de conhecimentos anteriores à Revolução Verde parece ser imprescindível para um processo de transição da produção, da agricultura convencional, fortemente controlada pelo capital, para a produção agroecológica, demonstrando o papel principal dos sujeitos no processo de superação:

Por esse ângulo, a participação, longe de ser política de reprodução da ordem, é, sobretudo, questão social. Na medida em que as próprias contradições sociais desafiam mulheres e homens e este toma consciência da sua realidade social e então assume posições de desafios e enfrentamento. (SOUZA, 2000, p.86).

A exemplo do ponto de vista da participação, também estão as conquistas das mulheres que são hoje trabalhadoras rurais com seus respectivos benefícios trabalhistas. Nesse sentido, possibilitar a visibilização do trabalho da mulher, como demonstrar seu papel fundamental na agricultura, é fortalecer as mulheres. Ao valorizar o trabalho da mulher se fortalece a luta contra a desigualdade de gênero e se fortalece o papel da mulher na agricultura. Assim, conseqüentemente, se fortalece a agricultura familiar, haja vista que “a participação das mulheres na produção da subsistência do grupo doméstico, sempre se deu de forma decisiva” (MAIA, 2011, p.96).

Nesse contexto de lutas e de desigualdades, a vida das mulheres camponesas no Brasil, ainda hoje, sejam assalariadas, posseiras, assentadas de reforma agrária, quilombolas ou extrativistas é marcada pelo patriarcado, que se expressa na rígida divisão sexual do trabalho e na posição subordinada que se espera que ocupem com relação aos homens, considerados socialmente “os verdadeiros” produtores rurais (JALIL, 2009).

Visibilizar o trabalho feminino é dar o devido reconhecimento a um trabalho que não é reconhecido nem dentro, nem fora de casa, e que estaria no cerne da questão das relações de gênero entre homem e mulher.

Essa dupla desvalorização, também se reflete nos espaços de participação, de decisão e de voto, como nas estruturas sindicais, incluindo os movimentos sociais, espaços onde as mulheres se somam para lutar por direitos sociais e melhorar as condições de vida de sua classe, a classe dos trabalhadores rurais, a classe camponesa.

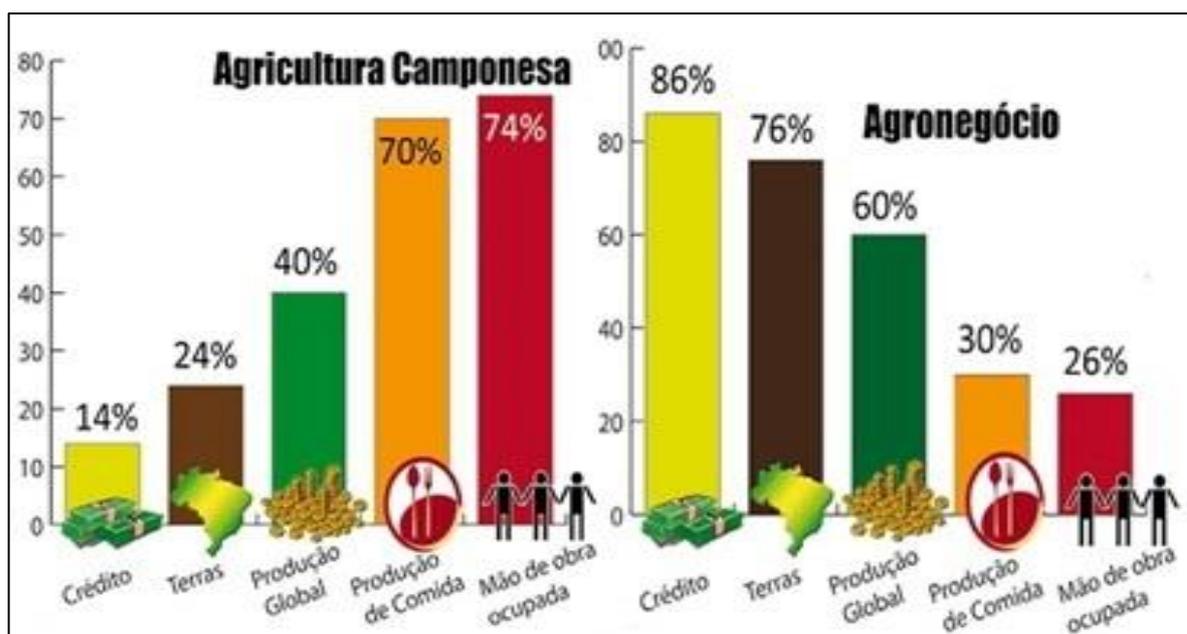
3. ESTRATÉGIAS DE SUPERAÇÃO: A DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA E A MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Neste capítulo, abordaremos dados trazidos no último Senso agropecuário, num comparativo da agricultura familiar e camponesa em relação ao agronegócio, bem como, as iniciativas do governo brasileiro para incentivar a diversificação produtiva e a comercialização da produção oriunda da agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Também trazemos o caso do município de Agudo/RS, pioneiro na adesão e operacionalização do PAA na região central, com suas conquistas, desafios e obstáculos para seguir com o Programa.

3.1 Políticas públicas de incentivo à agricultura familiar diversificada

O Estado brasileiro, através de políticas públicas, vem pensando e agindo no contexto da agricultura familiar, buscando minimizar as consequências das monoculturas, inclusive a do tabaco, principalmente após a divulgação da pesquisa e dos dados do último Censo Agropecuário de 2006 (Figura 1) e da Convenção Quadro.

Figura 1: Comparação do agronegócio com a agricultura familiar



Fonte: Dados do Censo Agropecuário brasileiro de 2006, disponíveis em: [<geosidarta.blogspot.com.br/>](http://geosidarta.blogspot.com.br/)

Em um resumo dos dados gerais apresentados, temos a agricultura familiar ocupando 24% das terras agricultáveis do país e produzindo cerca de 70% dos alimentos que vão para a mesa das famílias brasileiras, em detrimento ao agronegócio que ocupa 76% das terras brasileiras e é responsável por 30% dos alimentos consumidos diariamente. Outro dado relevante é o do crédito agrícola, cuja agricultura familiar utiliza 14% do total disponibilizado (ano de 2006) e o agronegócio consome 86% do total disponibilizado pelos cofres públicos para as safras anuais (Censo Agropecuário, 2010).

Tais resultados apontam para a necessidade de apoiar, de capacitar, de subsidiar, de incentivar e de desenvolver a agricultura familiar brasileira, para fazer frente ao êxodo rural e para garantir a segurança e a qualidade dos alimentos.

Elaborar programas e políticas públicas com o intuito de manter as famílias no meio rural ou possibilitar a sua reprodução social, não é tarefa fácil. Em um contexto que vem se agravando, é necessário desenvolver estratégias construídas com a população diretamente afetada, ou seja, a população rural, que façam frente aos poderes hegemônicos de exploração e de expropriação.

As consequências das opções históricas do governo brasileiro são sentidas pelo povo nos dias atuais. A Organização das Nações Unidas (ONU) apresentou um estudo sobre a situação regional da agricultura familiar na América Latina, em seis países: Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guatemala e México. Esse estudo revelou que “a agricultura familiar foi subestimada na América Latina”. Abaixo, colocamos parte da entrevista⁴, dada pelo presidente do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), para a revista Exame em 2014, na qual Sr. Kanayo Nwanze traz uma conclusão geral:

[...] o papel desta atividade é muito importante no desenvolvimento nacional. O nigeriano ressaltou que este tipo de agricultura foi subestimada não só na análise do impacto potencial na melhora da segurança alimentar, “mas também porque proporciona uma oportunidade para gerar trabalho”. “Também cria riqueza e promove a coesão. E os mais bem-sucedidos agricultores familiares são os que têm mais probabilidades de ficar em áreas rurais”, defendeu. De acordo com Nwanze, isso resalta a necessidade de os governos destinarem investimentos ao desenvolvimento rural de forma que “o aumento de produtividade dos pequenos agricultores esteja vinculado com investimentos em infraestrutura, ou seja, estradas, eletricidade, escolas, serviços sociais, clínicas”. Nwanze apresentou o estudo durante uma visita de trabalho ao México de 9 a 13 de julho para

⁴ Entrevista dada para a revista Exame em Julho de 2014, que pode ser conferida em <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/agricultura-familiar-foi-subestimada-adverte-onu>

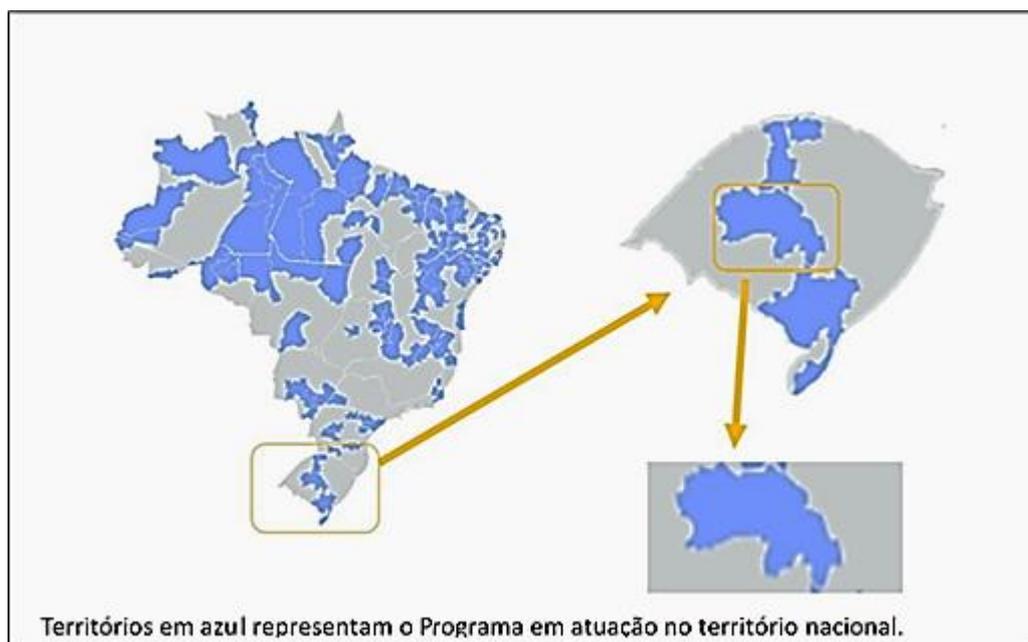
dialogar com autoridades do governo sobre os avanços do país em matéria de desenvolvimento agrícola em zonas rurais. O estudo, elaborado pelo FIDA e o Centro Latino-Americano para o Desenvolvimento Rural, analisa a situação regional da agricultura familiar em seis países: Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guatemala e México. Nos países em desenvolvimento vivem 5,5 bilhões de pessoas, e três bilhões nas áreas rurais. “Desses habitantes rurais, 2,5 bilhões pertencem a famílias envolvidas na agricultura e 1,5 bilhão estão em famílias de pequena produção agrícola. Na América Latina, as produções agrícolas de pequena escala ocupam quase 35% da área total cultivada”, indica. O documento afirma que a permanência e participação desta atividade são fundamentais diante do desafio de alimentar as nove bilhões de pessoas que habitarão o planeta em 2050, “no contexto da mudança climática e transição demográfica, talvez os dois processos estruturais mais transcendentais que afetam o planeta”.

Uma das ações do governo federal direcionada a esta proposta é a criação do Programa de fortalecimento dos territórios, denominado “Territórios da Cidadania”, que tem como objetivo contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. As ações deste programa estão focadas em diversas áreas, a saber: apoio as atividades produtivas; infraestrutura, e, direitos e cidadania.

Estas ações estão integradas às políticas públicas e apresentam uma articulação federativa, permitindo a participação social desde o planejamento até o acompanhamento e a execução das ações. Conforme Lencioni (2001, p.160) é de suma importância olhar para o território e para as suas potencialidades, de forma crítica, para propor mudanças profundas que vão à raiz dos problemas sociais, objetivando, principalmente, o desenvolvimento das regiões em todos os aspectos, desenvolvendo um controle social.

Um dos municípios componentes do Programa Territórios da Cidadania, já citado anteriormente, é o município de Agudo que se encontra no “território central” e que vem se destacando pela diversificação produtiva e pela produção de alimentos. De acordo com a figura abaixo representada, podemos observar o território central.

Figura 2: Mapa do Programa Territórios da Cidadania (2012).



Fonte: Ministério Desenvolvimento Agrário-MDA

O Território Central, no RS é composto por 34 municípios: Itaara, Ivorá, Jaguari, Júlio de Castilhos, Novo Cabrais, Paraíso do Sul, Pinhal Grande, Restinga Seca, Santa Maria, São Francisco de Assis, São Pedro do Sul, São Sepé, São Vicente do Sul, Toropi, Agudo, Cacequi, Cachoeira do Sul, Capão do Cipó, Dilermando de Aguiar, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Jari, Mata, Nova Esperança do Sul, Nova Palma, Quevedos, Santiago, São João do Polêsine, São Martinho da Serra, Silveira Martins, Tupanciretã, Unistalda e Vila Nova do Sul. A população total do território é de 647.823 habitantes, dos quais 125.974 vivem na área rural, o que corresponde a 19,45% do total. Possui 31.965 agricultores familiares, 1.250 famílias assentadas e 10 comunidades quilombolas. Seu IDH médio é 0,81.

Tais elementos são elencados para subsidiar a escolha do município de Agudo/RS para o estudo de caso dessa pesquisa. Esta escolha pode ser reforçada pelo fato de que foi o primeiro município da região central dos territórios a organizar a produção e a fazer entregas das cestas básicas para as famílias inseridas no programa, conforme critérios estabelecidos pelo Programa Fome Zero. Ou seja, duas estratégias conjuntas gestadas pelo Governo Federal, encampadas pela gestão municipal e fortalecidas pelas famílias agricultoras, organizadas e mobilizadas através do Movimento dos Pequenos Agricultores-(MPA).

O Governo Federal repassa recursos para a operacionalização do Programa, através do pagamento da produção, executada através de seus órgãos públicos, com ênfase na Companhia Nacional de Abastecimento-(CONAB) e subsídios através do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar-(PRONAF). A Prefeitura fornece a infraestrutura necessária, inclusive caminhões e espaço para armazenar e transportar a produção e o MPA dá assistência técnica e auxilia na organização da produção através da Cooperativa de produção e Comercialização Camponesa-(CPC), dentre outros projetos, que vão ao encontro da superação dos desafios acima expostos.

Outra ação do governo federal, a ser destacada é o Programa de Aquisição de Alimentos-(PAA), criado em 2003, com acesso para agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais ou empreendimentos familiares rurais portadores de Declaração de Aptidão ao PRONAF-(DAP). O PAA é executado com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário-(MDA) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-(MDS) em parceria com estados, com municípios e com a Companhia Nacional de Abastecimento-(CONAB).

O PAA é uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção. Parte dos alimentos é adquirida pelo governo diretamente dos agricultores familiares, dos assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, para a formação de estoques estratégicos e distribuição à população em maior vulnerabilidade social.

Os produtos destinados para doação são oferecidos para entidades da rede socioassistencial, nos restaurantes populares, bancos de alimentos, cozinhas comunitárias e ainda para cestas de alimentos distribuídas pelo Governo Federal. Outra parte dos alimentos é adquirida pelas próprias organizações da agricultura familiar, para formação de estoques próprios. Desta forma é possível comercializá-los nos momentos mais propícios, em mercados públicos ou privados, permitindo maior agregação de valor aos produtos. A compra pode ser feita sem licitação. Cada agricultor pode acessar até um limite anual, que atualmente não pode exceder à R\$

10.000,00, entretanto há mobilização por parte dos entes organizadores que esse valor passe para R\$ 30.000,00. Todavia os preços não devem ultrapassar o valor dos preços praticados nos mercados locais (MDA, 2013).

Toda essa infraestrutura e apoio do governo municipal, bem como uma base organizada do MPA, fez com que a política pública fosse efetivada, de forma pioneira (Figura 3 e Figura 4).

Figura 3: Primeira entrega do PAA, em 29 de abril de 2009⁵



Fonte: Arquivos de imagens da CPC/RS.

⁵ As imagens são da primeira entrega do PAA, em 29 de abril de 2009, das cestas básicas às famílias de Agudo/RS e que foram entregues pelo Coordenador do MPA do município que auxiliou as famílias que forneceram os produtos.

Figura 4: O primeiro grupo do PAA, em 29 de abril de 2009, do Território Central



Fonte: Arquivos de imagens da CPC/RS.

3.2 O Programa de Aquisição de Alimentos como fator mobilizador em Agudo/RS

O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, teve início na região, no município de Agudo/RS em 2009, com apoio da Prefeitura Municipal e operacionalizado através da Cooperativa de Produção e Comercialização Camponesa – (CPC), cooperativa ligada ao MPA/RS.

A CPC tem sua matriz em Canoas/RS, em um prédio cedido pela prefeitura, onde funciona seu escritório central, armazém e as suas estruturas de caminhões, câmaras frias, esteiras e estoques (Figura 5).

Figura 5: Central de Recebimento e de organização das “cestas camponesas” do PAA em Canoas/RS



Fonte: Arquivos de fotos da CPC/RS.

A escolha da sede em Canoas se deve, principalmente pela logística de recebimento dos alimentos, que vem de diversos municípios do estado do RS, como a farinha de trigo e de milho que

derivam de Ibirubá/RS, o mel e a carne bovina fornecida pelas famílias de Encruzilhada do Sul/RS, a laranja e demais citrus oriundos de Liberato Salzano/RS e região, a banana que vem do litoral norte, etc.

O fornecimento é feito conforme potencial de cada região, na qual Agudo e Paraíso do Sul, iniciaram com o fornecimento de batata-doce, batata, moranga, abóboras, milho, mandioca, repolho e tempero verde.

Como mostra a Figura 6, a divisão e a organização dos produtos que compõe a “cesta camponesa”, denominada assim pela entidade operacionalizadora, por ser proveniente da agricultura camponesa é distinta da cesta básica oferecida comumente pelos Programas de Segurança Alimentar, que apresentam pouca diversidade e basicamente é composta por carboidratos, gordura e açúcares.

Outro motivo que levou a escolha da sede da CPC, em Montenegro, se deu pelo fato de que o maior número de famílias beneficiárias do PAA, na qual 90% do total das famílias estão na região metropolitana e estão organizadas através do Movimento dos Trabalhadores Desempregados – MTD.

Figura 6: Mel e carne bovina na cesta



Fonte: Arquivos de imagens da CPC/RS.

Estes trabalhadores recebem na Cesta Camponesa, fornecida pela CPC/RS, os seguintes produtos: mel, massa, arroz, feijão, frutas da estação, legumes e hortaliças da estação, cebola, batatas, moranga, repolho, mandioca, farinhas, geleias e “chimias” e carne (Figura 7).

Do ponto de vista nutricional não se questiona essa “cesta”, sendo que a questão nutricional sempre foi questão central para a CPC/RS, pois foi organizada no sentido de que a “cesta camponesa” fosse uma extensão da mesa dos agricultores para a mesa dos trabalhadores da cidade.

Figura 7: Cestas prontas para a distribuição



Fonte: Arquivos de imagens da CPC/RS.

Do ponto de vista social também não se questiona, sendo que é critério do Programa que as famílias que recebem estejam organizadas, bem como as que fornecem. Esse fator fortalece a identidade enquanto classe - trabalhadora e camponesa, tomando para si a tarefa e a responsabilidade de organizar as famílias, visto que conhecem as suas bases organizativas.

Na atualidade, uma luta coletiva de classe é quase impossível sem uma organização que a movimente ou, num momento mais tardio, modele uma iniciativa que começou por ser espontânea. Contudo, um fato parece-nos essencial. Sem uma predisposição mínima da classe para lutar em torno de objetivos e propostas que os seus membros considerem exequível ou justas, o papel de uma organização social ou política é inócuo. Daí que as organizações sociais e políticas da classe trabalhadora que conheceram maior notoriedade histórica tenham sido precisamente aquelas que num ou durante um período histórico se mostraram capazes de equivaler a sua tática e a sua estratégia às aspirações concretas – [...] em termos de transformação social – de amplas massas populares e operárias. (AGUIAR, 2009, p. 87).

Se do ponto de vista nutricional o PAA é muito importante e do ponto de vista social também não se questiona sua importância, por que o PAA, através da CPC está paralisado? Essa paralisação não se dá apenas na região central, mas em todo o RS onde a CPC atua. Quais são as causas dessa paralisação?

A realidade encontrada na região, mesmo após terem sido pioneiros, no acesso ao Programa, é de completa estagnação no que concerne ao PAA. Uma das famílias pesquisadas relata que sente com a paralisação do programa:

Já vendemos bastante alimento para o PAA: mandioca, batata, abóbora, moranga, feijão, foi bastante coisa que foi vendido. **Pena que deu uma parada, né, mas tava bom.** (C.I, 61 anos).

Contatamos com um dos coordenadores do MPA da região e um dos responsáveis pela CPC/RS, Sr. Valdemiro Vezaro. Em entrevista, ele apontou como maior empecilho a burocracia. Segundo ele ela está na prestação de contas, na elaboração dos projetos, no pagamento aos produtores, e inclui também, o baixo preço de mercado pago pela produção como fator que torna pouco atrativo, fornecer para o PAA. Tudo isso, segundo ele, se agrava com a municipalização do Programa.

Vezaro também aponta outros gargalos do Programa:

[...] Infraestrutura de armazenagem da produção, distribuição e logística, sazonalidade da produção e efeitos climáticos. Vários produtos da cesta

básica não são produzidos na região, como banana, trigo e outros, necessitando uma organização no transporte e logística, necessitando de veículos adequados para realiza-lo.

Quanto ao prazo do PAA na região, para retornar as atividades, Vezzero não tem esperanças e parece até descrente o seu retorno em função de atualmente ser municipalizado, ou seja, a Cooperativa ou Associação – entidade organizadora das famílias produtoras, que ocorria regionalmente, atualmente deve ser do município e, segundo ele, haverá dificuldades para a criação.

Uma das famílias pesquisadas, que forneceu produtos para o PAA, também faz uma análise crítica sobre o funcionamento do Programa na época, em 2009, quando do primeiro ano de operacionalização, e propõe melhorias para a entidade organizadora (CPC/RS), demonstrando preocupação com relação aos alimentos que as famílias que recebem a cesta:

[...] eu sou franca né, pela parte do MPA ou do PAA, quem manda eu acho que falta um pouco de organização também, tem algumas coisas que tinha que ser um pouco mais organizado, assim, por exemplo, quando tinha o PAA, que o Tuté mandou nós arrancar mandioca porque ele ia buscar, mas não veio quando disse que ia buscar, daí quando ele chegou aqui, as nossa já tava estragada.

[...] eu não sei se era mal organizado ou a família arrancou o produto antes do tempo, porque eu acho assim, se nós temo o produto e nós vamo mandar ele pra uma família pobre que precisa, **nós não podemos mandar produto estragado**, nós temo que mandar um produto que eles podem aproveitar também, **porque eu também não ia gostar de receber um produto que tá estragado** que não dá pra aproveitar, né, essa parte eu achei que, quem sabe se unindo mais, pensando mais junto com quem manda a produção, ia chegar num ponto onde é mais organizado. (S.R., 55 anos).

Ainda referente à municipalização do PAA, o coordenador afirma que poucos agricultores serão beneficiados para fornecerem os alimentos necessários e até tem perspectivas da CPC/RS voltar a operacionalizar, mas com muitas dificuldades.

Outra família pesquisada nos relata as dificuldades vivenciadas para se organizarem novamente e retornarem o fornecimento para o PAA e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE:

[...] Tá meio parado agora! É que isso tudo tem que ser embalado, tem regras. Foi criado agora a associação dos produtores daqui, mas não progride, tá parado. A burocracia tá trancando. Tão esperando aprontar os papel para poder vender. (M.M, 39 anos).

Vislumbrar o PAA municipalizado, do ponto de vista da participação, faz com que os principais interessados se envolvam em todas as etapas do processo e não apenas na entrega dos produtos. Todavia, tornar local o processo produtivo e organizativo, não garante que a participação ocorra. Exemplo disso é o fato de que uma associação está sendo criada, mas estão esperando pelo presidente dessa associação e de acordo com a pesquisada e seu esposo, até questões pessoais estão acarretando na demora da constituição da associação.

Esse casal deixa transparecer que embora se trate de uma associação de constituição coletiva, apenas o presidente da futura entidade organizativa está com a tarefa de resolver as pendências para o início das atividades. Pelo que consta, na sua falta o processo paralisa e os demais parecem não estar se envolvendo, conforme depoimento:

É que o presidente tá envolvido agora só nas coisas dele. Dos moranguinhos, das entregas e ele também estava fora um tempo, né. Então tá parado, vamos ver agora, o que eles vão fazer. (M.M., 39).

Questionamos o coordenador, sobre a situação econômica e produtiva das famílias que forneceram para o PAA, se ele tinha conhecimento de como estão, principalmente os que forneceram em 2009, e ele nos aponta a seguinte situação:

Atualmente, encontram-se de diversas formas. Dessas famílias cerca de 80% continuam diversificando, mas apenas para o consumo. O restante das famílias continua produzindo tabaco numa área da propriedade, mas continuaram diversificando e investindo na produção de alimentos que são comercializados através da venda direta para mercados locais e principalmente, participam da feira de economia solidária em Santa Maria/RS, uma vez por semana. 2 (duas) famílias (3,3%) não produzem mais tabaco, apenas alimentos. Ou seja. O PAA deu início e depois as famílias seguiram com a venda direta.

De acordo com o depoimento de Vezzano, o PAA foi um fator mobilizador na região. Ele nos conta que o início do Programa gerou uma grande expectativa na região, principalmente com relação à diversificação produtiva em áreas de tabaco. Todavia, segundo ele a produção comercializada era a excedente, de subsistência e não era voltada especificamente para o PAA.

A produção que foi comercializada era excedente a da subsistência, portanto, não era voltado exclusivamente para o PAA. Se criou uma grande expectativa em relação a diversificação de cultura do fumo, com a produção de alimentos e com a paralização, engessou este processo.

Embora Vezzano tenha afirmado que o processo de diversificação tenha ficado “engessado” com a paralização do programa, um casal de Linha Teutônia expressou suas perspectivas e expectativas de retornarem o fornecimento, bem como da preocupação de terem os alimentos quando a associação estiver pronta para funcionar.

Tá sendo construído um centro de distribuição de alimentos, para botar alimento para dentro. E se os produtores não se organizarem e produzirem alimento para botar dentro não vai ter para distribuir.

Depois que estiver tudo legalizado vai ser bom para os produtores. Que nem as mandiocas, tu vai poder plantar as mandiocas, daí vai ser tudo guardado descascadinho, embalado a vácuo, bota em câmara fria e dura um tempão.

É um projeto que está em andamento de passos lentos, né, mas daqui um ou dois anos vai desenvolver. A gente também entrou num outro projeto destes de frutas, de chimia e suco, mas é uma coisa que também vai demorar, de compota e suco, mas esse é o que mais vai demorar porque é o que mais exige a fiscalização. (Casal M. de Linha Teutônia).

Essa mesma família relata que com a inserção no PAA e a possibilidade de diversificar para comercializar, a renda aumentou e que a iniciativa de produzir mais alimentos e menos fumo foi de ambos, da mulher e do marido. Entretanto, a primeira preocupação foi com a saúde da família, de ter alimentos diversos, saudáveis e sem veneno para o consumo e como eles mesmos dizem, “para o gasto”.

Cada vez a gente vai ficando menos na roça e tem que optar por uma coisa que dê menos serviço, menos gente, menos veneno. A gente tem que ter pro gasto, porque no mercado para a gente comprar tudo é caro né. E é cheio de agrotóxico, como é as coisas, né. **A gente plantando sabe o que vai comer.**

Enquanto as possibilidades de comercialização da produção de alimentos não se concretizam, de forma mais potencial, as famílias seguem produzindo “pro gasto” e na produção do tabaco, de onde provem as principais receitas, como afirmam o casal de Linha Teutônia: “enquanto não acontecer isso a gente vai ter que plantar fumo, senão não vai vir o dinheiro” (M.M e S.M., Linha Teutônia).

Um outro ponto importante foi tocado pelo coordenador do MPA/RS, destacou que os olhares concentram-se na produção, mas lembra do principal motivo que levou o MPA a encaminhar o projeto do PAA para a CONAB, que foi a necessidade de alimentos para inúmeras famílias carentes, em situação de vulnerabilidade social, na cidade e no meio rural, cuja a possibilidade de comercialização da produção dos

camponeses do município e região, fez com que esse projeto pioneiro pudesse atender às 100 famílias do município com o recebimento das cestas camponesas.

3.3 A agroecologia como alternativa ao modelo de produção hegemônico

Ao analisar a situação atual do PAA na região, suas consequências, sua importância e suas perspectivas, vislumbramos a importância da produção de subsistência que originou o comércio do excedente da produção. A satisfação das famílias em ter a mesa farta e não depender do mercado para alimentar os filhos é declarada, observada e vivida, através das várias refeições compartilhadas nas suas casas.

Essa agricultura diversificada e sustentável, do ponto de vista ambiental e social, faz um contraponto à agricultura capitalista e global do sistema integrado de produção e pode ser vista como uma agricultura de resistência ao modelo hegemônico imposto.

Ao produzir “de tudo pro gasto”, sem veneno, sem agrotóxicos, mesmo que em uma parcela da propriedade, pois ainda reservam uma parte para a produção do fumo, essas famílias não estão apenas preservando a sua própria saúde, mas também a saúde da terra, da água e dos recursos naturais utilizados que deixam de ser contaminados. O que pode ser identificado como uma contradição, pois o fumo concorre com a produção de alimentos, também pode ser denominado como um processo de transição para a agroecologia.

As formas de produção e a utilização dos recursos naturais criam tensões, mas também encontros. Os movimentos sociais do campo superaram a forma como se discutia a questão da terra, que era centralizada na reforma agrária. A luta não se dá mais, somente e diretamente com o latifúndio improdutivo, mas sim sobre as formas como utilizam os recursos naturais, sendo que as questões atuais são: produzir de que forma? E para quê? Para alimentar o povo ou para material de capital especulativo, exportação e royalties?

A agroecologia foi introduzida nessa pesquisa por fazer parte da agricultura praticada pelas famílias pesquisadas, quando essa é voltada para a subsistência e nos auxilia nas reflexões do ponto de vista da sustentabilidade. Todas as famílias pesquisadas produzem de forma agroecológica para o sustento e estendem essa produção para os filhos e netos que não estão mais no meio rural, bem como

comercializam ou trocam o excedente. Isso, em se tratando de uma área que não concorre com o fumo e muitas vezes nem com o milho.

Essa realidade, identificada, nos remete aos dados e às informações apresentados no Censo Agropecuário (2006), já citado, em que as áreas das propriedades pesquisadas são de, no máximo, 20 ha (vinte hectares), onde mais da metade dessas áreas são cobertas por matas nativas e em lugares de difícil acesso, cuja produção, em função da declividade das terras, os impossibilita de usar animais como força de trabalho ou tratores, mesmo que de pequeno porte.

Olhando para as características dessas áreas, percebemos que a produção agroecológica e a reforma agrária estão diretamente ligadas ao âmago das questões da sustentabilidade.

As práticas agroecológicas apontam que não é possível produzir agroecologicamente em 20 mil ha, mas dá para fazer monocultivos orgânicos nesse espaço para atender um nicho de mercado. Todavia, a discussão que se propõe aqui, é de que as estratégias que tenham por base a sustentabilidade ambiental, que sejam economicamente equânimes e socialmente justas, passam pela diversificação da produção.

Com essa fundamentação, atentamos para o fato de que a agroecologia é diferente de agricultura orgânica, pois a agroecologia prima para que o alimento chegue ao trabalhador da cidade com preço justo uma vez que toda a produção é controlada com produtos agroecológicos e produzido pela própria família, com conhecimento popular e familiar e fortalecidos por técnicas disseminadas pelas redes agroecológicas de ATER.

Há uma rede agroecológica trabalhando e multiplicando os conhecimentos de uma produção sustentável, sobretudo do ponto de vista ambiental que passa pela produção de caldas produzidas pelas famílias para controle de doenças, do controle biológico de pragas, do controle das plantas indicadoras, também denominadas pelas famílias de inços, pela adubação verde, pela utilização de sementes crioulas, produzidas, multiplicadas e melhoradas por eles mesmos e cujas tecnologias são potencializadas e incentivadas pela mobilização social que essa agricultura enseja.

Não depender de comprar os insumos para a produção e ter domínio das tecnologias necessárias, faz com que o custo final da produção seja mais baixo, pois se deixa de comprar na agropecuária ou mesmo nas casas especializadas para a produção de orgânicos, os insumos para produção. De qualquer forma, para Caporal

e Costabeber (2001, p. 36) “o objetivo de tal estratégia seria a sustentabilidade ecológica de longo prazo em lugar da produtividade de curto prazo”.

Importante fazer essa distinção porque, enquanto consumidores, poucos acessam as prateleiras de orgânicos nos supermercados, pelo alto valor cobrado, entendendo a produção de orgânicos como, apenas, aqueles produtos livres de agrotóxicos, pagando-se mais caro para ter um alimento limpo e saudável, elitizando o seu consumo.

Conforme Altieri (2004) trata-se de um objetivo social e produtivo, cujo padrão tecnológico e de organização social e produtiva adotado, não use de forma predatória os “recursos naturais” e tampouco modifique tão agressivamente a natureza, buscando compatibilizar, como resultado, um padrão de produção agrícola que integre equilibradamente objetivos sociais, econômicos e ambientais.

A agroecologia trata de novas relações de consumo, em que todos têm o direito de produzir sem ter sua saúde prejudicada, bem como todos têm o direito a uma alimentação saudável e não apenas aqueles que têm condições de pagar por esse tipo de alimentação.

Com base na agroecologia, podemos afirmar que as tomadas de decisões são frutos do modo de ser e de viver da família camponesa e de fatores endógenos, diretamente ligados à sua identidade e ao seu sentimento de pertença de sua classe, comunidade e região.

Todavia há muitos desafios pela frente, como o aumento das áreas cultivadas, o incentivo através das políticas públicas, de tecnologias voltadas a essa forma de produzir e, sobretudo, o reconhecimento do ponto de vista da sustentabilidade pela academia e nas escolas de formação das ciências agrárias, que formam os técnicos que vão a campo, incentivar a agroecologia ou negá-la.

3.4 O Movimento dos Pequenos Agricultores-MPA/RS: mobilização social como estratégia de superação das consequências e mazelas do sistema capitalista no meio rural

O MPA é um movimento social formado por famílias camponesas, com abrangência nacional e de caráter popular, de massa, autônomo e de luta permanente que tem como objetivo o resgate da identidade e da cultura camponesa, respeitando a diversidade regional, o modo de vida e os valores da classe camponesa nas diversas regiões do Brasil.

Surge nos anos de 1990, reivindicando atitudes do poder público para o enfrentamento de uma longa estiagem que desencadeara uma situação insustentável para os agricultores e agricultoras, que não estavam sendo conduzidos de maneira satisfatória pelos sindicatos da categoria.

Atualmente o MPA está em 17 estados do país (SC, PR, MT, GO, DF, RO, PA, PI, CE, SE, PE, AL, BA, ES, RJ, MG) e no Rio Grande do Sul em mais de 100 municípios. Também está organizado com movimentos sociais de outros países, através da Via Campesina, cujas prioridades estão relacionadas ao resgate da cultura camponesa e na defesa da agroecologia, como contraponto a uma agricultura globalizada, excludente e patriarcal.

É consenso no MPA que as questões econômicas estejam intimamente inter-relacionadas às questões sociais. O camponês e a camponesa têm o domínio de sua forma de produção, “do fazer”, o que lhes concede autonomia nas suas tomadas de decisões, uma vez que as suas decisões do que plantar, de que forma e quando, são tomadas pela família, ou pelo homem, como já vimos, na qual culturalmente o homem é denominado o “chefe da família”.

Do ponto de vista mais concreto, do enfrentamento ao agronegócio e da expropriação dessa identidade camponesa, ocorre na região do Vale do Rio Pardo, com ênfase no município de Santa Cruz do Sul, o enfrentamento direto com as empresas fumageiras, que exploram o trabalho das famílias camponesas e reiteram a necessidade do cuidado pleno com o tabaco, na qual as famílias são orientadas a produzirem somente o tabaco, deixando de produzir para a sua subsistência e de diversificar sua produção. Nesse contexto surge a necessidade de fazer um contraponto às indústrias fumageiras, e nesse sentido o MPA implanta um Centro de Formação e Diversificação à Cultura do Tabaco.

É importante esclarecer que tanto a AFUBRA quanto as fumageiras têm a proposta de diversificação da produção nos seus discursos, principalmente em outdoors e na mídia para fazer frente à Convenção Quadro. Entretanto, na prática, o que nos mostram é “você pode plantar de tudo, mas nada dá tanto quanto o fumo”.

O Centro de Produção e Formação Camponesa São Francisco de Assis, em Santa Cruz do Sul, região central do Estado do Rio Grande do Sul é uma iniciativa do Movimento dos Pequenos Agricultores que, através da Cooperativa Mista dos Fumicultores do Brasil (Cooperfumos), busca formas de diversificar a produção.

O que diferencia os discursos é que todas as chamadas públicas de ATER produção, desenvolvidas pelas entidades ligadas ao MPA, tem como objetivo a diversificação, a agregação da renda com a diversificação produtiva, a redução concreta das áreas de fumo e a transição para a agroecologia. A Cooperfumos do Brasil surgiu para esse fim.

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz doou uma área de 41 hectares, de acordo com os documentos disponibilizados pela Cooperfumos, onde se instalou o Centro de Produção e Formação, com o objetivo de desenvolver alternativas concretas de viabilizar a produção dos pequenos agricultores, através de experimentos agroecológicos e de formas sustentáveis de produzir e de viver. Neste local, são desenvolvidas várias experiências de diversificação da produção, sendo um local de formação e de troca de experiência, de difusão de tecnologia apropriada às condições camponesas.

Com apoio da Petrobrás, através do Programa Desenvolvimento e Cidadania, foi construído, com técnicas de bioconstrução e convencionais, um Centro de Formação e Capacitação. Este Centro foi construído ao mesmo tempo em que formou 240 jovens e agricultores em bioconstrução e bioenergia, e que está pronto para receber os camponeses e as camponesas, especialmente jovens, para aprender técnicas de produção agroecológicas, técnicas agroindustriais, organização social e organização da produção, conforme informações que constam nos documentos do acervo da Cooperativa, e que também podem ser comprovados através de visitas no local.

Todas essas atividades estão sendo acompanhadas por cerca de cinco mil camponeses, atualmente associados à Cooperfumos, e pela sociedade regional, tornando-se referência para as famílias agricultoras que buscam alternativas para diversificar a produção em áreas do tabaco.

Nesse local, nasceu o Coletivo de Mulheres e é onde ocorrem os encontros do Coletivo dessa região. Dessa forma, o Movimento dos Pequenos Agricultores vem buscando efetivar a participação das mulheres nas suas instâncias, além de buscar sua inserção na produção de alternativas viáveis e sustentáveis para as famílias camponesas. Para isso, são organizados encontros de formação específicos, em parceria com cooperativas, sindicatos, movimentos sociais e outras associações, debatendo processos produtivos com base na agroecologia, resgatando sementes e variedades crioulas e buscando a diversificação da produção e a sustentabilidade ambiental, bem como, a soberania e a segurança alimentar para essas famílias. A discussão de gênero nesse processo, objetiva sensibilizar/socializar os cidadãos sobre o papel da mulher na sociedade e principalmente na agricultura camponesa.

3.5 Igualdade de gênero na mobilização social – O Coletivo de Mulheres do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA/RS

O Coletivo de Mulheres do Movimento dos Pequenos Agricultores - RS tem um dos locais de atuação na região de Santa Cruz do Sul, para fazer frente à dominação e à exploração do capital transnacional na região, por se tratar do berço da instalação das grandes empresas do tabaco. Foi criado para trabalhar, discutir e refletir sobre a desigualdade de gênero que ocorre igualmente no próprio MPA, com objetivo também de fortalecer o papel da mulher na participação social e na mobilização dentro das estruturas do Movimento, incluindo os espaços de decisão.

O Coletivo de Mulheres do MPA - RS é um grupo composto basicamente por mulheres, integrado a uma organização mista, com área de atuação no rural. A composição social do grupo/organização é de agricultoras familiares, e foi criado com o objetivo de ampliar a participação das famílias no MPA.

Iniciou em 2006, o processo de discussão sobre a realização de um trabalho específico com as mulheres. A base principal era debater as relações de gênero e a geração de renda para as famílias, principalmente pelo fato das mulheres cuidarem das criações e das “miudezas” que vão para a mesa da família, e também realizar a diversificação da propriedade e conseqüentemente da renda. As próprias mulheres foram protagonistas na criação do grupo, com várias parcerias e assessorias. Os primeiros trabalhos desenvolvidos se relacionavam com o estudo das plantas

medicinais, à criação de um horto medicinal (Figuras 8 e 9), à discussão sobre as monoculturas, ao modelo de produção atual, ao endividamento, entre outros.

Figura 8: Trabalho no horto medicinal, plantio, troca de mudas e conhecimentos, em Santa Cruz do Sul, agosto de 2008.



Fonte: Arquivos de imagens do Coletivo de Mulheres do MPA/RS.

Figura 9: Atividade em Santa Cruz do Sul, elaboração de um horto medicinal, no formato de “Relógio do Corpo Humano”, em agosto de 2008



Fonte: Arquivos de imagens do Coletivo de Mulheres do MPA/RS.

A primeira experiência de comercialização ocorreu em 2010 e, atualmente, não há um volume mensal certo de comercialização. A produção das plantas medicinais, tinturas, sementes e também de bolsas, doces, pães, lanches, sucos, compotas, conservas, queijo e artesanatos, são comercializados em feiras e, principalmente, nas festas relacionadas à agricultura camponesa.

Nem toda a produção tem o objetivo comercial, propriamente dito, pois ocorrem frequentes trocas que objetivam a auto-organização das mulheres que ocorrem nas seguintes regiões: Região Vale do Rio Pardo, Região Celeiro, Região do Médio e Alto Uruguai, e Região do Vale do Taquari.

Desde o início foram feitos vários cursos de formação na qual o objetivo principal foi de discutir o modelo de agricultura atual e o modelo de agricultura que se queria construir, que levasse em consideração a natureza, a biodiversidade e capaz de se manter para as futuras gerações e, sobretudo, que refletissem sobre as questões da vida das pessoas, dos camponeses e camponesas, como viviam, como se alimentavam, como eram as suas relações sociais, como produziam e como foi

mudando com o passar do tempo, cuja percepção foi alterada, principalmente, depois da Revolução Verde, quando ocorreram as principais mudanças.

Considerando isso, percebemos a importância de resgatar conhecimentos esquecidos no decorrer da história, pois a maioria desses conhecimentos foi transmitida de forma oral, não havendo registros escritos. Por isso, julgaram necessário o resgate em torno da utilização das plantas medicinais que foram fundamentais num período histórico quando ainda não havia produtos fármacos, em que se dependia totalmente do conhecimento de como utilizar as plantas medicinais (Figura 10). Por isso, é de suma importância o trabalho desse tema com as mulheres, para resgatar este conhecimento e (re)conhecer as plantas medicinais. Se reconstruindo e se fortalecendo.

Figura 10: Exposição dos produtos fitoterápicos em feiras



Fonte: Arquivos de imagens do Coletivo de Mulheres do MPA/RS.

Os encontros envolveram um trabalho prático no horto medicinal e um teórico, no qual se estudou assuntos relacionados com a atualidade, dentro do contexto da diversificação da produção e da soberania alimentar e questões de gênero, sob a coordenação das responsáveis pelo projeto construído, coletivamente, a partir das demandas dos camponeses e das camponesas.

Aos poucos a demanda por socializar os conhecimentos e os encontros passaram a atender, também, a produção de artesanato, de chimias, de doces, de compotas, de lanches, comercializados nas feiras em que o Coletivo de Mulheres participa (ANEXO V).

Os grupos de mulheres com os quais temos tido contato são unânimes ao relatar que o trabalho com as plantas medicinais em momentos e espaços específicos tem funcionado como uma 'ponte' para a reflexão sobre o que elas chamam de "questões de gênero". Dentro de tais questões, obviamente não desaparece o pano de fundo da luta "contra o patriarcado", mas outros aspectos vão sendo delineados e percebidos. (MARQUES, 2014, p. 5).

O coletivo trabalha com ênfase na diversificação da produção em áreas de tabaco, tendo como alvo principal a produção de alimentos para a subsistência da família e para comercialização, em feiras e mercados locais (Figura 11). O trabalho é pautado na soberania alimentar, aqui entendida como o princípio que compreende o direito dos povos a alimentos saudáveis e culturalmente adequados, produzidos com métodos sustentáveis, e na autonomia dos povos, para definir seus próprios sistemas agrícolas e alimentares, ou seja, o que, quanto e como produzir e consumir, conforme conceito utilizado pela SOF – Sempre Viva Organização Feminista.

Figura 11: Feira realizada em Santa Cruz do Sul em outubro de 2013, com produção agroecológica e artesanato



Fonte: Arquivos de imagens do Coletivo de Mulheres do MPA/RS.

Atualmente, estas atividades já extrapolaram os fatores mobilizadores e encontram-se focadas em processos políticos de participação e de emancipação, tais como: autonomia na produção de alimentos para autoconsumo, comercialização e organização de feiras, reivindicação de direitos sociais fundamentais, cuidados com o meio ambiente, com a saúde, na ampliação da renda familiar, chegando à temática da violência (ANEXOS IX a XII).

As lutas e mobilizações do Coletivo de Mulheres do MPA/RS é pauta de lutas (ANEXO XIII) dos movimentos sociais da Via Campesina, nesse caso, das denominadas “Mulheres da Via”, que iniciou, em 2006, com a ocupação do Horto da empresa Aracruz Celulose.

Sobre esse ato específico, podemos afirmar que foi um divisor de águas. A ocupação do Horto da empresa (Figura 12), sob gritos e com cartazes de “onde o deserto verde avança, a diversidade é destruída”, escancarou ao mundo uma face da perversidade do sistema capitalista, agindo diretamente sobre a vida dos camponeses e das camponesas. Um ato severamente punido, questionado e criminalizado, que, no entanto deu voz e vez a novos sujeitos sociais políticos: as camponesas.

Figura 12: Ato mobilização pelo Dia Internacional das Mulheres, no Horto da empresa Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro em março de 2006



Fonte: Site <http://noticias.terra.com.br/>

Diante da realidade exposta, dos objetivos que trabalha o MPA e dos motivos que levaram a criação do Coletivo de Mulheres, é compromisso dos movimentos sociais do campo a busca para a consolidação de formas e de alternativas, que primem pela sustentabilidade do desenvolvimento regional, sobretudo, na agricultura, na economia e nas relações sociais, pautadas pela igualdade de gênero que perpassa por todos os segmentos da sociedade.

4. O MUNICÍPIO DE AGUDO: A AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO MEIO RURAL, A IMPORTÂNCIA DA MOBILIZAÇÃO E DO PAPEL DA MULHER NA DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO

Trazemos nesse último capítulo, os resultados da pesquisa, mais detalhado no item da metodologia a seguir, mas, sobretudo, um resumo da formação sócio-histórica do município de Agudo/RS, que desde as suas origens se destaca na produção diversificada. Além das informações do município, também apresentamos uma análise sobre as políticas públicas no meio rural, a mobilização social, a participação social e o gênero, diversificação da produção e a reprodução social.

4.1 Metodologia

Primeiramente realizamos a escolha do município onde faríamos a pesquisa e decidimos pelo município de Agudo/RS-Brasil, por ter se destacado no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa Fome Zero, fato que analisamos com mais afinco a seguir.

Após a escolha do município, realizamos um levantamento junto ao MPA municipal, que nos informou que 60 (sessenta) famílias venderam alguma produção para o PAA, em 2009, ano em que ocorreu a primeira entrega das cestas para as famílias em situação de vulnerabilidade social do município.

Dessas famílias que forneceram parte da produção para o Programa do PAA (no total de 60 famílias), entrevistei 8 (oito) camponesas (ANEXO III), de regiões distintas do município. Dessas, com sete famílias ficamos um dia inteiro com elas na propriedade, e uma família aceitou apenas responder as questões da entrevista.

A escolha das famílias se deu aleatoriamente entre aquelas que participam ativamente do MPA e as que não participam ativamente, mas que acessam as políticas públicas que são mediadas pelas entidades ligadas ao Movimento. Da mesma forma, a participação no Movimento não se dá de forma igual na família, em algumas, as mulheres também participam do Coletivo de Mulheres do MPA.

Buscamos mesclar a escolha das entrevistadas, porque haveria possibilidade de enviesamento dos resultados quanto à desigualdade de gênero, pois tínhamos uma ideia pré-concebida de que as mulheres militantes do Coletivo de Mulheres estariam empoderadas a ponto de não sofrer com questões machistas, nas suas

relações familiares. A pesquisada mais nova tinha a idade de 30 anos na época da pesquisa e a mais velha tem 61 anos de idade, já recebendo aposentadoria.

Realizamos as entrevistas, utilizando um roteiro semiestruturado, com perguntas abertas e observação participante (ANEXO IV). As análises foram além das respostas e incluíram as observações do cotidiano dessas famílias e confiamos que se trata de uma boa amostra, visto as peculiaridades observadas, bem como, constatamos que a partir da quarta pesquisada já houve uma saturação quanto às repostas e a realidade de vida.

As principais conversas foram gravadas e todas passaram pelo processo de análise. Ao degravarmos as entrevistas e analisá-las, percebemos que algumas desvelaram uma contradição com a realidade observada, ou seja, a fala anunciava uma realidade que a mulher gostaria de viver, na sua vida concreta, todavia a realidade observada mostrou uma contradição entre o dito e o observado.

Permanecemos um dia inteiro na propriedade de cada entrevistada, bem como participamos das atividades de produção e de reprodução social, dos dias de campo dos projetos de ATER, cujas famílias fazem parte, bem como, participamos das festas e das comemorações locais. Dessa forma, as análises se deram além da simples aplicação do roteiro, uma vez que a realidade nem sempre pode ser descrita através de palavras. Dessa forma, para abordar a dinâmica complexa da vida das famílias pesquisadas, foi necessário que reduzíssemos o número de pesquisadas para ampliarmos as análises.

Para análise dos dados, utilizamos as falas das pesquisadas e dos pesquisados, já que seus maridos participaram ativamente desse processo, para refletirem sobre o espaço onde vivem e trabalham. A respeito do trabalho na roça, destacamos o trabalho das camponesas e das agricultoras familiares, sua importância na diversificação produtiva da propriedade, na produção dos alimentos que vão à mesa da família e, cujo excedente é comercializado.

Sobre o trabalho das mulheres, também contemplamos à análise das suas lutas diárias, do seu trabalho reprodutivo e a sua participação coletiva para a superação das desigualdades de gênero.

Elencamos as informações obtidas nas seguintes categorias de análise: políticas públicas, mobilização social, participação social, gênero, diversificação da produção e reprodução social, que correspondem aos objetivos específicos dessa pesquisa e que consideram as entrevistas e a realidade observada, com relação: à

ausência de políticas públicas no interior do município; a importância da mobilização para a melhoria na qualidade de vida no meio rural; a categoria de gênero como análise da participação; e, o cotidiano e a reprodução social na vida das mulheres, com vista na produção de subsistência.

Refletir sobre a participação dessas mulheres, acarretou numa análise crítica da própria militância feminina no movimento social misto e exigiu um distanciamento e um olhar como pesquisadora, para analisar as práticas cotidianas e profissionais.

Por fim, buscamos compreender de que forma as ações mobilizadoras da classe camponesa, que auxiliam na superação das práticas impostas pelo agronegócio, atuam na superação das desigualdades de gênero nas relações familiares. Salientamos que, mesmo após ter informado às famílias que se tratava de uma pesquisa com as mulheres, seus maridos participaram ativamente, ora complementando as falas de suas esposas, ora respondendo por elas, ora interrompendo suas falas e ora concordando.

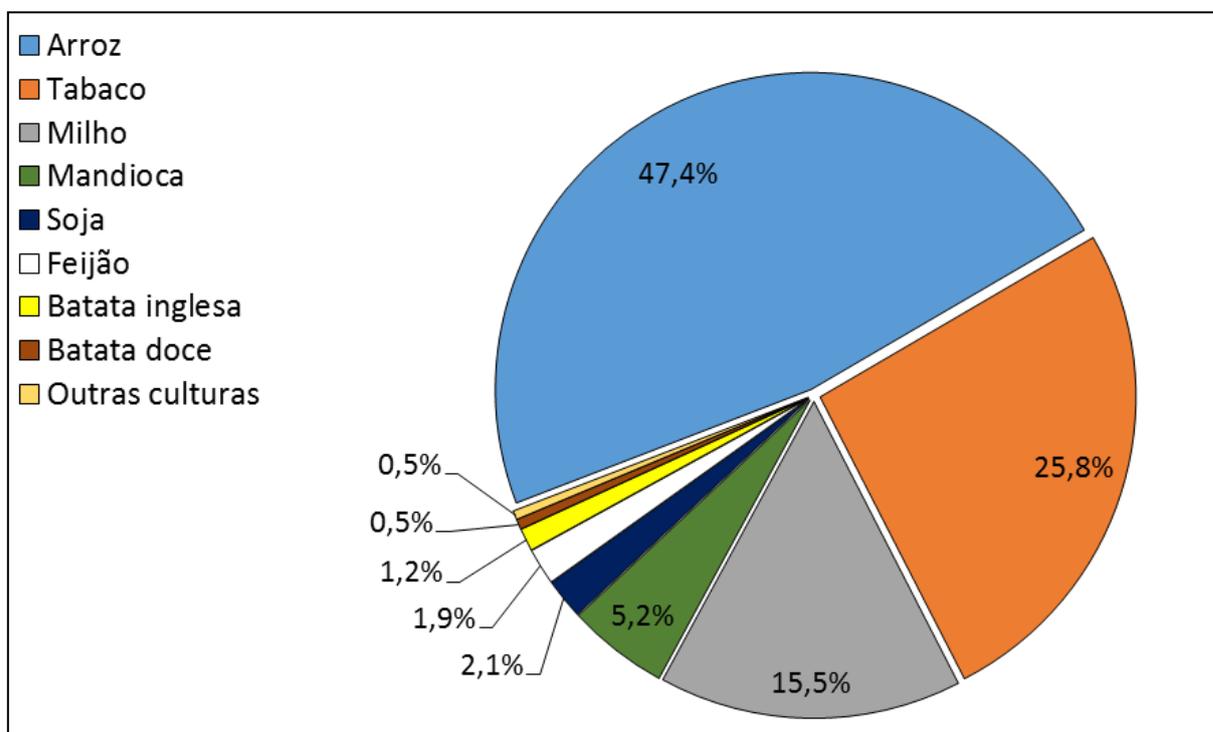
4.2 O município de Agudo/RS

Agudo é um município localizado no interior do estado do Rio Grande do Sul, pertencente à mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense, e microrregião de Restinga Seca, distante cerca de 240 km da capital do estado, Porto Alegre. Faz limite com os municípios de: Cerro Branco, Nova Palma, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Restinga Seca, Paraíso do Sul, Dona Francisca.

A população de Agudo, estimada pelo IBGE em 2010, era de 16.722 habitantes, dos quais cerca de 9.833 (50,80%) viviam na zona rural, e destes 4.849 (49,31%) eram mulheres e 4.984 (50,69%) eram homens.

A estrutura fundiária do município é composta por pequenos estabelecimentos caracterizados pela agricultura familiar. Dentre as principais culturas agrícolas temporárias produzidas no município estão: o arroz, cerca de 47% da área cultivada; em segundo, o tabaco com cerca de 26% da área cultivada; e em terceiro lugar o milho, com 15,5% da área destinada às culturas temporárias, de acordo com o representado na figura abaixo:

Figura 13: Áreas destinadas ao plantio de culturas temporárias em Agudo, no ano de 2013.



Fonte: IBGE⁶.

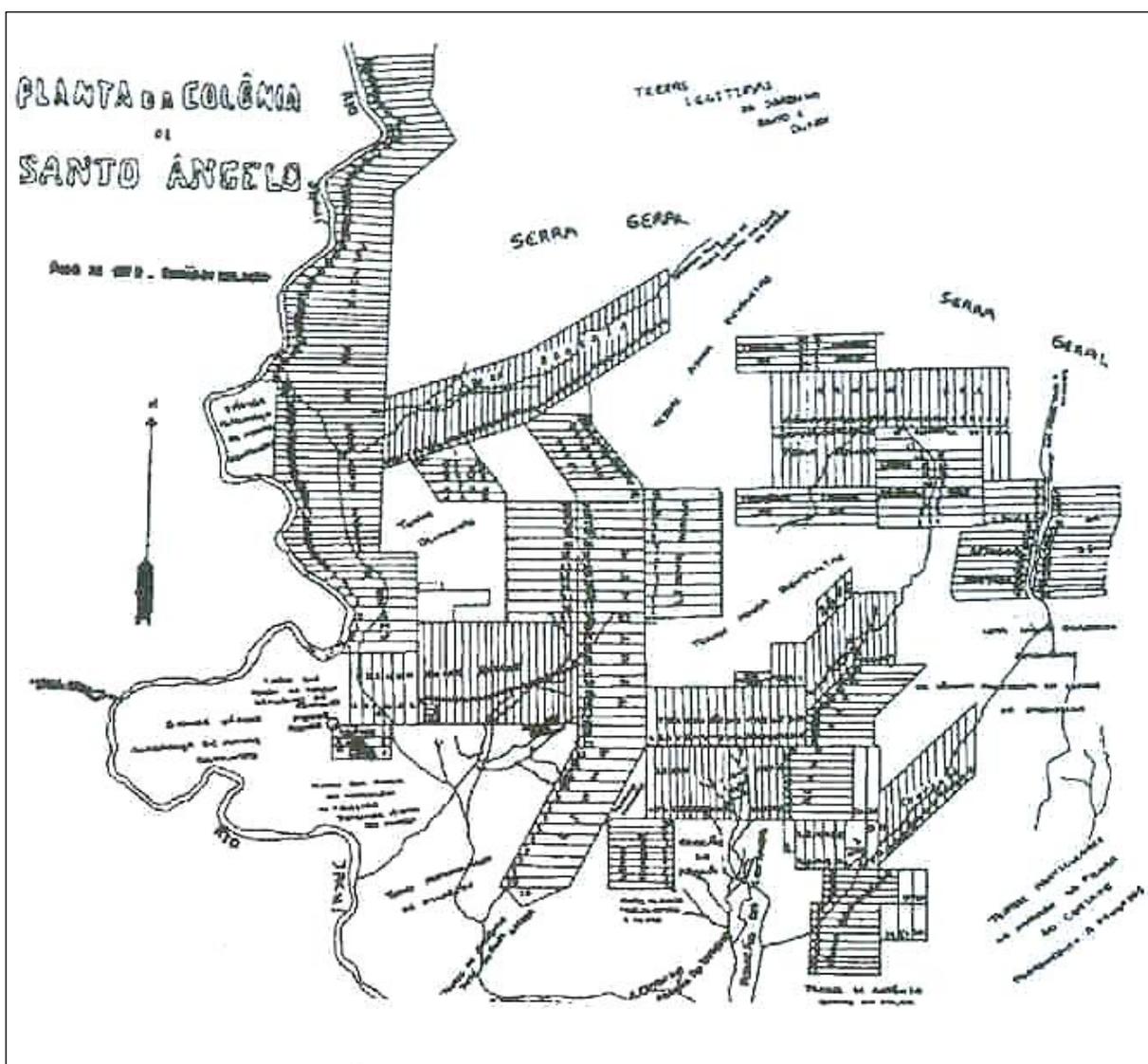
Ao analisar os dados fornecidos pelo IBGE entre os anos de 2004 a 2013, percebemos uma redução da área cultivada com tabaco, conforme demonstrado na Figura 14, mas ainda é a 2ª maior área cultivada.

Vistos os dados atuais de produção do município, cabe agora atentar para a história de Agudo, que se inicia em 1847, quando o Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Ângelo Muniz Ferraz solicita à Câmara Municipal da vila de Cachoeira, atual município de Cachoeira do Sul, informações sobre a região que seria mais adequada para o desenvolvimento de uma colônia de alemães. A comissão criada para estudar o assunto indicou um lugar localizado na margem esquerda do rio Jacuí, conhecido como Cerro Chato (WERLANG, 1991).

Em 1857, o agrimensor, Frederico Guilherme Waedlestäedt foi enviado para a região do Cerro Chato pelo Governo Provincial, para demarcar e medir lotes em terras devolutas e construir galpões para acomodar os primeiros colonos, conforme Selbach (2007). Os lotes podem ser visualizados na Figura 14.

⁶ Dados obtidos no site IBGE Cidades, disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br>> acesso em janeiro de 2015.

Figura 14: Planta da colônia de Santo Ângelo



Fonte: Werlang (1995).

No dia 1º de novembro de 1857, chegaram à região os primeiros imigrantes alemães, provenientes do Reino da Prússia, das regiões da Pomerânia, Silésia, Saxônia, Bohemia, província do Reno e ducados de Holstein e de Birkenfeld – nomes que deram origem às localidades da Colônia de Santo Ângelo, em homenagem ao Presidente da Província na época. (WERLANG, 1991).

O primeiro diretor nomeado da colônia foi Floriano Von Zurowski, substituído no mesmo ano, 1857, pelo Barão Von Kahlden, personagem com grande importância histórica para a Colônia de Santo Ângelo (SELBACH, 2007).

Entre os principais objetivos da província para colonização estavam a diversificação da produção e o preenchimento de vazios populacionais. Aliás, as colônias de imigrantes que se instalaram no Rio Grande do Sul tiveram, desde o início, um papel fundamental para a diversificação da produção rural, assim como, para o suprimento das demandas regionais (VIDAL E MIORIN, 2006). A importância das colônias para a diversificação produtiva fica clara no trecho escrito por Werlang (1991).

A agricultura praticada pelos rio-grandenses nativos no século passado (séc. XIX), não era suficiente para alimentar a população. A produção industrial do charque, ou carne seca, data de 1780 e foi até 1935 foi a principal fonte de renda do Rio Grande. Portanto, a criação de gado era a atividade mais lucrativa. A produção era feita em grandes latifúndios e até 1888, através da utilização da mão de obra escrava. O governo da Província precisava importar: arroz, açúcar, vinho, aguardente e outros. Nesse contexto, o governo pretendeu aumentar a produção agrícola, através da colonização, preenchendo assim os grandes vazios populacionais pelo interior do Rio Grande do Sul. (WERLANG, 1991, p. 16).

Uma das preocupações era que os imigrantes pudessem utilizar terras propícias para a criação de gado e que interferissem no mercado do charque.

O imigrante não poderia possuir escravos e a dimensão da sua terra seria um minifúndio [...]. A estrutura fundiária baseada no trabalho familiar eliminava qualquer possibilidade de concorrência com o latifúndio produtor de charque no Rio Grande do Sul [...]. De uma mesma família, não poderia haver mais de um proprietário de terras, como fica bem claro no regulamento de 1900 em que a política colonizadora da província tinha, entre outros, os seguintes objetivos: 1) Evitar a concentração da propriedade, proibindo a concessão de mais de um lote a uma mesma pessoa e a transferência das glebas antes da totalização de seu pagamento; 2) as áreas deveriam ser efetivamente exploradas; 3) O colono deveria morar no seu lote de terras explorando-o pessoalmente ou através da mão de obra familiar. (WERLANG, 1991, p. 30-31).

Desta forma, a vinda dos imigrantes propiciou o surgimento de uma agricultura diversificada e com base na mão de obra familiar. Além disso, houve a implantação de técnicas diferenciadas de manejo do solo e das plantas e o nascimento de um formato de organização comunitária.

A vinda de imigrantes alemães, por motivos múltiplos, trouxe inovações à paisagem agrária da região central do Rio Grande do Sul, onde, anteriormente, predominavam as criações animais em larga escala. O estabelecimento dos colonos germânicos propiciou, de um lado, a implantação de novas culturas agrícolas, técnicas diferenciadas de manejo de solo e planta, e o nascimento de um formato de organização comunitária

e de agricultura de base familiar até então pouco conhecidos e praticados nesta região. (FROEHLICH et al, 2007, p. 3).

De acordo com o trabalho de Froehlich et al, (2007) os primeiros cultivos realizados na colônia de Santo Ângelo eram basicamente para a subsistência.

No ano de 1858, os agricultores da Colônia Santo Ângelo cultivaram 7,73% da área plantada de feijão preto, 14,95% de milho e 77,32% de batata inglesa, sendo esta predominante ao passar um ano da chegada dos primeiros imigrantes. (FROEHLICH et al, 2007, p. 5).

A colônia de Santo Ângelo também é apontada como pioneira na produção de arroz irrigado na Província do Rio Grande.

A Colônia Santo Ângelo despontou como primeira produtora de arroz irrigado da província. Posteriormente, foram utilizadas em larga escala nas várzeas do Rio Jacuí, máquinas à vapor (Dampfbetrieb) e bombas para irrigação, além de trilhadeiras e descascadores (Reischalmaschine) importados pela Bromberg & Cia., da Alemanha [...]. Essa produção ampliou a riqueza entre os proprietários das lavouras, casas de comércio, transportadores, moinhos, entre as pequenas manufaturas como a fundição de Gerdau. (FROEHLICH et al, 2007, p. 6).

Atentar, mesmo que brevemente, para o processo histórico de Agudo, remete-nos ao fato de que, pelos dados atuais, a monocultura do tabaco não é a produção predominante e sim a monocultura do arroz, em vastas extensões de terra, com pouca mão de obra, ou seja, mecanizado e com alto índice de utilização de agroquímicos, como é usual nas monoculturas de grande extensão. Outrossim, percebemos o papel estabelecido aos colonos que chegaram na região pesquisada que era o de produzir alimentos de forma diversificada, papel que se destaca até os dias atuais e que pode ser caracterizada como uma agricultura de resistência aos fatores exógenos trazidos pela Revolução Verde.

Ao vislumbrar a dinâmica da cadeia integrada do tabaco, observamos que essa trouxe uma dicotomia entre o que se produz para vender e o que se produz para comer, causando uma desestrutura no modelo camponês tradicional, causando além da dependência econômica, o fim da autonomia do trabalho e da produção, bem como um desestímulo aos jovens, que nessa situação não querem permanecer na roça. Como aponta a família abaixo:

Eu acho que eles veem que eu me judio. Porque eles (filhos e filhas) estão procurando outros caminhos que é mais fácil. Eles dizem que é mais fácil. O

Alessandro (filho mais novo do casal) falou: “é, vocês pensam só no fumo”. Realmente a gente tem essa cabeça! Mas a gente não muda porque não quer, acho eu. A gente poderia até tentar, ou a gente tem medo de mudar, de não dar certo, ou qualquer coisa e também tem assistência, tem tudo, né, e dá dinheiro, dá para sobreviver. (B.S. e L.S, 47 e 48 anos).

Essa mesma família, se lembra da chegada da monocultura na propriedade dos pais. Ela nos conta que antes dos pais cultivarem tabaco, tinham a propriedade bem diversificada com a produção de alimentos:

[...] A minha vó, eu não consigo me lembrar, mas a mãe, antes de plantar fumo, eles plantavam cebola, batatinha e de tudo. Depois, eles plantaram fumo. O pai e a mãe, né. Daí eu tinha uns sete anos, daí eu me lembro que desde dos sete anos eles plantaram fumo. Quase toda a vida. (BS, 47 anos).

Em outra propriedade, uma agricultora relata, que desde pequena já plantavam fumo, porém sem o uso dos venenos e dos agrotóxicos:

[...] agricultura como antigamente, era melhor que hoje. Eu ajudava meus pais, sempre lá, e eu pegava até foice, tudo, plantava fumo, e aquele fumo lá, tu que tirava os brotos. Tudo era sem veneno, aquele fumo bonito. Aquela roça bonita, tu não precisava tá envolvendo veneno nas coisas. E tu colhia bem, os feijão e tudo né. (CI, 61 anos).

Sobre o sistema integrado do tabaco, uma família relata que o tempo é precioso e medido para que após a colheita de fumo, ocorra o plantio do milho e de outras culturas. Caso ocorra atraso, a família fica sem possibilidades de entressafras, ou perdem a produção com as geadas:

[...] a gente tem que vender, porque temos que pagar os adubos pra poder fazer os novos pedidos, para não ficar tarde para semear. Senão, atrasa a época de semear, e atrasa a colheita do “safrinha” do milho. Então, como eu digo: É tudo casado. Tirou o fumo, bota o milho e se eu atrasar a plantação do milho, não vai dar porque vai sair do período.

[...] É que nem esse ano, o milho tá lá pequeno ainda, e diz que logo é para vir geada, né. Não sei se vai dar milho. Podemos perder o que plantamos. (S. M., 39 anos).

Como as propriedades são pequenas e a maioria tem boa parte **coberta pela mata nativa**, conforme podemos perceber no mapa atual do município (Figura 15), as famílias plantam o fumo, o milho e o feijão, que é uma forma de fazer render ao máximo o pedaço de terra produtiva que dispõem e que aparece para as famílias

como a única opção. Perder uma dessas safras ou “safrinhas”, como eles denominam a produção que ocorre entre a colheita do fumo e o próximo plantio, com a seca ou com a geada é um problema muito sério, sobretudo econômico.

Observamos que uma possível consequência do sistema integrado do tabaco reflete-se na ausência de troca de informações com outros agricultores, na falta de valorização dos conhecimentos que já possuíam sobre a produção local, que permitiram sua sobrevivência e consolidação da maneira de conduzir a área.

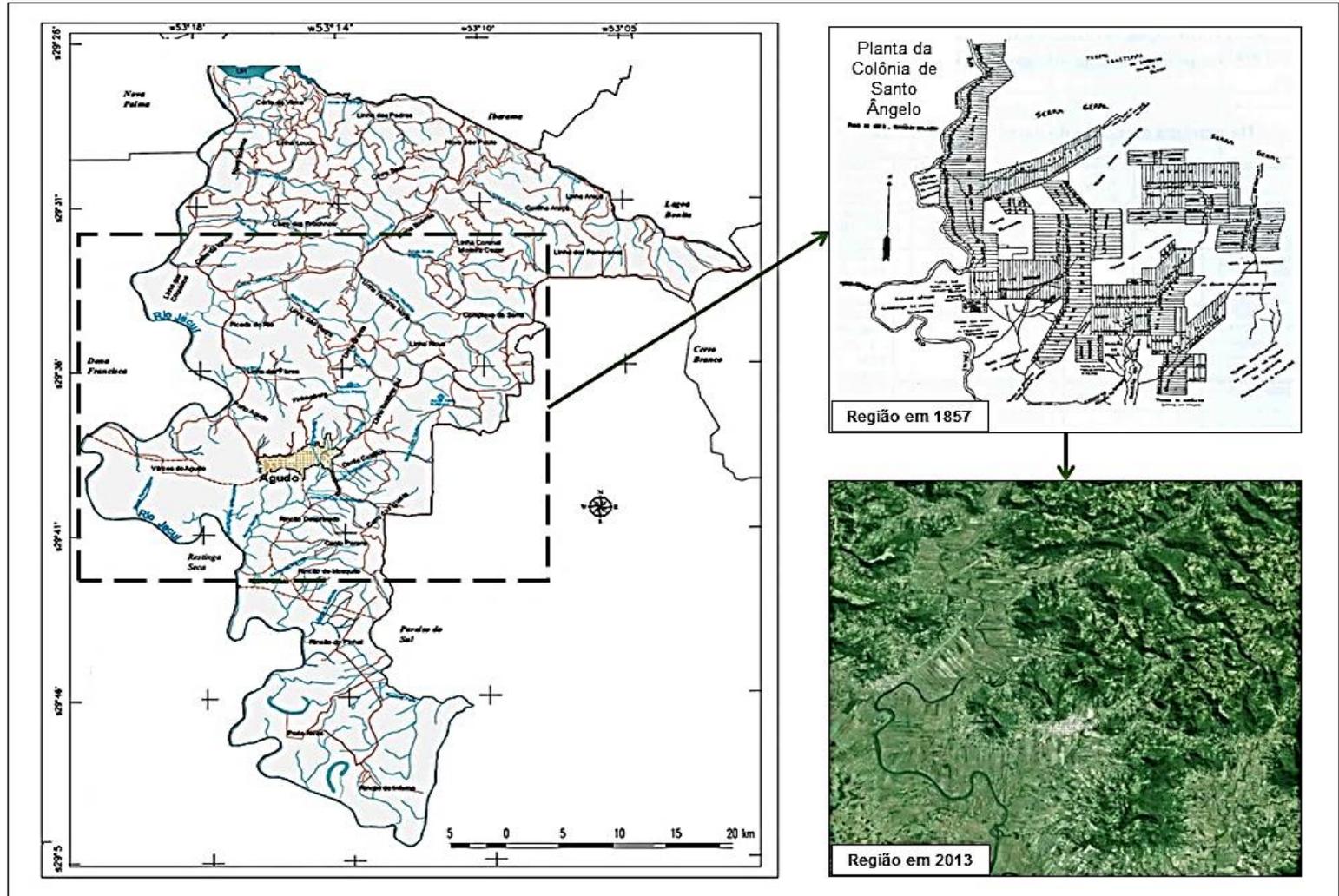
Aspectos que se consolidam a cada safra e que é manifestado através da frase comumente ouvida e falada em toda a região fumicultora: “nada dá mais que fumo”. Os agricultores repetem essa frase ao mesmo tempo em que reclamam da falta de controle sobre os preços pagos pelas transnacionais do tabaco, da desvalorização do trabalho no fumo e da intensificação do trabalho:

[...] não tem sábado, não tem domingo. Vai no sábado e no domingo também se apertar. Que nem esse ano, no final apertou, aí não tinha como. Esse ano foi de novo, um ano que nós não tivemos sábado nem domingo, tivemos que colher fumo. Foi sempre assim.

É que a Fátima tinha dois fornos, e eu aqui enchia o elétrico, mais um comum ali também. Um elétrico dá dois dias, um comum dá um dia e pouco. Daí calcula, se tu colhe dois dias, mais um comum dá três dias e meio. (B.S. e L.S, 47 e 48 anos).

E expõem, bem sucintamente, como sentem seu trabalho no fumo: “o fumo é uma coisa que dá muito trabalho, e quando chega lá na empresa eles fazem o que querem”. (M.M., 39 anos).

Figura 15: Agudo/RS com ênfase da mata ativa nas áreas de produção.



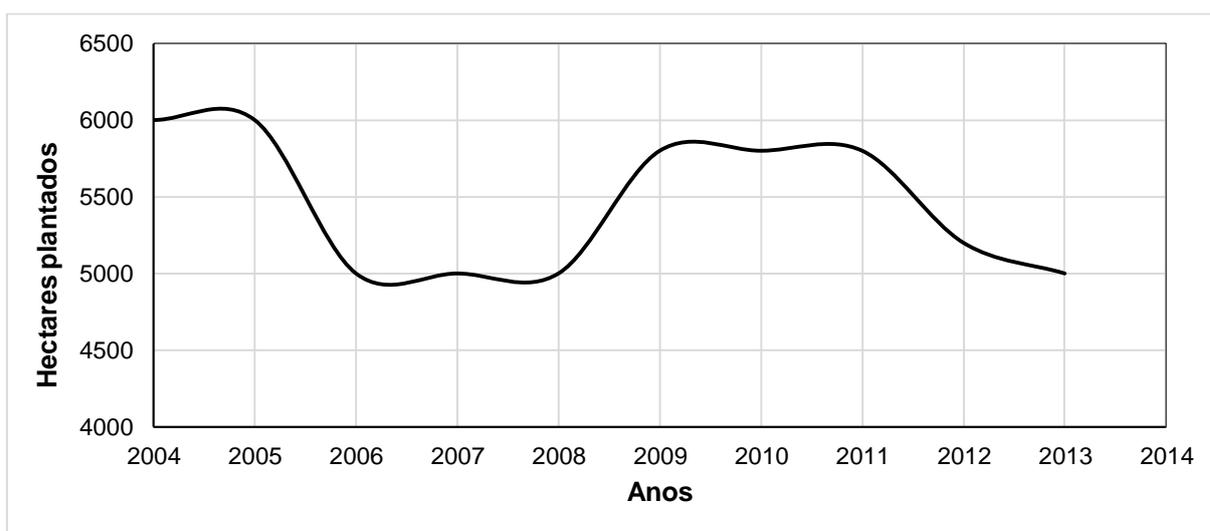
Fonte: www.agudo.com.br

A afirmação de que “nada dá mais que o fumo”, ouvida e falada repetidas vezes, de forma tão contundente, encobre perspectivas e possibilidades de diversificação da matriz produtiva, pois mesmo que se ensaiem novas possibilidades, sem incentivos regionais, já ficam predispostos aos resultados, nas quais consideram apenas os resultados econômicos, da venda direta, como positivos.

Nas nossas condições, pra nós ele (o fumo) é importante sim, porque se nós queria viver aqui só de vender as coisas que a gente tem aqui nós não ia sobreviver, por isso o fumo pra nossa produção, se nós tivesse mercado na nossa cidade até dava, mas nós não temo isso aqui, o fumo é a garantia, tem o nosso dinheiro do mês e o fumo do ano. (N.K., 55 anos, Linha das Pedras).

Como já exposto nos capítulos anteriores desse trabalho, os indicadores econômicos, que mostram os números da produção, encobrem problemas estruturais no meio rural, como a falta de políticas públicas voltadas para as pessoas que vivem nesse território. Todavia, ao analisarmos os dados fornecidos pelo IBGE (2005 a 2013), quanto à área ocupada para a produção do tabaco, esta vem diminuindo, a cada ano, desde 2011, conforme mostra a Figura 16:

Figura 16: Evolução da área destinada ao cultivo de tabaco em Agudo entre os anos de 2004 a 2013



Fonte: IBGE⁷.

⁷ Dados obtidos no site IBGE Cidades disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br>> acessado em janeiro de 2015.

Os números apontam para a redução da área plantada na região, e a pesquisa também apontou esse resultado. Todavia, não podemos condicionar essa redução ao PAA, e sim, muito mais aos fatores impostos pelo próprio sistema integrado, que depende de muita mão de obra, cada vez mais escassa no meio rural. A escassez da mão de obra poderia ser solucionada com a contratação de “peões⁸”. Porém, mesmo que os encontrem, pois também são cada vez mais escassos, não torna a produção sustentável, financeiramente, devido aos altos custos com a mão de obra.

Porque se um casal plantar só fumo pra sobreviver, não tem condições pros dois poder fazer isso sozinho, daí tem que ter peão, daí se torna, tem que gastar muito, nós plantemo o fumo e a outra parte pra sobreviver. (E.R. 60 anos, localidade de Morro Pelado).

Esse agricultor também explica porque reduziram a área plantada com fumo, que se deu em função dos filhos não estarem mais na roça e apenas o casal trabalhar na propriedade.

Quando nós chegemo aqui plantemo 45 mil pés de fumo e hoje vai dar o quê, 15, 16 mil reais, de 40 a 45 mil reais. Eu acho que nós chegemo a seis mil reais. Em fumo é mais lucro, mas teria que contratar peão e diarista.

Ou seja, a redução das famílias no meio rural, inclusive na região pesquisada tem influenciado na produção, pois como foi comprovado na pesquisa em que apenas uma família afirmou que os filhos vão ficar no meio rural. E, ao reduzir a área cultivada com tabaco, sobra área para produzir alimentos: a horta, moranga, abóbora, temperos, se cria porcos, galinhas, a carne e a vaca de leite, na qual nada se perde e o excedente é comercializado.

Não obstante, verificamos que o tabaco é uma cultura de gerações, impregnada de crenças, como a geração de renda. E, mesmo que a realidade se concretizasse com o acesso a uma renda mais justa, verificamos outra questão percebida em Agudo/RS, e que historicamente conhecemos, que é a ausência das políticas públicas e do acesso à direitos fundamentais e sociais, no território rural. Essa questão foi ratificada na pesquisa, e pode ser verificada nos depoimentos das famílias em que, homens e mulheres, falam sobre os aspectos que garantiriam

⁸ Peão é o termo utilizado para o trabalhador rural, que é contratado, informalmente, e pago por dia de trabalho. Via de regra, é o trabalhador que não possui terra própria para plantar, mas vive do trabalho no meio rural.

melhor qualidade de vida no território em que vivem e trabalham, tais como: unidades de saúde e escolas.

4.3 A ausência de políticas públicas na área rural do município de Agudo/RS

Afora os créditos agrícolas, voltados para atender a produção, quando se trata de políticas públicas para as pessoas, em que podemos fazer uma relação “do que não há”, ou “não tem”, expressão comumente ouvida quando o assunto é acesso aos direitos sociais e fundamentais no meio rural, tais como: saúde, lazer e educação. Como confirmado por B.S. da localidade de Cerro Chato:

[...] Não tem saúde, educação, lazer e quando precisa ir no hospital vai para Agudo. No posto de saúde ou no plantão. Não tem agente de saúde, há anos atrás passou uma, uma vez. Mas não sei, faz muitos anos isso.

Mesmo afirmando que o meio rural é um território considerado apenas de produção, nem mesmo projetos de irrigação, que viriam ao encontro do aumento da produção, eles têm facilidade em acessar. Foi proposto pelo governo do estado, do ex-governador Tarso Genro, o Programa Mais Água Mais Renda⁹, para que as famílias da agricultura familiar pudessem ter acesso, em diferentes produções, entretanto, com a substituição do governo do estado do RS, essa iniciativa encontra-se paralisada.

Nos primeiros diálogos com as famílias, ao questionarmos sobre o que faz falta onde vivem, logo já aparece como problema a questão da água. A preocupação com o tempo, “se vai chover”, se vai fazer um tempo de seca, é uma constante, tanto na produção do tabaco quanto na produção do milho safrinha. As famílias nos falam da importância de ser ter um projeto de irrigação e o fomento na construção de açudes para que não fiquem a mercê do tempo:

Pai, o que tu faria se tu fosse prefeito? Porque eu não posso ser prefeita. Aqui, o que eu mais necessito seria um açude mesmo, para irrigação, porque hoje tu não pode mais. O certo é tu não depender do tempo. Que as vezes dá uma seca e perde tudo. (casal S., localidade de Cerro Chato).

⁹Programa estadual Mais Água Mais Renda, foi criado pela Lei nº 48.921 de 14 de março de 2012, tendo como principais objetivos: Incentivar e facilitar a expansão da irrigação, viabilizando esta prática entre os agropecuaristas do Estado para aumentar a produtividade e a renda dos agropecuaristas, estimulando, também, o crescimento da renda pública.

Dona S.R., da localidade do Morro Pelado, também considera a irrigação como prioridade no interior:

Se eu fosse prefeita de Agudo em primeiro lugar não mentia tanto e ajudava mais a agricultura, em quase todo o município nossa agricultura tá esquecida, porque se nós tivesse mais apoio dos governantes, **nós teria mais produção pra vender, podia ter acesso à cisterna e à irrigação**, que o nosso prefeito e os nossos governantes não sabem o que é.

Outra família, da localidade de Linha Teutônia sente a ausência do Estado no meio rural e manifestam esse sentimento quando solicitados a refletir sobre o que acessam sem precisar sair da sua localidade:

Pra nós, eu acho que não tem nada. As meninas estudaram aqui no Agudo, e no final foi em São Vicente (escola técnica). É tudo na cidade e São Vicente, aqui, não. (C.I. 61 anos).

Essa senhora também reflete sobre as ausências de tudo o que não acessa e se pudesse escolher algo, dentre todas as coisas, escolheria priorizar as estradas do interior, principalmente as que utilizam:

Ah, eu acho que, em primeiro lugar, acho que tinha que ser a nossa **estrada** aqui, porque nós nunca tivemos estrada boa. É horrível! Assim, quando chove, tu não tem como sair de moto. Cai, é buraco e barro, não tem como.

Outra família também aponta a melhoria nas estradas como prioridade:

[...] sem precisar sair da linha Teutônia? A gente só o grupo de família ali, a sociedade. O resto não tem. [...] Se eu fosse a prefeita o que eu iria fazer? O que a gente cobra, né, com certeza, melhorar as estradas. (M.M. 39 anos).

Dona C.I. (61 anos) lembra de quando as filhas eram pequenas, do quão difícil era ir para a escola, por ser longe, na cidade, por não ter escola na localidade, mais próxima, agravado pelas péssimas condições da estrada. Ela nos conta que por vezes, se sentia envergonhada pelas situações que passavam para que as filhas pudessem estudar:

Ajudaria se tivesse escola na localidade, porque aqui, elas tinham que ir a pé. Quando chovia, eu acompanhava elas até a cidade. Sempre assim com guarda-chuva, com roupa e lá trocavam de roupa e de calçado, para poder depois, entrar no colégio. Eu nunca me esqueço! Uma vez eu fui, e acompanhei a mais nova, mas sabe, eu tinha vergonha. Eu ia chegando e as outras professoras que eram da minha guria viam. E aí, no final de ano, **ela disse assim, que a minha guria recebeu um prêmio surpresa por não ter falta e pela atenção da mãe, que nos dias de chuva acompanhava.** Só que não adiantou, ela me via né? **Fiquei com vergonha.** Naquela época não se tinha isso que está na cidade. Hoje o ônibus já vem!

Ao conversarmos com a Dona C.I., ela enche os olhos de lágrimas em meio às lembranças das dificuldades que passou com as filhas pequenas. Ao analisar o diálogo acima, ratificamos o que já foi dito no capítulo anterior: a ausência de políticas públicas faz sofrer quem vive e trabalha na roça, mas as mais prejudicadas e que mais sentem são as mulheres, pois vivem as ausências das políticas aos seus filhos também.

As melhorias nas condições de vida da população e o acesso a direitos sociais e fundamentais, nunca vieram gratuitamente ao povo. E é consenso, entre as pesquisadas, que hoje se tem mais condições para que os filhos estudem do que no tempo em que eram crianças, ou no caso dos mais velhos, no tempo que tinham seus filhos e filhas pequenas. Todavia, as conquistas históricas são frutos da luta e de organização popular, que organizados, dão força e pressionam o Estado para o provimento de políticas públicas que vão ao encontro das demandas do povo.

4.4 A importância da mobilização para a melhoria na qualidade de vida no meio rural

A construção de um modelo de desenvolvimento sustentável do ponto de vista econômico, social, ambiental e político, requer o enfrentamento dos problemas do território com políticas públicas. É através delas que o Estado atua no território, para atender as demandas da população.

Nesse sentido, aparecem diálogos e algumas falas que retratam a importância da participação coletiva para avanços e para as melhorias de vida no meio rural, principalmente para reivindicar aos governos sobre seus direitos, como relata o casal de Linha Teutônia, o agricultor S. e a sua esposa M.:

Tem que dar mais uma pegada e dar mais uma exigida no governo. Participando a gente fica sabendo das coisas né, senão a gente fica sem informação. É, é que nem participar de um grupo, tem mais informação. Eu acho que hoje eu vejo que quem não participa é porque tá contente né?

Entretanto, na prática, no movimento social citado, a participação nas mobilizações sociais vem diminuindo, a não ser que a mobilização resulte em algum benefício concreto. Esse fato pode ser confirmado nas conversas abaixo, na qual os partícipes relatam as melhorias que tiveram nas suas casas, ou ao acesso à políticas públicas, que segundo eles, foi fruto da participação e mobilização social.

Da ausência total do Estado ao programa de Moradias ou ao acesso a créditos agrícolas, essas famílias de pequenos agricultores nos relatam sobre a sua parcela de participação e identificação com o movimento social e salientam que “a vida melhora quando se está organizado”.

Conforme relata o casal S. da Localidade de Cerro Chato, que acessou através do Programa de Habitação Minha Casa Minha Vida-Rural, a reforma da moradia da família:

Tem MPA e tem a EMATER, também, né, mas a EMATER, é aquilo, alguns até já participaram. Mas eu nunca participei. Do MPA eu já participei de algumas mobilização. Não, faz tempo que... (marido corta a fala da mulher) Que mudou. Dali muda as coisa, né. Muda. Mudou muita coisa depois que começamos a participar, **consequimos a reforma da casa**. Mas ainda falta muito, né. Muita coisa. E tem que se organizar! Não adianta, tem que ir devagarzinho, né. É que a gente tá tão acostumado a não ter, que é difícil o cara conseguir sair dessas, né. Mas já falta muita coisa, tem que se organizar bem, daí sim que melhora a que vem né. Por enquanto a gente tá bastante atrasado ainda. Falta muito!

O Casal M. também cita o acesso à política habitacional como sendo o fator que os motivou a participar do movimento social e relembram como era dividir o espaço do galpão com a moradia. Também se dão conta de quantas moradias novas já há, só na localidade em que moram:

É, porque podia melhorar mais né e já era muito mais ruim antes né. E no MPA quando surgiu o MPA o Tuté vinha lá e perguntava “o que tu tá querendo?” “O que tá te faltando?” E eu dizia: “a minha casa tá caindo...” e daí em diante foi só melhorando, dá um outro clima de vida né, **não morar mais num galpão de fumo junto com o fumo, porque uma parte era fumo e na outra parte nós morava**.

A nossa casa foi uma das primeiras casas pelo movimento na região.

E deu certo. E hoje o sindicato faz, todo mundo faz né e tem uns que desmancharam as casas velhas pra não ver mais elas. Bastante coisa melhorou depois que veio os movimentos sociais.

E aqui nessa linha né, quantas casa do MPA tem! Começando na nossa, o do Lucide, do Elso, do Erno, do Jairo, do Derli, tem cinco, cinco casa aqui. Do André também [...]

Uma senhora nos fala sobre a importância da mobilização e da participação e se lembra das mobilizações que participou e que, segundo ela, resultou no acesso ao PRONAF:

A gente se identifica mais com o MPA. Eu era meio chucrinha e a gente aprendeu bastante, não sabia nem de PRONAF e depois a gente pegou. Junto ajuda, cada um tem uma ideia. Em cada propriedade cada um planta, mas ter opiniões diferentes é importante. Não pode desistir, tem que seguir [...]. (C.I. 61 anos).

Seu S.M. e sua esposa M.M., lembram que quando começaram a participar, o único movimento social que existia para as famílias agricultoras na região era o MPA e salientam que quando saíam para as ruas, os objetivos eram muito claros e sabiam o que queriam:

Na época em que começamos a participar o único movimento era o MPA, que participava um pouco também do MST. Para ir para as ruas né e exigir mais do governo!

Nós tava aí jogados, e nós ía com o movimento do MPA e todo mundo sabia o que estava fazendo lá! Tinha muito aproveitador infiltrado, e nós ia pro movimento e todo mundo sabia o que tava fazendo lá, porque o trabalho já começava daqui e aí todo mundo sabia dizer porque estava lá “nós queria uma casa, nós queria uma escola”.

Nenhuma das pesquisadas descarta a importância da participação em movimentos mistos, e a maioria das famílias dizem que é importante participar, que a vida melhora quando se está organizado. É o que aborda Frey (2003, p. 175-176), sobre capital social, comunidade e democracia, que se baseia Putnam, para abordar o tema da mobilização social:

O terceiro setor, a sociedade civil, as comunidades locais, as redes sociais ou o capital social são alguns destes novos conceitos que visam fundamentar uma economia diferenciada, mais solidária, uma democracia mais vital, participativa, com cidadãos ativos, engajados em favor do bem comum e, por fim, uma sociedade mais humana. Apesar de compartilharem uma perspectiva positiva e pacífica de convivência social, essas novas tendências teóricas comportam ambivalências e apresentam uma certa tensão entre vertentes que enfocam, por um lado, as oportunidades de emancipação da sociedade e dos cidadãos, a superação das desigualdades

sociais e de poder e, por outro lado, outras posições que são inspiradas na suposta harmonia das comunidades tradicionais; baseadas em valores morais comuns e identidades claramente definidas que garantem segurança e solidariedade, mas também uma maior eficiência econômica em face das incertezas do mundo globalizado.

Contudo questionamos: se a participação nos movimentos sociais mistos ajuda a melhorar, de uma maneira geral, a vida das famílias, então por que participar separadamente? Por que precisa ter um setor na participação social que inclui as mulheres para participar? Por que não tem um coletivo de homens?

A resposta da pergunta acima precisa ser detalhada. Para tanto, utilizamos como estudo de caso o Coletivo de Mulheres do MPA, espaço de lutas coletivas na qual as entrevistadas já tiveram algum tipo de participação.

4.5 A categoria analítica de gênero como análise da participação social

Retomamos a pergunta anterior para iniciar essa análise: se a participação nos movimentos sociais mistos ajuda a melhorar, de uma maneira geral, a vida das famílias, então, por que participar separadamente?

Quando se fala em melhores condições de vida para os camponeses, as camponesas não estão inseridas? Os homens não pensam de uma maneira geral nos problemas de todos?

A invocação dos direitos humanos universais foi realizada no bojo de uma construção masculina de propriedade e de política racional. A classe, afinal, foi apresentada como uma categoria universal embora dependa de uma construção masculina. Como resultado, foi quase inevitável que os homens representassem a classe trabalhadora. Para as mulheres, restaram duas representações possíveis. Elas poderiam ser um exemplo específico da experiência geral de classe e então não ser necessário singularizá-las para tratá-las diferentemente; assumiu-se que elas estavam incluídas em qualquer discussão sobre a classe trabalhadora como um todo. Ou poderiam ser uma exceção problemática, possuindo necessidades e interesses particulares em detrimento da classe política. (SCOTT, 1988, p.63-4, apud FERNANDES, 2009, p.185).

Essa é uma questão que não passa despercebida, inclusive dentro dos movimentos sociais. A questão de gênero, enquanto categoria de análise, é recente e tenta estabelecer compreensões teóricas acerca dos questionamentos que emergem das práticas políticas e que se refletem na vida concreta das mulheres.

A questão de gênero, enquanto categoria de análise, tenta estabelecer compreensões teóricas acerca dos questionamentos de práticas políticas, com objetivo de questionar e debater comportamentos que têm como explicações de causa o fato de serem mulheres, ou seja, causas “naturais” para atitudes discriminadoras, de dominação e de submissão, questões já exploradas nos capítulos anteriores.

Maria, da direção nacional do MPA, nos conta que desde 2003 tem-se um Coletivo de Gênero no Movimento em nível nacional. No Rio Grande do Sul, assim como em Santa Catarina e Paraná, esse processo se deu mais tardiamente.

Fizemos um seminário nacional, tinha um companheiro e uma companheira por Estado, eram 15 na época. E foi uma discussão muito boa. Ficou mais claro que, embora se tenha espaços comuns [com homens e mulheres], era imprescindível os espaços específicos, para que a gente pudesse avançar no debate da participação das mulheres. Historicamente, nos movimentos camponeses, essa participação sempre foi relegada à invisibilidade. É uma participação encoberta; embora esteja mudando aos poucos (Maria).

Durante todo o processo histórico de formação do Movimento, sempre houve capacitações e discussões realizadas com técnicos, técnicas e militantes de outros movimentos e da via campesina. Foi em um encontro com outros movimentos sociais do campo, que o MPA/RS, foi cobrado porque em 10 anos de Movimento não havia nenhuma mulher na direção. Essa cobrança foi feita pelo Movimento de Mulheres Camponesas, tirando os homens da área de conforto. Assim, tiveram que se mobilizar para que surgisse o primeiro encontro das mulheres do MPA em 2006.

Importante salientar que nos outros estados do Brasil, o coletivo em que as mulheres participam é denominado de coletivo de gênero ou setor de gênero, como também é denominado nos demais movimentos mistos da Via Campesina. Todavia, em alguns estados em que tem apenas a palavra gênero identificando o espaço de lutas das mulheres são os homens que organizam e dirigem, como é o caso de Santa Catarina. O Coletivo de Mulheres do RS optou por denominar “de mulheres” para evitar que os homens dominassem esse espaço.

As lutas coletivas (movimento social misto), de certa maneira encobrem as questões das mulheres, em que pese há uma dicotomia entre as questões da luta de classes, que ocorrem no espaço público, e as questões das mulheres, que “deveria” ocorrer no espaço privado.

Construir uma visão crítica exige que se busque também romper com as falsas dicotomias entre público e privado, razão e emoção, produção e reprodução, cultura e natureza, que são estruturantes das representações de masculino e feminino. (FARIA, et al, 2014, p. 86).

Muitas vezes, o desconforto individual causado por situações injustas vividas pelas mulheres, não são vistas como questões que são reflexos das condições desiguais de uma sociedade machista, patriarcal e capitalista. Questões que cruzam por todos os segmentos sociais da sociedade, inclusive, nos movimentos sociais, espaços construídos para a defesa dos direitos humanos.

Nesse sentido, podemos pensar que a própria participação das mulheres em um movimento social exige muita determinação, pois precisa ser constantemente reafirmada e legitimada em função dos conflitos e das contradições, que se colocam, e cujas formas de discriminações podem ser muito sutis.

Essas “sutilezas” se forjam na falta de apoio dos familiares para as ausências, o descrédito das capacidades femininas pela subjetividade e “falta de clareza política” para ocupar o espaço público, concretizadas através da desigual distribuição dos recursos e infraestruturas para execução das tarefas: carros, gasolina, ajuda de custo, computadores, horas atividades ou, através da pouca importância dada aos assuntos propostos para as discussões. Mas então, quais são os motivos que tornam uma mulher feminista?

Constatamos que as mulheres tornam-se feministas por força da necessidade elementar da expressão e da articulação, haja vista sentirem-se cerceadas e não representadas, enquanto mulheres, nos movimentos mistos.

Nos movimentos que colocam a luta de classes em primeiro lugar, o modelo de participação política é machista. O discurso da igualdade de gênero é consenso, mas não se discute quão desigual é essa igualdade, na medida em que se cobra das mulheres um comportamento masculino e elas acabam por incorporá-lo, sentindo-se culpadas quando não conseguem segui-lo à risca. (PAULILO, 2004, p. 239-240).

Na prática, na vida concreta das mulheres e do Coletivo de Mulheres do MPA/RS, talvez, num inconsciente descrédito às causas das mulheres, que por vezes foram julgadas por tentar romper com paradigmas do próprio movimento social, pode ser exemplificada pela seguinte situação: em várias mobilizações pelo dia internacional das Mulheres, a direção estadual do Movimento marcou e realizou

atos de mobilizações mistas, por pautas mistas e gerais da sociedade, dividindo o público para as mobilizações.

Outro exemplo é o fato dos técnicos do movimento, nos diversos projetos de extensão rural (ATER), trabalharem apenas com os homens nas propriedades, parecendo não enxergar ou não dar importância para o conhecimento e o papel, importantíssimos, que as mulheres desenvolvem na agricultura. Como fato concreto dessa afirmação, insiro um trecho do diário de campo, que ocorreu no município de Palmitinho, que tem representatividade do Coletivo de Mulheres do MPA, e que poderia ser ocorrido também no município de Agudo/RS:

Estive em Palmitinho, na região norte do estado, próximo a Frederico Westphalen, em atividade do Projeto de Ater Sementes Crioulas. Não é município do estudo de caso, mas os fatos ocorridos nesse dia de campo merecem reflexões. O fato descrito, aqui, ocorre repetidas vezes e em diferentes municípios.

Os técnicos de ater da região, se quer sabiam o nome da companheira (dona da casa) que nos acolhia, sabiam apenas o nome do seu marido, Sr. D.

Fui conversar com ela, para conhecê-la um pouco mais. Dona M.L. tem 56 anos e é mãe de um casal, já adultos que moram da cidade. A propriedade não terá sucessão. **Ela me conta que ela e o marido fazem juntos as tarefas da casa, dentro de casa e também na roça, que inclusive nas lidas domésticas, ela lava louça e ele seca.** Percebo que esse é o discurso de 90% das mulheres com quem converso. Bem até aqui foi o dito, a fala, o discurso.

Na parte teórica do encontro, que ocorreu no turno da manhã, Dona M.L. foi a última a chegar, pois estava organizando as coisas para o almoço. Seu marido Sr. D. participou desde o início. À tarde, também ela foi a última a chegar, pois estava limpando as coisas do almoço. Seu D. não auxiliou e não ausentou-se da atividade para que ela pudesse participar mais.

Observei que os técnicos do Ater da região também não auxiliaram nas tarefas de organização e limpeza e sim outras duas técnicas.

Os companheiros quiseram dar início às atividades práticas da tarde sem as companheiras, e nesse momento intervi. Penso que só pude fazer essa intervenção por ser da coordenação desse projeto e do Coletivo de Mulheres, se não tivesse essa função, talvez não tivesse sido ouvida. **Disse que só reiniciaríamos após a chegada das companheiras e cobreí dos técnicos a ausência das esposas** dos companheiros presentes, pois afora as técnicas do projeto e a Dona da casa, os demais eram homens, numa clara exposição de alguns fatos: apenas os companheiros foram convidados para a atividade! **E fico me questionando, como fortalecer a agricultura sem a presença da mulher?** (Diário de Campo, Palmitinho/RS, 13 de fevereiro de 2014).

As estratégias para o enfrentamento da desigualdade de gênero passaram por dois momentos: primeiro, trazer as mulheres para o Movimento, e, segundo fortalecer a sua participação.

Nesse primeiro momento o trabalho com as plantas medicinais ampliou e fortaleceu a participação das mulheres em todas as esferas no Movimento. Percebemos que participar dos encontros, auxiliou a melhorar os hábitos alimentares uma vez que fortaleceu a diversificação da produção de alimentos para subsistência, incluindo a produção das plantas medicinais nas propriedades e o resgate dos conhecimentos da sua utilização no dia-a-dia das famílias.

A segunda estratégia se deu em fortalecer o Coletivo dentro do Movimento. E o enfrentamento dessas questões passou pela inserção dos temas relativos à soberania alimentar e à agroecologia na pauta das lutas feministas, associando as consequências do agronegócio às formas de violência, tais como: a expropriação dos recursos naturais, a falta de opção dos brasileiros e brasileiras em consumirem em média 5,2 litros de venenos por ano, a produção de integrados que deixa os produtores a mercê das empresas e a falta de créditos e de políticas públicas que incentivem a agricultura familiar e camponesa com a produção e com a diversificação.

As estratégias acima destacadas são as mesmas da pauta de lutas dos movimentos mistos, não apenas porque também são pautas gerais da sociedade, mas também para ganhar apoio da direção do Movimento, como se dissessem: “viram, temos uma pauta da classe trabalhadora e camponesa”.

Esse assunto já foi pauta de análise dentro do Coletivo, inclusive com a afirmação que, se desde o início a pauta fosse exclusivamente com as questões da violência contra as mulheres, ou a questão da invisibilidade do trabalho de reprodução social, os cuidados com os filhos ou da indivisibilidade da renda nas famílias, tampouco mais companheiras se somariam nessas lutas. Por questões relacionadas à própria participação, ou pelo simples fato de que os companheiros não as deixariam participar. Aliás, essa questão sempre foi presente, a de que as companheiras participam enquanto os homens permitem.

Mas há ousadia em propor reflexões que desnudam e desvelam aspectos sobre as famílias rurais. Aspectos encobertos pela participação coletiva, num ato político de mobilização, onde todos estão empoderados enquanto sujeitos políticos.

Esta situação de empoderamento não ultrapassa a porteira das propriedades, porque não conseguimos observar formas de enfrentamento dentro das próprias famílias. Se isso ocorre, não se deu enquanto estivemos presente no grupo familiar. Assim, refletimos o quanto isso é contraditório, porque duas das pesquisadas já participaram, ativamente, de diversas mobilizações do oito de março, pelo Dia Internacional da Mulher, inclusive, lembramos-nos de um ato desses, dentro da Secretaria da Agricultura do Estado, enquanto denunciávamos o uso exacerbado de agrotóxicos pelo agronegócio e as consequências disso na alimentação.

A simbologia desse ato se deu através de bonecos esqueletos, confeccionados pelas próprias mulheres, simbolizando crianças doentes (Figura 18) e em ato de repúdio contra as medidas de incentivo ao uso de venenos, amamentaram esses bonecos, conforme imagem abaixo:

Figura 17: 8 de março de 2011, ato público de mobilização em Porto Alegre/RS



Fonte: Arquivo de imagens do Coletivo de Mulheres do MPA/RS.

Igualmente, a participação das mulheres nos atos de denúncia, nas mobilizações referentes ao Dia Internacional das Mulheres, ao oito de março, o ato de serem sujeitos políticos “fora de casa”, não muda a realidade de desigualdade dentro das relações familiares.

Podemos perceber que as companheiras que tiveram oportunidades de formação profissional, fora da roça e fora das relações familiares, conseguiram avançar e em parte, não reproduzir isso com seus filhos. Entretanto, ainda sofrem isso com seus irmãos, pais e companheiros. E, nas suas relações familiares, as barreiras enfrentadas, as lutas diárias, as desigualdades, parecem ser muralhas intransponíveis.

Essas afirmações demonstram que as mulheres são oprimidas e desvalorizadas dentro de suas casas, reproduzindo o sistema do patriarcado,

demonstrando contradição com a consciência das mobilizações coletivas das quais participam, mas que, no entanto, não as liberta das relações desiguais que se manifestam no interior da família.

Do ponto de vista da participação, podemos afirmar que as mulheres, enquanto coletivo, fortalecem as lutas de classe, mas as lutas mistas de classe não fortalecem as lutas feministas. De certa maneira isso pode ser verificado nas convenções que estabelecem quais são os espaços, e conseqüentemente, as funções, que ocupam os homens e as mulheres. Também está definido que as questões de todos, não são bem de todos, pois não incluem necessariamente as questões de gênero. Na multidão, indivíduos, homens e mulheres, advogam em causas do espaço público, em questões gerais, incluindo as formas gerais de violência da sociedade.

Hoje, 12 anos após o surgimento do Coletivo, verificamos que este se fortaleceu e incluiu pautas suas no MPA, como a questão da violência contra a mulher, e da mesma maneira, agregou pautas gerais às suas, carregando consigo toda a preocupação em implantar o Plano Camponês.

Esse Plano é uma proposta do MPA, construída a partir de muitos debates e estudos sobre a realidade do campo brasileiro que afirma o campesinato como sujeito político, apresentando um conjunto de ações econômicas, políticas e culturais que traduzem concretamente os objetivos do movimento: produção de comida saudável e qualidade de vida no campo. Em anexo, demonstramos um quadro com a configuração do Plano citado. (ANEXO XIV).

Contudo, como já dito acima, as desigualdades de gênero perpassam todos os segmentos da sociedade e as desigualdades e preconceitos são, muitas vezes, sutis. Mesmo com todos os percalços e os desafios, que passou o Coletivo de Mulheres, este possibilitou ao MPA buscar formas de superação das desigualdades, com fortalecimento e a valorização do papel da mulher em todos os espaços de atuação.

4.6 A produção das “miudezas”, de tudo para comer e para vender: o cotidiano e a reprodução social na vida das mulheres

Sob a luz das questões de gênero, seguimos refletindo sobre a realidade observada, sobre os diálogos, fatos, palavras ditas, palavras veladas, palavras interrompidas, sonhos que foram deixados para traz. Comportamentos, olhares e, sobretudo, sobre a carga de trabalho, que na maioria das vezes, se quer é passível de atribuição de renda ou se quer é considerado trabalho, conforme análises teóricas trazidas no primeiro capítulo desse trabalho e ratificados pela pesquisa de campo.

Ao analisar o papel da mulher, trabalhadora rural, temos ciência que aspectos objetivos e subjetivos estão imbricados no âmago das questões de gênero, tais como: sentimentos de valorização do trabalho executado pela mulher e as consequências dessa realidade na família, que pode interferir tanto na questão alimentar e de subsistência, quanto na saúde e nas questões econômicas.

Iniciamos por ver as características comuns a todas, as informações que se repetem e o que tem em comum nessas histórias de vida. E para o início da análise, salientamos que todas as entrevistadas trazem experiências de gerações de agricultoras, suas mães, suas avós, suas bisavós, todas eram agricultoras e começaram a “lida”¹⁰ desde muito cedo, como nos conta Dona C.I. de 61 anos:

Eu me lembro quando era criança, eu com nove anos, comecei a lida cedo e tomei conta de casa, era só uma filha. E aí, com sessenta e um anos eu estou bastante forte, né? Porque tudo que eu sofri. Antigamente, sofria mais as pessoas. Hoje tem mais coisas, assim, têm máquina de lavar roupa. Antigamente não, tinha que ir nos arroios. Me lembro quando eu era criança assim, tu pegava os lençóis e ficava de pé [...] ai que sofrimento, e a gente sempre naquela batalha.

As realidades são muito parecidas, todas começaram muito cedo nas lidas da casa e na agricultura e não puderam estudar, ou porque os pais não acharam que era importante ou pela distância e pela dificuldade que era estudar numa escola distante do interior.

¹⁰ Lida é um termo muito utilizado pelas camponesas para definir às suas atividades rotineiras na roça e na casa.

Talvez teria né, podia escolher outra opção? Porque eu era empregada com onze anos [...] Nós sempre falava que se pudesse nós ia estudar, mas não tinha como. Ali não tinha essas coisas de tu ter livros, hoje em dia é tudo mais fácil. (N.S., 55 anos, Linha das Pedras).

Outra questão muito relevante e que se identificou nas entrevistas é o fato de produzirem quase todo o alimento que a família come, excetuando-se: café, açúcar branco, sal e alguma farinha de trigo. Suas mães, avós e bisavós também faziam da mesma forma, mas com mais diversidade. Elas nos contam que algumas poucas coisas que as mães e as avós produziam hoje já não se produz mais, como o trigo nas pequenas propriedades, como nos conta S.R., 55 anos:

Não, não tem mais tudo. Meu pai fazia vassouras e... Arroz de sequeiro nós plantava, que hoje não mais, e as outras coisas também [...] o trigo também não planta mais em lavoura pequena.

Das oito pesquisadas, sete também tem em comum, o fato de que os filhos já não estão mais no meio rural ou estão de partida, ou seja, a propriedade não terá sucessão familiar, como a família da pesquisada R.T. que relata: “eu vou pretender ficar na roça, mas os filhos eu acho que não vão é ficar nenhum!” (R.T., 38 anos, Linha das Pedras).

As propriedades podem até seguir produzindo, mas com certeza será vendida, ou como alguns dizem, virará tapera¹¹. Informação que não é novidade e apenas ratificada na pesquisa:

Essa é a minha preocupação. Tu vê, a gente não, a gente tá agora produzindo aqui, tá plantando, e tudo, mas um dia a gente vai parar. Tem que parar, e aí? Se os filhos da gente não seguir, vai ficar tapera, vai abandonar tudo. Alguém vai vir plantar né, **mas vai ser os grandes**. (B.e L.S., Localidade de Cerro Chato).

Os pais e as mães incentivam os estudos dos filhos, principalmente porque não tiveram acesso e sentem falta, mas não sabem se os filhos que foram estudar voltarão, porque na consciência cultural das famílias, “só fica na roça quem não estudou”:

¹¹ Tapera, é o termo que utilizam para as casas abandonadas no interior. As casas cujos pais faleceram e os filhos não seguiram na propriedade. Essas casas permanecem vazias e o tempo destrói. Ficam abandonadas. Para as famílias do campo, é uma visão muito triste, ver as taperas que ainda estão de pé, apenas nas lembranças do que foi um dia, ou de quem morava nela.

Eu digo pra concluir os estudo né, fazer faculdade, na minha época era só até a quarta série e não tinha dinheiro pra pagar. Tinha que trabalhar. Hoje tem tudo, transporte vem na porta da casa buscar, bolsa né, se faz curso com ajuda de custos [...] E depois trabalhar na roça. A roça tá esperando né? A gente não vai vender a propriedade. A gente pode usar uma técnica nova né, um novo jeito de trabalhar. Eu incentivo que ele estude né, meu pai me dizia “quem não tem cabeça tem braço” né. O mais “braçudo” era o que menos ideia tinha né (risos). (S.M. 39 anos, Linha Teutônia).

Com todas as entrevistadas propomos, ao final da entrevista, que fizessem um exercício de se lembrar de tudo o que fizeram durante o dia, ou que costumam fazer. As reações foram as mais diversas, primeiramente uma risada, depois alguma piada. Algumas ao contar esqueciam mais da metade de tudo que tinham feito, mas ao final sempre vinha uma reflexão, todas cumprem o papel esperado: de ser mãe e esposa, referenciado no primeiro capítulo e que é reafirmado nesse contexto pelos cuidados com a casa e com todos da sua família, no trabalho na roça, na produção de artesanato, no cultivo da horta e na criação de animais, produzindo mercadorias e contribuindo para o sustento da família.

Essa condição de mãe e de esposa marca profundamente as preocupações das agricultoras com relação à própria família e marcam um território de atuação que sobre a égide dos cuidados com a saúde e com a preocupação da mesa farta, que acabam por interferir também na agricultura local, de subsistência e agroecológica, em contraponto direto com o sistema integrado do tabaco.

Fizemos esse exercício com o intuito de dar visibilidade a essa carga de trabalho das mulheres. Mas ao final dos diálogos nos perguntamos se dar visibilidade ao trabalho da mulher realmente ajuda a romper com as barreiras da desigualdade de gênero? Será que o trabalho das mulheres não é considerado?

Esses questionamentos ocorreram ao observar a reação dos maridos ou dos filhos, as expressões que faziam enquanto a mulher relatava. E realmente, não percebemos nenhum sinal de surpresa ao vê-las relatar:

Bã, de manhã a gente começa né, tirar o leite, tratar as galinhas, aí faz café, aí vai no fumo, aí quando vê já tem roupa pra estender e lavar, e comida, daí tem a horta, de noite tratar os bicharedo, leite, a gente não para né. Aí quando vê tem a janta e roupa pra guardar e dormir. (I.M., 39 anos, Linha Teutônia).

Eu levanto mais ou menos seis e quinze da manhã. Daí vou pro banheiro, do banheiro vou pras vaca e galinha. Eu trato daí eu volto pra cozinha e faço café e boto o feijão pra cozinhar. Tomamo café e vamo junto pra roça. Na roça carnear frango, daí a gente vai trabalhar, daí de meio dia fazemo o almoço, almoçemo, lavamo as louça, ele ajuda. Daí descansa um pouco,

daí já vai de novo, lava roupa, faz pão, daí já vai na roça de novo. Daí de noite volta da roça, trata os bicho, daí toma banho e entra dentro de casa e faz a janta. (S.R., 55 anos, Morro Pelado)

Nossa Senhora! De manhã, eu levanto, daí eu escovo os dentes, daí eu tomo o chimarrão, daí eu tomo café, daí eu tiro leite da vaca, daí eu trato os meus bichos, daí eu arrumo a cozinha, quando tá tudo arrumado, eu volto para atar fumo, daí perto do meio dia, eu lavo roupar, depois eu faço o almoço, daí faço tudo de novo, limpo a casa, daí de noitezinha é a mesma coisa, de tratar de novo, de tirar leite, tratar os bichos, daí tomar banho e depois é tomar chimarrão. Essa foi a época de agora. Esta é a rotina que eu faço assim, que nem hoje de manhã. Mas depois, quando é de colher fumo, aí não, aí tem que ser corrido mais ainda. Aí tem que ser corrido mesmo rápido, aí não dá tempo de lavar roupa, enquanto tu faz o almoço. Aí, as roupas é que ficam. (B.S., 47 anos, Localidade de Cerro Chato).

Em uma das famílias tivemos dificuldades para que a mulher falasse do seu dia, na primeira vez que conversamos, ela resumiu em quatro frases a sua rotina diária, após perguntar novamente, de outra forma, ela detalha um pouco mais. De toda a forma, observando a sua rotina, com 4 filhos, com idades entre 4 e 17 anos, percebemos que a sua fala, não descreve nem metade das suas atividades e descrevemos as perguntas (P) abaixo, para demonstrar as dificuldades do diálogo:

(P) Mas eu acho que tu estas escondendo o jogo. Acho que não me contou tudo que tu faz. Vamos recapitular. Às vezes a gente não se da conta de tudo que faz [...]

(E) Lavo roupa, limpo a casa, arrumo.

(P) Vai surtir fumo?

Vou surtir fumo.

(P) E na época de colheita de fumo?

(E) Ah, daí é junto na lavoura, né.

(P) E aí volta para casa?

(E) Fazer comida.

(P) Ainda mais com quatro, né!

(E) É.

(P) Imagino! Que hora tu costumava ir dormir?

(E) Ah, no verão é 23:30, 24:00, quando não é passado.

(P) E lembra?

(E) Acordo de manhã cedo.

De todas as atividades que a mulher realiza, de todas as atividades produtivas e reprodutivas, ao final de um longo e exaustivo dia de trabalho, Dona C.I. de 61 anos nos confessa:

eu não sou muito de fazer planos, mas vou fazendo **o que é meu**, mas já estou lenta, eu estou sessenta e um anos e eu tenho tanta coisa para atender, mas são tantas que tu chega de noite e as pernas estão bambas, e **eu digo para o meu marido: "O quê que eu fiz hoje"?** Também não aparece, são tantas coisas. Mas se a gente para pra olhar o que tu que fez, né. Tem tanta coisa, tanta coisa e que não aparece.

Nos questionamos sobre o que acarretaria esse sentimento de não se dar conta de todas as atividades que a mulher faz no dia a dia. E, retornamos a bibliografia pesquisada, já abordada no primeiro capítulo, que trata do trabalho da mulher e do homem, e os espaços que cada um ocupa na sociedade e na família, e nos questionamos: o trabalho que a mulher desempenha será invisibilizado ou desvalorizado? Se fosse o seu marido a realizar as suas atividades, ao final será que a família teria esse sentimento? Ou seja, o trabalho da mulher não é valorizado porque não é visto ou porque é realizado pela mulher?

Os relatos ao final do dia, não foram tão fieis a todas as práticas e atividades que as mulheres desenvolveram, mas somando o acompanhamento e as observações, só dos relatos já podemos destacar alguns pontos importantes a serem refletidos, tais como: os espaços do homem e da mulher bem demarcados, e conseqüentemente as atividades que cada um realiza no espaço que “lhe cabem”; a questão da renda familiar, conseguida através do trabalho do casal e por vezes dos filhos que ainda estão e que muito poucos falaram; a questão da “ajuda” ao marido e por fim os meios que cada um possui para realizar as suas tarefas.

De todas as questões apontadas acima, daremos ênfase a questão da indivisibilidade da renda, que também é questão primordial na decisão de ficar no campo ou ir embora pra cidade.

Parece-nos contraditório tratar de uma questão que não foi desvelada pelas pesquisadas, entretanto foi vislumbrado num dia de campo do Projeto de Ater “Sementes Crioulas” na qual esta pesquisadora também atuou como técnica. A jovem em questão não fez parte da pesquisa formal porque sua família não foi uma das que forneceram produtos pro PAA, critério pré-estabelecido. Na ocasião atendia a jovem J.L., de 18 (dezoito) anos, de Agudo/RS, numa das visitas à família questionou:

(J.L.) no próximo mês você virá na minha casa nova, ou continuará vindo aqui?

Perguntei o motivo da pergunta, espantada e ela me respondeu:

(J.L.) me caso no mês que vem (junho) e vou morar com a família do meu noivo.

Perguntei o motivo que a fazia casar tão cedo, visto ter apenas 18 anos e ela me respondeu:

(J.L.) eu sou trabalhadora, meu noivo também. Eu estava trabalhando no escritório do MPA (Novo Cabrais/RS) e ajudava em casa, ganhava meu dinheiro. Mas daí chegou a hora da colheita de fumo e meu pai mandou eu

parar de trabalhar fora para ajudar na colheita porque era melhor eu trabalhar no fumo do que ele pagar peão. Só que ele não me paga nada, nem pra minha mãe. Daí eu e meu noivo vamos trabalhar pra gente e teremos o nosso dinheiro.

No diálogo com essa jovem, percebemos que a vida dessa moça camponesa está sendo diretamente afetada pela não distribuição da renda na família. A mãe continua vivenciando essa situação, inclusive com denúncias de violência.

Nesse caso, a reprodução social nos remete à reprodução cultural e aos modos de dominação engendrados no mundo social que garantem esse ciclo, reproduzindo-se culturalmente na forma de dominação direta, de uma pessoa sobre outra, com uma ligação pessoal a fim de que se ganhe através da apropriação do trabalho do outro, no caso, da mulher e dos filhos, dos serviços, dos bens, do respeito dos outros, como “relação ideal”. Nesse sentido como nos traz Bourdieu (1999, p. 17), “a divisão entre os sexos, parece estar na ordem das coisas”, para manter a situação exatamente como ela está:

A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos hábitos dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação.

Ainda sobre a questão da renda, podemos afirmar que são passíveis de remuneração todas as atividades de trabalho. Dito isso, chamamos a atenção para o fato de Dona C.I. se referir ao termo **ajuda** quando vai pra roça com o marido.

[...]Hoje de tarde eu fiz a cozinha primeiro (as atividades da cozinha), depois **eu ajudei** o Miro e roçamo toda aquela parte lá, até nas bananeiras, tudo. **Ele com a roçadeira e eu com a foicinha**. E, depois eu fui na horta ajeitar as **minhas** beterrabas, lá. E agora vim tratar os bichos. (CI, 61 anos, linha Teutônia)

A jovem J.L., citada acima, também utilizou o termo ajuda, solicitada pelo pai: “mas daí chegou a hora da colheita de fumo e meu pai mandou eu parar de trabalhar fora para ajudar na colheita [...]”.

Outra agricultora também utilizar esse termo para dizer que seus filhos terão escolhas para o seu futuro, porque ela está ali, ela **ajuda** em tudo o que o marido precisa e isso liberta os filhos para fazerem as suas escolhas:

Eu **ajudo** em tudo. Eu ajudo, até a roçar. Mas assim, o que eles querem fazer de coisa, a escolha vai ser deles. Se eles querem ficar na agricultura, que bom; se querem estudar, que bom. Eu não vou incentivar eles a não estudar ou não trabalhar. Eu deixo bem livre o que eles querem fazer, né. Então a escolha que eles querem fazer, é deles né. (M.M., 39 anos).

O termo **ajuda** passa uma ideia de complementaridade do trabalho, “um faz, o outro ajuda”, trazendo a luz conceitos anteriormente já empregados como os modelos de masculinidade e de feminilidade, relacionados respectivamente com a ideia de provedor e de protetora, nesse caso, uma falsa ideia de complementaridade.

Uma das agricultoras pesquisadas faz a relação das atividades que ela e o marido realizam com a criação dos filhos, indo além da simples descrição das suas atividades, conforme solicitado. Ela inicia dizendo que “**o serviço da mulher é o pior que tem**” e demonstra perceber que as diferenças nos comportamentos dos homens e das mulheres, da separação das atividades que cada um realiza, começa com a educação dos filhos e filhas ainda bem pequenos, e segundo o marido, **a culpa de os filhos não realizarem as tarefas da casa é da mulher**, “que vai lá e faz por eles”. Também percebemos que a mulher deve cumprir o papel esperado, de esposa e mãe, cujo único interesse e foco deve ser a própria família, como traz o diálogo abaixo, entre o casal M.:

O serviço de mulher é o pior que tem. Todo o dia a mesma coisa.
Às vezes não é muito bem recompensado... (risos) Mas é a vida da mulher né, todo o dia fazer a mesma coisa e não tem escolha. Tem que fazer.
Mas a gente ajuda (fala do marido);

É, mas mais é as meninas do que os guri, e tinha que ser igual né? Se a gente manda fazer uma coisa eles tão reclamando. Mas tem uma pequenininha que dá pra ensinar, tem que ensinar desde pequenininha. Os que tão grande é mais difícil.

Todos eles sabem fazer né, porque ainda não bateu a água na bunda né, não bateu a necessidade ainda “ah, a mãe faz pra mim, o pai faz pra mim”, aí até que tu vai acostumar eles, por conta eles vão ter que deixar de ser dependentes (fala do marido);

É, eles reclamam um pouco, mas vai...

Vai demorar, pra gravar a ideia... A mãe reclama, mas vai lá faz por eles. Ela pode dizer “tu vai fazer, eu não vou fazer” e deixar eles fazer né, aí era melhor, mas ela reclama e vai lá e faz (fala do marido)

Mas se a gente vê que eles não vão fazer a gente tem que ir fazer né?

A mesma coisa com os pequenos querem uma coisa, daí pede pra mãe, a mãe não faz e eles começam a chorar. Daí a mãe faz. (fala do marido);

Mas ele não levanta se eu não vou lá buscar.

Mas é um costume que a gente mesmo botou né, e agora tirar... A gente quer tratar bem, mas às vezes a gente sufoca (fala do marido).

O fato da mãe, reproduzir com os filhos e filhas, diferenciando a educação de cada uma, formando os seus papéis na medida em que os educa, exemplifica o modo com as próprias mulheres reproduzem a desigualdade. Criam seus filhos e filhas como foram criadas, sem pensar se é bom ou ruim, ou se para eles será bom ou ruim, penas reproduzem. Segundo Carneiro (1994), essas identidades estabelecidas não são frutos apenas das relações dialéticas, resultante do sistema capitalista, mas também de relações ideológicas, que resultam de imagens múltiplas dos papéis de cada um do grupo familiar.

Em uma das propriedades nos chamou a refletir sobre as estruturas e os instrumentos que as mulheres têm a sua disposição para realizarem o trabalho produtivo. Pois, no caso específico da agricultura familiar, o acesso aos bens de produção é fundamental e dizem muita coisa, principalmente sobre qual o papel que ocupam os homens e as mulheres na propriedade e na família. São pequenas coisas, atos sutis que reforçam a subalternidade da mulher. E sobre isso, Bourdieu (1998, p. 22), elucida:

sempre que os dominados – nesse caso, as mulheres – apliquem a objetos do mundo natural e social – e, em particular, à relação de dominação em que forem pegos, bem como às pessoas através das quais essa relação se realiza (homens, mas também outras mulheres), esquemas não-pensados de pensamento, que são o produto da corporificação dessa relação de poder, seus atos de cognição serão inevitavelmente atos de mau reconhecimento

Além de referir à **ajuda** que dá ao marido, ela nos conta que a roçada sempre foi feita com a foicinha pelos dois, mas depois que adquiriram a roçadeira, quem a utiliza é o marido. Numa clara demonstração de que o “chefe” da família controla os recursos financeiros e o que foi adquirido com ele.

Além de todas as questões abordadas acima, o que se destaca é a diversificação da produção, que faz nas áreas em que a monocultura não ocupa e nesses espaços, os homens pouco opinam. Esse território pertence a ela, é um espaço dela e o marido não entra, não ajuda, não limpa, não colhe, não planta e

nem tira os inços, mesmo que da horta seja proveniente a maioria dos alimentos que vai para mesa da família e caso haja excedente vai para os filhos que já estão na cidade ou para o mercado. Como nos conta Dona I.M. 39 anos:

Porco a gente já tinha há anos, e mandioca sobrou e foi pro mercado [...] É muita gente que não produz né? E também não são muitos que tão interessados, esse ano até que deu certo.

Mesmo na lógica da safrinha do milho, incentivado pelas indústrias fumageiras, percebemos que utilizam para tratar os animais da propriedade que depois servirão de alimento:

Nós vendemos milho verde. E o milho verde, a gente planta, a gente faz na verdade, entra naquela questão de novo dos três hectares. De pouca coisa, faz as duas, o fumo e faz o milho. Faz duas safras. Depois, na resteva do fumo, tu faz o milho. Na mesma área. Tu não usa uma área arrendada para plantar outras coisas. Tu planta então, o fumo, que é uma safra, daí no mesmo ano tu planta, na safrinha, tu planta o milho, nessa mesma área. Daí então, tu tem o fumo, que te dá a renda, e o milho, pra consumo próprio, ou se sobra, claro, daí vende, milho verde ou vende daí até milho seco. Mas geralmente a gente usa para tratar vaca ou o terneiro, os porcos e galinha. (R.T., 39 anos, Linha das Pedras).

As mulheres também fazem o processamento dos alimentos. No geral, percebemos que no período da pesquisa, que se deu entre fevereiro e julho de 2014, os homens estavam plantando o milho, feijão e/ou soja na resteva¹² e as mulheres sortindo¹³ fumo e também refazendo as hortas que ficam abandonadas na colheita do fumo. Toda a atividade com as vacas é feita pelas mulheres, tirar o leite de manhã e à tardinha, bem como fazer o queijo e os doces derivados. Outra atividade que presenciamos foi a produção de salame e de linguiça. Na carneação, as mulheres participam, entretanto, na produção de embutidos as mulheres é que trabalham que consiste em moer a carne, temperar, lavar as “tripas” e enchê-las e depois dependurar para secar.

Além da mesa farta e terem de tudo para comer, há a preocupação com a qualidade dos alimentos que a família irá consumir:

¹² Período que a terra está sem o fumo, que se dá após a colheita até o próximo plantio, ou ainda entre uma safra e outra.

¹³ Sortir fumo é a atividade realizada para classificar as folhas do fumo pela qualidade. Nas propriedades as famílias classificam todas as folhas colhidas em duas classes: mais escuro e mais claro. Nas empresas fumageiras, há mais de 20 tipos de classificação, por cor, tipo, tamanho da folha, entre outros.

Ali tu sabe o que tu come. Tu vai ali no mercado, tu não sabe o que tu tá comprando. Eu vou ali, naquela mandioca, ali (aponta para o mandiocal) não foi passado veneno nenhum ali.

Tudo que a gente faz, a gente sempre pensa em fazer o melhor, né. E sempre tem que tá cada vez mais, né.

Mas se eu vou comprar mandioca, o que tem tudo? Eu não sei né. Mesma coisa é o ovo, a galinha e tudo, né. Outras, que nem o feijão as vezes. Eles botam veneno, a gente seca ali e guarda em litrão, mas eles botam veneno, para não carunchar. Isso tu come. E se tu produz na propriedade tu sabe o que tu come. Tu tem o teu próprio alimento, a mandioca, a batata, as fruta, também. As frutas eu perdi bastante esse ano porque abichou tudo, não quis passar veneno. Abichou tudo e caiu.

E tinha, mas eu apanhei umas ainda, e descasquei umas, e no final ainda, e no final ainda sobrou e botei no freezer pra fazer sopa. Eu adoro sopa doce! (B.S., 47 anos, Cerro Chato).

As mulheres se identificam mais com a produção que está relativamente à margem e que não está ligada diretamente ao mercado. E quando questionamos sobre a satisfação de ser agricultora, nos surpreendemos com a resposta da Dona S.R., 55 anos:

Se nós dois tivesse 20 anos nós taria num assentamento pra ganhar mais terra, mas agora com a nossa idade nós vamos sobreviver aqui nessa nossa terra aqui né... e nossos filhos que não moram mais aqui e moram na cidade vão continuar comendo mandioca, batata, milho verde, verdura, melado, carne, linguiça [...]

Outras agricultoras também relatam a satisfação “de fazer o que se faz e de ser o que se é”, que em face da “correria”, com muitos afazeres, elas não têm chefe e nem horário para fazer as coisas:

Então eu vou no jardim e na horta. Tudo é a gente. Precisa tempo para essas coisas, então cada dia tem tanta coisa. Então, cada dia tem tanta. Só que eu sou assim, se eu não faço hoje, outro dia eu faço. A vida na roça normalmente é assim, né, porque a gente, primeiro tu não é escrava do relógio. Não devo nada para ninguém, nem sou empregada. Se eu não faço hoje, faço amanhã, o serviço espera, né. A gente faz o que tem que ser feito né. (N.S., 55 anos, Linha das Pedras)

É difícil, é difícil, **mas é uma liberdade né, que não tem preço!** Ninguém paga, ninguém compra. **E o dia que a gente parar totalmente com o fumo, vai ter uma liberdade maior ainda.** Que o mais a gente, alguma coisa tem que produzir ainda (fumo). Não pode parar.

É que se tu produzir alimento, isso nunca vai terminar. Tem que cada vez mais, né. Me sinto realizada com certeza, tem tudo da horta, não precisa buscar no mercado. (M.M., 39 anos, Linha Teutônia).

Alguns pensamentos expostos demonstram claramente a relação da agricultura de subsistência com a agroecologia, como a fala exposta abaixo, com o casal da linha Teutônia, bem como demonstram como seria importante se tivesse mercado para essa agricultura:

Tem tudo da horta, não precisa buscar no mercado. Eu só sinto às vezes uma pena de perder muitas coisas, porque não há tempo de consumir. Tu vê que poucas coisas não vai vender, mas não consegue consumir, e aí perde porque acaba se estragando por não ter onde guardar. Não ter a forma de guardar. e acaba usando um terço daquilo e o resto vai fora. Porque não tá organizado um grupo para comercializar o que sobra. As vezes a gente fica feliz porque tem, e não precisa ir lá no mercado buscar. E **a feira está em casa**. Se tu dá uma volta aqui tu vai encontrar tudo, mas tu não vai usar uma parte, né.

Mas, com certeza, aqui a gente costuma dizer que é difícil a gente perder... Claro né, as vezes não dá tempo de tu colher, e se perde na roça, mas mesmo que a gente não come o que vai pros bichos né. Nada se perde, com relação ao alimento, mesmo aquilo que cai na terra que tu não conseguiu colher, pode ter certeza que a terra tá reaproveitando.

A realidade e o contexto social, descritos, apontam para a necessidade de trabalhar para o fim da desigualdade de gênero. A desigualdade de gênero, sob a ótica do papel da mulher na agricultura, impede o fortalecimento, uma vez que, a mulher apresenta papel fundamental na agricultura, porém de uma forma desvalorizada. Logo, fortalecer as mulheres na luta contra a desigualdade de gênero é fortalecer o papel da mulher na agricultura e conseqüentemente, fortalecer a agricultura camponesa e a agroecologia.

As potencialidades e meios encontrados pelas mulheres, historicamente, serviram para a conquista de direitos. As iniciativas tomadas pelas mulheres de diversificar e potencializar a agricultura, utilizando a agroecologia, parece trazer mais resultados à vida concreta da família do que a ela própria. Ou seja, embora não alterem a sua condição de inferiorização com relação ao marido, nas relações da família, seu papel é fundamental para autonomia da família para a superação da desigualdade econômica.

Fazer com que essa autonomia que a família conquista ao diversificar a produção, através da agroecologia com o trabalho da mulher, ultrapasse as barreiras econômicas e chegue ao âmago familiar para que se rompa com as desigualdades nas relações, é o grande desafio apontado com os resultados dessa pesquisa.

A agroecologia é um movimento relativamente novo no Brasil e há estudos, segundo Siliprandi (2009, p19), que apontam que, muitas vezes, são “as mulheres quem iniciam a conversão da propriedade para sistemas sustentáveis”, mas que a desigualdade de gênero nas relações familiares faz com que não sejam reconhecidas, o que “é agravado pelo fato de que, em muitas das organizações que tratam desses temas, a presença feminina seja minoritária”.

A invisibilidade do trabalho da mulher, além de demonstrar a questão da desigualdade de gênero, aprofunda as demais desigualdades, impostas pelo sistema capitalista, que perpassam todos os segmentos da sociedade e que, sobretudo, acirram sobre as mulheres rurais, através do agronegócio. Contudo, afirmamos que a maior consequência se dá sobre as alternativas e as potencialidades do trabalho da mulher, que ficam encobertas, ocultas, pelo véu da discriminação e da injustiça.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa pesquisa e no desenvolvimento desse trabalho, tínhamos muito claro quais eram os objetivos que queríamos alcançar, e a realidade que queríamos desvelar. Vivendo há mais de 20 anos em região da monocultura do tabaco, e destes, nove dedicados ao meio rural, a ânsia de demonstrar na academia as dificuldades que enfrentam as famílias e, sobretudo, as mulheres agricultoras, era muita.

Como início, fizemos um resgate histórico para analisar as questões que fizeram do meio rural o que é hoje, e trouxemos, com ênfase, o período em que iniciou a sua transformação enquanto território, mas que também modificou o modo de viver das pessoas, o modo de produzir e de trabalhar, e que trouxe à tona as tensões da dinâmica entre o espaço regional e o global, entre os conhecimentos desse povo e a forma de produção que passou a ser imposta a eles.

Na medida em que compreendemos essa realidade concluímos que as formas de superação a esse modelo global, passa pelas medidas de resiliência que se dão a partir do território, com a potencialização dos aspectos endógenos, econômicos e sociais através da mobilização social, da organização e do fortalecimento das identidades.

Em se tratando de superação ao modelo de monocultura do tabaco, a superação desse modelo está diretamente relacionada à diversificação da produção. Sobre as alternativas de desenvolvimento para as regiões produtoras de tabaco, que costumam gerar polêmicas, principalmente com relação à renda, percebemos que a peça principal que faz funcionar essa engrenagem é a garantia da compra do tabaco, independente da relação com as transnacionais do tabaco e da garantia do preço do produto final. As famílias pesquisadas, com exceção de uma, que parou completamente de plantar fumo, vem diminuindo a área plantada, lentamente, a espera de outros sistemas que garantam a compra da produção, quaisquer que seja.

Na pesquisa documental e bibliográfica tivemos uma surpresa com relação ao município de Agudo, pois desde a sua formação, esse município tem papel fundamental na diversificação da produção, na qual os imigrantes alemães tinham importante função de produzir alimentos para o Governo Provincial, que se destacava na época, na produção do charque.

Poderíamos ter escolhido outros municípios que têm se destacado também na diversificação da produção, mas optamos por apresentar Agudo/RS porque este se sobressaiu dentro de um Programa que valoriza o desenvolvimento regional, como é caso do Programa Territórios da Cidadania.

Do ponto de vista empírico, partimos para a investigação e com um olhar na produção, do que não é tabaco, vislumbramos as estratégias e as dinâmicas encontradas pelas famílias, mas acima de tudo, as fraquezas, em termos de políticas públicas quanto ao incentivo para potencializar os mercados locais-regionais que reduziriam as incertezas e os riscos do mercado. Observamos a forma como se implementou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no RS e em Agudo, através da CPC-Cooperativa que operacionaliza o Programa, e vimos que o processo de participação é muito relativo e não é garantido, simplesmente, pelo fato de ocorrer através de uma associação ou cooperativa e que a questão burocrática ainda é um grande entrave para o seu pleno desenvolvimento.

Outro entrave percebido para o desenvolvimento do território rural é a ausência de políticas públicas. Afora os créditos agrícolas, voltados para atender a produção, quando se trata de políticas públicas para as pessoas, podemos fazer uma relação do que não há. E no transcorrer desse trabalho, os próprios pesquisados se dão conta da importância da mobilização social para obter melhorias e suprir as demandas do povo.

Na medida em que fomos desvelando o contexto rural, suas especificidades e as alternativas econômicas e também os aspectos sociais e ambientais, num contexto de base agrícola minifundiária e familiar, foi possível identificar algo que perpassa todos os segmentos da sociedade, a desigualdade de gênero. Analisando o funcionamento da agricultura familiar e a sua dinâmica, percebemos as relações gerais e particulares da produção em que homens e mulheres desempenham seus respectivos papéis em espaços muito bem demarcados, em que a mulher vai a todos, mas o homem não.

Quando falamos nos espaços que cada uma ocupa, retratamos o que ficou evidente nas pesquisas, referente ao fato da subordinação da mulher no espaço produtivo, por estar esse espaço, atrelado à produção da renda direta. Mas o nosso foco estava justamente no que não é considerado espaço de produção, embora a contradição, visto que a horta e a criação de pequenos animais sejam “produzidos” pelas mulheres, atividades gerais e particulares que constatamos serem

perpassados pela indivisibilidade da renda, pela alta carga de trabalho, pelas condições desiguais para executar o trabalho produtivo e que não são consideradas como trabalho.

Essa agricultura diversificada e sustentável, do ponto de vista ambiental, faz um contraponto com a agricultura capitalista e global. Nessa produção, que está voltada para a subsistência da família, na qual se produz a diversidade, a mulher tem papel fundamental, porque é o espaço dela, “a minha horta”, “as minhas beterrabas”, e antes mesmo de tomar café da manhã já alimenta “os bicharedos”.

Nessa produção, que está voltada para a subsistência da família, as mulheres desempenham as atividades de mãe e de esposa, e esse é fato importantíssimo de levantarmos, pois percebemos que isso interfere, diretamente, na forma como essa produção é realizada, sem venenos, sem agrotóxicos e de forma agroecológica, uma verdadeira agricultura de resistência que se coloca na contramão do sistema integrado do tabaco, além de vir de encontro à saúde da família e da sustentabilidade ambiental. Assim, refletimos o quão importante seria incentivar essa agricultura que tem a vida como valor central e que é uma forma de resistência ao modelo hegemônico capitalista de produção.

Sobre a desigualdade de gênero, destacamos que a presenciamos de várias formas com relação às mulheres, nas falas, nos olhares, no controle, no cerceamento de suas vontades, inclusive nos espaços de lutas por ampliação dos direitos, visualizamos essa desigualdade, e nos questionamos: até quando? E a pergunta é: como mudar essa situação? cremos que essas questões são o ponto de partida para mais pesquisas.

Contudo, questionamos algumas situações que gostaríamos de responder, sob o ponto de vista do que foi pesquisado e observado.

Na questão da participação nos movimentos sociais mistos, as mulheres se organizam em setor de gênero, pois as suas pautas não são levantadas, tais como: a violência contra a mulher, a indivisibilidade da renda ou os cuidados com os filhos, não são questões, que aos olhos dos homens, sejam considerados como problemas. Ou se forem, não são questões que devem ser discutidos na coletividade e sim no espaço privado. Ou ainda, não são problemas enfrentados como situações resultantes de um sistema desigual de produção.

Ainda da participação, podemos afirmar que as mulheres, organizadas no setor de gênero do Movimento, fortalecem as lutas de classe, mas as lutas mistas de

classe não fortalecem as lutas feministas. Pois, na multidão, indivíduos homens e indivíduos mulheres, advogam em causas do espaço público, por questões gerais, e como já vimos o que é geral não é específico, não é específico das mulheres.

Quando iniciamos o projeto que antecedeu essa pesquisa, tínhamos uma preocupação em dar visibilidade ao trabalho da mulher e fizemos esse exercício no intuito de explicitar a carga de trabalho das mulheres. Ao longo da pesquisa, fomos modificando o modo de olhar para o trabalho delas e mais perguntas surgiram. Será que o trabalho das mulheres é invisível ou desvalorizado?

Conscientemente, respondemos a nossa questão com uma pergunta simples: se fosse os maridos a realizarem as atividades que as mulheres realizam, ao final, será que a família teria esse sentimento? Ao final dessa pesquisa, pressupomos que o trabalho não é invisibilizado, e sim, desvalorizado.

Quanto às surpresas que nos reservava essa pesquisa foram os resultados que nos surpreenderam, principalmente na forma de olhar essas mulheres. Ao participar das lutas e das mobilizações, dos enfrentamentos ao agronegócio e ao sistema capitalista de produção, enxergávamos mulheres empoderadas, corajosas, cheias de força e libertas de toda a forma de discriminação, víamos, sujeitos políticos.

Ao ver essas companheiras, de luta, nas relações familiares podemos então ver as mulheres, mães, esposas, que para sair para um ato político, precisam deixar comida pronta, os animais com comida e de preferência ver alguém para deixar com os filhos durante sua ausência. Mas de alguma forma elas já cruzaram a porteira da propriedade e resistem às consequências e ao modelo hegemônico, através da forma agroecológica de produção. Uma batalha vencida através das suas escolhas diárias, de produzir comida limpa e saudável, um ato político, de escolhas que fazem a diferença no espaço em que vivem e trabalham. Ato tão importante quanto a participações em mobilizações coletivas.

A consciência da luta coletiva ainda não interfere diretamente na relação com o seu companheiro, nas suas relações familiares, mas algumas já têm consciência de que a criação dos filhos é fundamental para as mudanças de comportamento. E na relação dos cuidados com a vida, na produção diversificada, utilizando sementes crioulas e uma produção livre de agrotóxicos, mostram porque o feminismo é tão importante para uma sociedade mais justa e igualitária.

6. REFERÊNCIAS

- ALAMBERT, Zuleika. *A mulher na história: A história da mulher*. Fundação Astrogildo Pereira/FAP: Abaré. 2004.
- ALMEIDA, Guilherme Eidt Gonçalves. *Fumo: servidão moderna e violações de direitos humanos*. Curitiba: Terra de Direitos, 2005.
- ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas de formação de educadores (as) do campo. *Cad. Cedes*, Campinas, 2007, 157-176.
- BAPTISTA, Maria Manuel. ESTUDOS CULTURAIS: O quê e o como da investigação. *Carnets, Revista Electrónica de Estudos Franceses*, 2009, 451-461.
- BARBOSA, Vanessa. *Os 20 maiores consumidores de petróleo no mundo; Brasil é 7º*. 2013. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/os-20-maiores-consumidores-de-petroleo-no-mundo#2>>. Acesso em: 13 ago. 2014.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. São Paulo: Atheneu, 1980.
- BONAMIGO, Carlos Antônio. *Pedagogias que brotam da terra: um estudo sobre práticas educativas do campo*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *Stratégies de reproduction et modes de domination. Actes de la recherche en sciences sociales*, 1994, 105.1: 3-12.
- _____. Reprodução social e reprodução cultural. In: _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 295-336.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antonio. *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural*. 2001.
- CARLOTO, Cassia Maria. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. *Serv Soc Rev*, 2001, p. 201-213.
- CARNEIRO, Maria José. “Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero”. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, 1994.
- CARNEIRO, Maria José. *Camponeses, agricultores e pluriatividade*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.
- CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: Acesso em: mar. 2013.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf>. Acesso em: jan. 2015.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Abramo, 2000.

COELHO, Carolina Marra Simões. Gênero: teoria e política. *Dimensões* vol. 23, Espírito Santo, 2009.

DALLABRIDA, Valdir Roque. *Desenvolvimento regional: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

ETGES, Virgínia Elisabeta. A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário; SILVEIRA, Rogério (Orgs). *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.

_____. *Desenvolvimento Regional Sustentável: o território como paradigma*. Santa Cruz do Sul: REDES, Vol 10, 2005.

_____. Especificidades do território camponês no município de Santa Cruz do Sul-RS. *Revista de Extensão da FISC*, Santa Cruz do Sul, n.1, p. 41-49, 1990.

_____. *A produção de tabaco: Impactos no ecossistema e na saúde humana na região de Santa Cruz do Sul*. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2001.

_____. *Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo*. Dissertação de Mestrado. Santa Cruz do Sul: Livraria e Editora da Fisc, 1991. 209p.

FAO, Relatório da. *O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional*, 2014.

FAO, Relatório da. *O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: Um retrato multidimensional*. Brasília, 2014. 90 p.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. São Paulo: Globo, 2001.

FARIA, Nalu, et al. Estratégia metodológica: caminhos para a cidadania. In: BRUTTO, Andreia et al (Orgs). *Mulheres Rurais e Autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas no território da Cidadania*. Brasília-DF, 2014.

FERNANDES, Fernanda de Castro. A situação dos direitos humanos das mulheres fumicultoras no Estado do Rio Grande do Sul. In: Kassab, Marina (coord.). *Tabaco e gênero no Brasil. Aliança Contra o Tabagismo (ACT-br); s/local, s/d. acesso em 02/02/2015: http://actbr.org.br/uploads/conteudo/438_tabaco_e_genero_no_brasil.pdf*

FROËHLICH, J. M. et al. Capital social e a dinâmica do desenvolvimento - colonização alemã na região central do Rio Grande do Sul In: Sociedade Brasileira

de Economia, Administração e Sociologia Rural, 155, 2007, Londrina. Anais... Londrina: Sober, 2007. p. 1-16

FREY, klaus. Capital social, comunidade e democracia: Robert D. Putnam. *Bowling Alone. The Collapse and — Reviva of American Community*. New York: Simon _o - Schuster, 2000 (citações conforme First Touchstone _a Edition 2001). 541 p., revista Política & Sociedade, nº 2, abril, 2003. p. 175-187.

IBGE. Censo Agropecuário 2006. *Agricultura familiar*. Primeiros resultados: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

JALIL, Laeticia Medeiros. *Mulheres e soberania alimentar: a luta para a transformação do meio rural brasileiro*. 2009. 197 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2009.

KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, L.M.J.; Meyer, E.D; Waldow, R.V. *Gênero & saúde*. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 1996. p. 19-27.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LENCIONI, Sandra. *Região e Geografia*. São Paulo: Edusp, 1999.

MAIA, Cláudia J. Trabalho, família e gênero: estratégias de reprodução social camponesa no Médio Jequitinhonha. *Mulher e Trabalho*, 2011.

MARQUES, Flávia Charão; BROLESE, Lisiane Gonçalves; BENVENÚ, Vinícius Cosmos. *¿Cuidar es cosa de mujer?: Cuidar é coisa de mulher?*. 2014. Disponível em: <www.researchgate.net/>. Acesso em: 28 jan. 2015.

MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002

MARTINS, José de Souza. Para compreender e temer a exclusão social. *Vida pastoral*, 2004, 3-9.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Programa Mais Alimentos: Produção Primária*. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/maisalimentos/>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

NOBRE, Miriam; SILIPRANDI, Emma; QUINTELA, Sandra; MENASCHE, Renata (Orgs.). *Gênero e agricultura familiar*. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 1998.

PATEMAN, Carole. *Críticas feministas a la dicotomia publico/privado*. In: CASTELLES, Carme (Org.). *Perspectivas feministas en teoria política*. Barcelona: Paidós, 1996.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PAULILO, Maria Ignez. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Revista Estudos Feministas*, 2004, p. 229-252.

SANTOS, Milton. *Economia Espacial: Críticas e Alternativas*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SANTOS, Milton; MARQUES, Maria Cristina. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 1996.

SCOTT, Joan W. Deconstructing equality-versus-difference: Or, the uses of poststructuralist theory for feminism. *Sociales*, Paris, n. 2-3, p. 122-132, jun. 1976. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; DE MEDEIROS, Leonilde Servolo. *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. UNESP, 2009, 185 p.

SELBACH, Jeferson Francisco. *Muito além da praça José Bonifácio: as elites e os "outsiders" em Cachoeira do Sul pela voz do Jornal do Povo, 1930-1945*. 2007.

SILIPRANDI, Emma Cademartori. *Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar*. PhD Thesis. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009, 291 p.

SILIPRANDI, Emma. Políticas de segurança alimentar e relações de gênero. *Cadernos de Debate*, 2004, 11 p.

SOTO, William Héctor Gómez. *A produção do conhecimento sobre o "mundo rural" no Brasil*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

SOUZA, Maria Luíza de. *Desenvolvimento de comunidade e participação*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 231 p.

TEDESCHI, Losandro Antônio. Meu nome é "ajuda". A vida cotidiana e as relações de poder, gênero e trabalho das mulheres trabalhadoras rurais na Região Noroeste do Rio Grande do Sul. *Revista Contexto & Educação*, Ijuí, 2013, 45-64.

The World's Women 2010, Trends and Statistics-Relatório da ONU.

WERLANG, William. *Colônia Santo Ângelo: (1857-1890)*. Santa Maria: Palotti, 1991. 127 p.

ANEXO I: Artigo sobre arresto de fumo

Agricultores sob custódia

Pressão e desrespeito. Essas duas palavras podem resumir a situação dos pequenos agricultores de fumo da região do Vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul que denunciaram, para uma comissão composta de deputados federais e estaduais, as infrações aos direitos humanos, os crimes e os riscos para a saúde o qual são submetidos pelas fumageiras da região na quarta-feira (2). Os deputados, na ocasião, participavam de uma diligência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados no município de Vera Cruz, proposta pelo deputado federal Adão Pretto (PT/RS). O objetivo foi ouvir o juiz de Direito da Comarca de Vera Cruz, o Delegado Titular da Polícia Civil e o Oficial de Justiça sobre a morte, por suicídio, da agricultora Eva da Silva, no município do Vale do Sol. Eva suicidou-se aos 61 anos após ter tido toda a sua produção de fumo tomada, na Justiça, pela empresa Alliance One Brasil Exportadora de Tabacos Ltda, segundo denúncia do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). A fumicultora vendia fumo à Alliance One há mais de 25 anos e a suposta dívida, que ensejou o arresto, não estava vencida, segundo as notas fiscais encaminhadas à Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Durante o cumprimento da ordem, a agricultora por diversas vezes teria dito que se mataria caso levassem a sua produção, e mesmo assim, o juiz responsável, Marcelo Silva de Carvalho, determinou ao oficial de Justiça, Rodrigo Federezzi que continuasse com o arresto. Neste momento, Eva da Silva teria entrado em sua casa e se enforcado com uma corda. A empresa Alliance One, em nota, limitou-se a dizer que o suicídio foi uma “fatalidade”. A empresa afirma que a ação foi movida por quebra de contrato. Sobre a informação de que teria mandado seus funcionários a acelerar o arresto, mesmo com a agricultora em suicídio, a Alliane One não se manifestou. **Prática disseminada** Casos de arresto arbitrário, como o de Eva da Silva, são comumente realizados na região. Os deputados presentes, em audiência pública, verificaram que a prática criminosa de se assinar promissórias em branco para as fumageiras é parte condicionante da venda integrada de insumos (adubos, químicos, sementes, agrotóxicos, equipamentos, assistência técnica) para o plantio de fumo naquela região. Assim, os agricultores ficam permanentemente dependentes às fumageiras, numa espécie de feudalismo moderno. Não é difícil de encontrar casos de agricultores que descobrem, após um tempo, seguros feitos em seu nome, ou mesmo ficam impossibilitados de contrair empréstimos em bancos, por falta de crédito. “Nós temos uma situação muito grave, centenas e centenas de agricultores estão na mesma condição, sofrem pressão psicológica por parte das empresas. Os agricultores usaram a palavra terrorismo das empresas, dos instrutores, que vão nas suas casas e ameaçam. No caso da dona Eva, o contrato vencia dia 31 de julho e eles executaram dia 31 de janeiro, seis meses antes. O sistema de integração é um sistema perverso, é uma máquina de violar os direitos humanos” disse o advogado do ONG Terra de Direitos Darci Frigo,

convidado pela comissão para assessorar os deputados. O fumicultor Júlio Cesar Selbach costumava assinar as promissórias em branco colocadas na venda integrada de insumos pela fumageira Alliance One, em Venâncio Aires, no Rio Grande do Sul. Para financiar uma plantação de melancia, resolveu ir a uma instituição bancária, onde costumava pedir empréstimos. Selbach se surpreendeu quando descobriu que não poderia adquirir o dinheiro, pois já possuía dívidas de mais de R\$100 mil junto ao BNDES. Selbach disse ter ficado intrigado, pois nunca teria pedido um empréstimo desse valor e começou a investigar, junto ao Bannisul, banco que intermedia os financiamentos, que dívidas eram essas. Os documentos enviados assustaram o fumicultor: a empresa Alliance One fez uso do nome de Selbach para buscar investimentos, sendo a Associação de Fumicultores do Brasil (Afubra) seu procurador. “Nunca fiz contato com a Afubra, nem sequer qualquer representante da mesma esteve na minha casa”, relata estarrecido o fumicultor. Os financiamentos descobertos no nome de Selbach abrangem, inclusive, bancos que o agricultor nunca possuiu qualquer vínculo, como o o ABN AMRO Real e até mesmo o Bannisul. Além disso, descobriu-se um seguro de R\$ 116 mil em seu nome. O agricultor ainda deve à Alliance One um total de R\$ 27.803,97 em um contrato em que se cobram uma taxa de juros de 8,75% ao ano e que o fiador renunciaria benefícios previstos nos artigos 827, 835, 837 até 839 do Código Civil, que vão desde o direito de não apreensão de seus bens até a extinção da fiança. “Ficou evidente, nessas audiências, que o suicídio da dona Eva da Silva serve de começo para uma grande investigação que precisa ser feita na região, em vista das denúncias que os agricultores fizeram sobre a pressão e a exploração que eles sofrem da fumageira”, explica o deputado federal Adão Pretto, presente na diligência. Além de Adão Pretto e Darci Frigo, estiveram na diligência os deputados estaduais Dionilso Marcon e Elvino Bohn Gass (PT), a deputada federal Maria do Rosário (PT). A conclusão desta atividade deve ser concretizada em um relatório e, segundo os deputados (as) presentes, será necessário uma nova ida à região.

Autora: Mayrá Lima, enviada a Vera Cruz (RS), 10/05/2007

Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/353>>, acessado em: out 2014.

ANEXO II: Acompanhamento da CDH do caso Eva da Silva**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

CDHM realizou diligência nos dias 02 e 03 de maio

à cidade de Vera Cruz – RS

Assunto: Acompanhar as investigações da polícia e da Justiça de Vera Cruz/RS, relativa ao suicídio da fumicultora, Eva da Silva, logo após um arresto de fumo em suas plantações.

Integrantes: Deputado Federal Adão Pretto (PT/RS), Deputada Federal Maria do Rosário (PT/RS), Deputado Federal Henrique Fontana (PT/RS); Deputada Estadual Stela Farias, Deputado Estadual Evino Bonh Gass, Deputado Estadual Ivar Pavon, Deputado Estadual Dionilso Marcon; Abino Ghever (Direção da Federação da Agricultura Familiar, Fetraf/Sul); Júlio César Selbach (Agricultor); Darci Frigo (ONG Terra de Direito); Aureo Scherer (Dirigente regional do Movimento dos Pequeno Agricultores).

RELATÓRIO

Nos dias 02 e 03 de maio, uma comissão composta por deputados federais e estaduais, representando a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal dos Deputados realizou uma diligência em Vera Cruz, na região do Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul. O objetivo foi ouvir o juiz de Direito da Comarca de Vera Cruz, o Delegado Titular da Polícia Civil e o Oficial de Justiça sobre a morte, por suicídio, da agricultora Eva da Silva, ocorrida no município do Rio Pardo. A diligência foi aprovada no dia 28 de fevereiro, através de um requerimento do deputado federal, Adão Pretto (PT/RS). Eva da Silva (61) faleceu no último dia 02 de fevereiro, durante um arresto de fumo pedido pela empresa fumageira transnacional Alliance One e concedido pelo juiz Marcelo Silva de Carvalho. A agricultora perdeu toda a sua produção de fumo para pagar uma suposta dívida com a empresa. Constam, nos jornais locais, notícias que Eva vendia fumo à Alliance One há mais de 25 anos e que a suposta dívida, que ensejou o arresto, não estaria vencida. Durante o cumprimento da ordem, a agricultora por diversas vezes teria dito que se

mataria caso levassem a sua produção, e mesmo assim, o oficial de justiça comunicou ao juiz responsável que continuaria com o arresto. Neste momento, Eva da Silva teria entrado em seu galpão e se enforcado com uma corda. A empresa Alliance One, em nota, limitou-se a dizer que o suicídio foi uma “fatalidade”. A empresa afirma que a ação foi movida por quebra de contrato. Sobre a informação de que teria mandado seus funcionários a acelerar o arresto, mesmo com a agricultora em suicídio, a Alliane One não se manifestou. A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara possui documentos que provam que a dívida da pequena agricultora, Eva da Silva, não estava vencida, além de cópias do mandato de arresto expedido pela Justiça. Membros regionais do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) ainda denunciam que casos como o de Eva, o de arresto arbitrário, são cada vez mais freqüentes que no Vale do Rio Pardo. Os deputados e demais membros da diligência também se encontraram com a família da agricultora, onde obtiveram mais esclarecimentos sobre a situação da vítima. Além disso, os movimentos camponeses e sindicatos rurais entregaram documentos à diligência para denunciar outros casos de desrespeito aos direitos humanos por parte das empresas fumageiras.

AGENDA REALIZADA PELA DILIGÊNCIA:

Dia 02.05 – quarta-feira

10h00 – Visita aos familiares da vítima. Local: residência do filho da vítima, Sr. Jair Buske – interior do município de Vale do Sol (divisa com o município de Vera Cruz).

11h30 – Reunião e almoço dos deputados com os integrantes dos movimentos sociais (FETRAF/Sul, Terra de Direito e MPA) Local: Câmara de Vereadores de Vera Cruz/RS.

15h00 – Reunião dos deputados com o Juiz de direito e com o Oficial de justiça. Local: Fórum da Comarca de Vera Cruz/RS.

16h30 – Reunião dos deputados com o Delegado de polícia. Local: Delegacia de Polícia de Vera Cruz/RS.

17h30 – Entrevista coletiva a imprensa. Local: Câmara de Vereadores de Vera Cruz/RS.

Dia 03.05 – quinta-feira

09h00 – Visita dos deputados a agricultores e produtores de fumo de Vera Cruz e municípios vizinhos.

Disponível em:

<http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/r_cdhcf/cdhcf_diligencia_rs_vera_cruz.pdf

> Acessado em: ago de 2014.

ANEXO III: Quadro das famílias entrevistadas

ENTREVISTADA	IDADE (ANOS)	LOCALIDADE	DATA
B. S.	47	Localidade do Cerro Chato	02/04/2014
L. S, (esposo)	48		
C. I, (Aposentada)	61	Linha Teutônia	03/04/2014
M. (esposo)	62		
M. M.	39	Linha Teutônia	04/04/2014
S. M. (esposo)	39		
I. M.	39	Linha Teutônia (Antes moravam na Linha Travessão)	15/04/2014
S. R.	55	Morro Pelado	16/04/2014
E. R. (esposo)	60		
G.	30	Linha Branca	17/04/2014
R. T.	38	Linha das Pedras	18/04/2014
N. S. (Aposentada)	55	Linha das Pedras	25/04/2014

ANEXO IV: Roteiro de entrevista com as agricultoras

- 1- Nome, idade, localidade que mora.
- 2- Olhando em volta, na sua localidade, quais serviços vocês acessam: saúde, educação, lazer.
- 3- Se você fosse gestor desse município e tivesse o poder para melhorar localidade em que mora, o que faria?
- 4- A família tem quantos ha?
- 5- Descreva sua rotina diária.
- 6- Você sempre foi agricultora? E sua mãe e sua vó?
- 7- O que elas produziam? Tem alguma coisa que você deixou de produzir ao longo do tempo?
- 8- Você é produtora de fumo? Como é a relação com as fumageiras?
- 9- Na produção de tabaco, você sente seu trabalho valorizado?
- 10- Como deu-se o contato com o Programa de Aquisição de Alimentos-PAA?
- 11- Por que decidiram produzir outros gêneros além do tabaco?
- 12- Qual foi o seu papel na inserção de outras culturas além do fumo na propriedade da família? E como estão os rendimentos da família, aumentaram ou diminuíram com relação ao tempo de que produziam para comercializar somente o fumo?
- 13- Na produção de alimentos, você sente seu trabalho valorizado?
- 14- O que você acha dos movimentos sociais e das categorias que organizam os pequenos/as agricultores/as? Tem contato com algum?
- 15- Tem algum que você se identifique e participe?
- 16- Se sim, por que participa? Por que acha importante participar?
- 17- No seu ver, os/as agricultores /as organizados ajudam a melhorar as condições de vida e de trabalho na roça?
- 18- Você pretende ficar no meio rural? O que diz para seus filhos em relação à isso? Eles ficarão?
- 19- Como acha que sua família vê o seu trabalho, de agricultora e dos demais serviços todos que realiza?
- 20- Você é feliz e se sente realizada? Se pudesse escolher teria alguma outra atividade, teria alguma outra profissão?

Agudo, _____ de _____ de 2014.

ANEXO V: Feira realizada em Santa Cruz do Sul em outubro de 2013, após 3 (três) dias de formação e capacitação na área São Francisco de Assis, com a comercialização da produção e de artesanatos



Fonte: Arquivos de imagens do Coletivo de Mulheres do MPA/RS.

**ANEXO VI: No Dia Internacional da Mulher, também se pauta a luta de classes.
Mobilização em Santa Cruz do Sul, março de 2012**



Fonte: Arquivos de imagens do Portal GAZ (Gazeta Grupo de Comunicações).

ANEXO VII: Mobilização pelo Dia Internacional das Mulheres, em Santa Cruz do Sul, 2012. Em frente a Agência do Banco do Brasil, as camponesas reivindicam a renegociação das dívidas e o incentivo através de créditos agrícolas para a produção agroecológica



Fonte: Arquivos de imagens do Coletivo de Mulheres do MPA/RS.

ANEXO VIII: Em 2012 a violência entrou com mais força na pauta do Coletivo de Mulheres do MPA/RS e atualmente é pauta do Movimento. Mobilização em Santa Cruz do Sul, novembro de 2012.



Fonte: Arquivos de imagens do Portal GAZ (Gazeta Grupo de Comunicações).

ANEXO IX: Em novembro de 2013, pelo dia internacional contra a violência contra as mulheres, foi entregue um dossiê dos casos de violência da região de Santa Cruz do Sul, para o Juiz responsável, e requerido o deferimento das medidas protetivas, que não chegavam a 30% dos casos solicitados



Fonte: Arquivos de imagens do Coletivo de Mulheres do MPA/RS.

ANEXO X: Em março de 2014, pelo Dia Internacional das Mulheres, novamente foi entregue dossiê dos casos de violência da região de Santa Cruz do Sul, para o Juiz responsável, e requerido o deferimento das medidas protetivas, que atualmente defere 50% dos casos solicitados.



Fonte: Arquivos de imagens do Coletivo de Mulheres do MPA/RS.

ANEXO XI: Ônibus Lilás, do Pacto Mulher Contra a Violência, instrumentos da Lei Maria da Penha, cedido pelo estado do RS. Esse ônibus circula pelo interior do estado, recebendo denúncias e fazendo esclarecimentos da rede de atendimento e acompanhou a marcha pelo Dia Internacional da Mulher, em Santa Cruz do Sul, março de 2014



Fonte: Arquivos de imagens do Coletivo de Mulheres do MPA/RS.

ANEXO XII: Nessa mobilização, em Santa cruz do Sul, 2014, a violência contra a mulher foi retratada através do “teatro do oprimido”, o teatro acontece e depois é refeito com a ajuda dos presentes



Fonte: Arquivos de imagens do Portal GAZ (Gazeta Grupo de Comunicações).

ANEXO XIII: A pauta de lutas da via campesina é unificada nas mobilizações do dia 8 de março. Essa retrata a mobilização que seguiu em Porto Alegre após o ato de 2006, na Aracruz Celulose



Fonte: Site www.midiaindependente.org

ANEXO XIV: Como se configura o Plano Camponês

Plano Camponês	Produção	Sistemas Camponeses de produção	sementes, oleaginosas, leite, agroflorestas, alimentos, adução verde e orgânica, etc.		
		Agro industrias	leite, mel, mandioca, café, óleos, erva mate, derivados da cana, embutidos e defumados		
		Desenhos Organizativos	grupo de base, associações, condomínios, cooperativas		
	Educação Formação	Escola	locais, contextualizadas, desenvolvimento local		
		universidade	nossa realidade, acesso aos camponeses		
		informal	reuniões, debates, práticas, dias de campo, etc.		
	Vida de Qualidade	moradia	casa, pomar, horta, sombra, jardim, auto estima		
		esporte	futebol, vôlei, bochas, etc.		
		cultura	teatro, musica, capoeira, mutirão, partilha, alimentos		
		lazer	festas, bailes, torneios, encontros.		
		saúde popular	alimentação saudável, ervas, saneamento, etc.		
	Comunidade Camponesa	Elos Unific.	alguma estrutura comunitária		
		Fator de Resistência	escola na comunidade		
			troca de dias de trabalho, mutirões		
	Soberania	Alimentar	comida é local, vinculada a cultura, modo de vida		
			produzir de tudo um pouco		
			sem veneno, buscando o equilíbrio ambiental		
		Energética	Produção, controle e auto consumo de energia		
			Mudança na matriz energética		
			Biomassa, ventos, sol, biogás, etc.		
		Genética	Recuperar nossas sementes, raças e mudas		
			Buscar técnicas de recuperação, armazenagem e melhoramento		
			Divulgar as experiências já existentes		
Hídrica		Recuperar nossas nascentes			
	Implementar técnicas de coleta e armazenagem de água				
	Desenvolver pequenos sistemas de irrigação				
Territorial	Material e Imaterial	espaço de vida			
		espaço produção			
		espaço disputa			
Contradições	Agronegócio	Multinacionais			
		Latifundiários			
		Estado Brasileiro			

Fonte: <http://www.mpabrazil.org.br/plano-campones>